

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**ANA CAROLINA DA CUNHA BORGES ANTÃO**

**GÊNERO, IMIGRAÇÃO E POLÍTICA: O CASO DA JUDIA COMUNISTA**  
**GENNY GLEIZER NO GOVERNO VARGAS (1932-1935)**

**Rio de Janeiro**  
**2017**

**ANA CAROLINA DA CUNHA BORGES ANTÃO**

**GÊNERO, IMIGRAÇÃO E POLÍTICA: O CASO DA JUDIA COMUNISTA  
GENNY GLEIZER NO GOVERNO VARGAS (1932-1935)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Chor Maio

Rio de Janeiro  
2017

# **ANA CAROLINA DA CUNHA BORGES ANTÃO**

## **GÊNERO, IMIGRAÇÃO E POLÍTICA: O CASO DA JUDIA COMUNISTA GENNY GLEIZER NO GOVERNO VARGAS (1932-1935)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

---

Prof. Dr. Jeffrey Lesser (Department of History - Emory University)

---

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

### **Suplentes:**

---

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

---

Profa. Dra. Mônica Grin Monteiro de Barros (Programa de Pós-Graduação em História Social, PPGHIS - UFRJ)

Rio de Janeiro  
2017

Ficha catalográfica

A627g Antão, Ana Carolina da Cunha Borges.  
Gênero, imigração e política: o caso da judia comunista  
Genny Gleizer no Governo Vargas (1932-1935) / Ana Carolina da  
Cunha Borges Antão. – Rio de Janeiro: s.n., 2017.

141 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -  
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Bibliografia: 116-128f.

1. Política Migratória. 2. Comunismo. 3. Feminismo. 4. Judeus. 5.  
Brasil.

CDD 304.8981

À Fátima Regina, *in memoriam*,  
com todo meu afeto e admiração

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a agência CAPES que financiou esta pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, por ter auxiliado este trabalho ao longo dos dois anos de pesquisa.

Aos que foram meus professores no PPGHCS, agradeço especialmente a Robert Wegner e Dominichi Miranda de Sá cujas aulas, leituras atenciosas, comentários e sugestões geraram em mim grande inspiração. O apoio oferecido durante o período do mestrado foi fundamental para a continuidade da pesquisa. Agradeço ainda a disponibilidade dos funcionários da Secretaria e, principalmente, a paciência e dedicação de Sandro, Paulo e Cláudia.

Marcos Chor Maio, meu orientador, agradeço o entusiasmo e dedicação que acompanharam esta pesquisa. Suas leituras atentas de todos os relatórios, textos e e-mails escritos, me provocaram a melhorar e seguir em frente, acreditando em uma capacidade que muitas vezes duvidei ter. Agradeço a motivação, o interesse e a compreensão durante os momentos difíceis que foram fundamentais para que chegássemos aqui.

Agradeço carinhosamente aos meus colegas de Comissão da Verdade que estiveram comigo ao longo dessa jornada e que acompanharam as angústias e alegrias do processo. Agradeço os ensinamentos e provocações de Eduardo Schnoor, sempre disposto a mover montanhas para me ajudar.

Às amigadas que colhi durante a vida, agradeço a paciência frente à minha constante ausência e o ombro amigo, que esteve sempre disponível durante essa jornada. Este trabalho não existiria sem o apoio de Mayara, Ana Carolina Lima, Cainha, Juliana dal Piva, Renato, Marcos Tiago e Pablo.

Agradeço às mulheres da minha vida, Fátima Regina e Nathália, que mesmo se tratando de um campo desconhecido me apoiaram em todas as decisões e souberam valorizar aquilo que era importante para mim. Agradeço ao meu pai por me desafiar a seguir em frente e pelos ensinamentos oferecidos ao longo da vida. Agradeço pelas risadas sinceras e conselhos compartilhados com vocês que me mostraram o que era importante. A Flávia e a meus irmãos João e Gustavo agradeço por serem os responsáveis pela união da família.

Agradeço a Seu Mourão, Dona Maria, Marcia, Peçanha e Adélia por me adotarem na família e permitirem que eu compartilhasse o carinho do Biéjin. Ao meu grande companheiro, Gabriel, agradeço o amor oferecido, a parceria e a paciência que

incrivelmente estiveram presentes durante todo o processo. A escuta sincera e atenta fizeram parte dessa jornada, que não seria a mesma sem as cervejas no meio da noite e os abraços inesperados.

## RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar a trajetória da jovem imigrante judia Genny Gleizer, expulsa do Brasil acusada de ser comunista em 1935. A partir de uma análise que aborde os significados e as implicações do ser mulher, imigrante, operária e judia nos anos 1930, busca-se compreender como esses fatores importaram na sua trajetória pelo Brasil e como seu caso permite uma visão mais ampla sobre período, em que o país se encontrava sob o governo constitucional de Getúlio Vargas e vivenciava uma crescente efervescência política. O recorte temporal, que abarca desde o momento da chegada de Genny até a sua expulsão, engloba o momento de construção da Constituição Federal, do aparelhamento e especialização policial e de embates políticos diretos, tanto na Câmara dos Deputados, como nas ruas, com o desenvolvimento de movimentos de massa que abarcaram as classes médias urbanas. Pensar o caso de Genny e as razões que levaram a ter uma grande repercussão possibilita um olhar sobre o período compreendido entre os anos 1932 e 1935 no que se referem às dinâmicas do governo Vargas, principalmente àquelas concernentes à política imigratória e à repressão política, identificando também como as hierarquias de gênero incidiram sobre a sua trajetória. O caso de Genny Gleizer permite uma leitura acerca do que significava ser mulher, imigrante e judia dentro das concepções de nação existentes, deixando entrever dinâmicas nem sempre evidentes quando se olha para os grandes processos.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the trajectory of a young Jewish immigrant Genny Gleizer, expelled from Brazil accused of being Communist in 1935. The analysis addresses the meanings and implications of being a immigrant woman, and Jew in the early 1930s. Her case aims to show a broader view of the period in which the country was under the constitutional government of Getúlio Vargas and experienced a growing political effervescence. The time lapse, from the time of Genny's arrival to her expulsion, includes the moment of the construction of the Federal Constitution, of the police specialization and of the political disputes, in the Chamber of Deputies and in the streets, with the development of movements that grouped the urban middle classes. Think about the case of Genny and the reasons that led to a great repercussion allows a look at the period between 1932 and 1935 regarding the dynamics of the Vargas government, especially those concerning immigration policy and political repression, identifying the gender hierarchies that affected her trajectory. The case of Genny Gleizer allows a reading about the meanings of being a woman, immigrant, and Jew within existing conceptions of the nation, revealing dynamics not always evident when the gaze turns to the great processes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Notícia no Jornal A Manhã sobre mobilizações na Câmara de Deputados, contendo ilustração de Genny Gleizer atrás das grades.....	13232
Figura 2 - Ilustração sobre ação policial contra o Congresso da Juventude que resultou na prisão de Genny Gleizer.....	1333
Figura 3 - Ilustração da Campanha pela liberdade de Genny Gleizer.....	1344
Figura 4 - Manifesto direcionado às mães brasileiras na campanha pela liberdade de Genny Gleizer publicado no jornal A Manhã.....	135
Figura 5 - Capa do jornal A Manhã com texto de Carlos Lacerda em defesa de Genny Gleizer e ilustração de Genny com a inscrição “Menina e Martyr”.....	1366
Figura 6 - Notícia no jornal Correio Paulistano contendo declarações de Motel e informações fornecidas pela polícia.....	1377
Figura 7 - Cartão de Identidade de Genny Gleizer expedido pela Associação dos Empregados da Klabin e apreendido pela polícia política.....	1388
Figura 8 - Nota da Revista O Malho sobre a expulsão de Genny Gleizer.....	1399
Figura 9 - Postal com imagem do navio Aurigny, responsável pelo transporte de Genny Gleizer após sua expulsão.....	14040
Figura 10 - Notícia no jornal Diário da Noite associando Genny Gleizer à BRAZCOR.....	14141

## **LISTA DE SIGLAS**

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BIBSA – Biblioteca Scholem Aleichem

BRAZCOR – Socorro Vermelho Judaico

CJPI – Comissão Jurídica e Parlamentar de Inquérito

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social

FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino

FJC – Federação de Jovens Comunistas

FUA – Frente Única Antifascista

IC – Internacional Comunista

JCA – Jewish Colonization Association

PCB – Partido Comunista do Brasil

UFB – União Feminina do Brasil

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – A imigração judaica na década de 1930 e o Brasil como destino.....	15
O Leste Europeu: aspectos da emigração judaica nas primeiras décadas do século XX.....	16
O Brasil como destino: imigração e a questão judaica .....	20
A Praça Onze e a dinâmica judaico-brasileira .....	29
Capítulo 2 – Aliança Nacional Libertadora e o caso Genny Gleizer.....	40
A Aliança Nacional Libertadora e a criação da Frente Única .....	41
A polícia política e a conformação do inimigo .....	49
A questão da juventude na Aliança Nacional Libertadora: o Congresso da Juventude.....	55
A Questão Feminina na Aliança Nacional Libertadora .....	60
A rede da Aliança Nacional Libertadora em torno de Genny Gleizer .....	68
Capítulo 3 – A repercussão do caso Genny Gleizer .....	75
O papel do jornal A Manhã na luta aliancista.....	76
O caso Genny Gleizer através do jornal A Manhã .....	81
Para além da ANL: a amplitude do caso Genny Gleizer .....	91
A repercussão do caso Genny Gleizer no Legislativo .....	96
A mudança da chave interpretativa e a expulsão de Genny Gleizer.....	99
As cartas de Genny .....	102
Conclusão .....	110
Referências .....	116
Anexo I - As imagens de Genny.....	132

## Introdução

O objetivo dessa dissertação é investigar a trajetória de Genny Gleizer, uma imigrante judia que chegou ao Brasil em 1932 e foi expulsa do país em 1935. Seu processo de expulsão ocorreu frente à acusação de que Genny seria um elemento nocivo para o país, após ser presa participando de um Congresso da Juventude ligado à Aliança Nacional Libertadora e ao Partido Comunista do Brasil<sup>1</sup>. A curiosidade que moveu esse trabalho foi derivada de uma pesquisa iniciada junto ao Professor Marcos Chor Maio acerca dos judeus progressistas no Rio de Janeiro, quando o caso de Genny Gleizer chamou atenção pelas especificidades que o recortam. O fato de Genny ser mulher, judia, expulsa durante o governo Vargas – à semelhança do ocorreu em 1936 com Olga Benário Prestes – e principalmente, por ocorrer em um ano chave na história política do Brasil, marcado pela Insurreição Comunista de novembro de 1935, fez com que a trajetória da jovem no país se destacasse frente aos diversos relatos sobre expulsão de estrangeiros.

Genny Gleizer nasceu na Bessarábia e chegou ao país em 1932<sup>2</sup>, em meio a um mundo marcado pelas tensões derivadas da crise do liberalismo e caracterizadas pela ascensão dos fascismos na Europa. No Brasil, vivia-se uma efervescência no campo político e intelectual, que buscava as soluções para os problemas brasileiros, e ainda disputava os rumos do movimento político que levou Getúlio Vargas ao poder. As características da imigração de Genny Gleizer nesse período encontram paralelos com as trajetórias de milhares de outros judeus que aportaram no Brasil, e a partir da análise da sua trajetória é possível encontrar as marcas desse processo.

A expulsão da jovem acusada de ser nociva aos interesses do país ocorreu em outubro de 1935, quando vigia a Lei de Segurança Nacional, que viabilizou o acirramento da repressão sobre setores de oposição ao governo. Durante todo o período compreendido entre a prisão e a expulsão de Genny Gleizer, é possível ver o acompanhamento pela imprensa dos desdobramentos do seu caso, e o surgimento de uma campanha pela libertação da jovem e

---

<sup>1</sup>No presente trabalho adotarei a denominação de Partido Comunista do Brasil (PCB) em referência ao Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, criado em 1922. Como ressalta Pandolfi, o PCB passou pouco tempo depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil, adotando somente em 1961 a denominação Partido Comunista Brasileiro. PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.103

<sup>2</sup> Por mais que ao longo da pesquisa não tenha sido possível precisar os dados referentes à sua vinda, como as datas e portos de saída da Europa e de entrada no país, nem as motivações de Motel para a eleição do Brasil como destino, sua trajetória se enquadra em um contexto semelhante ao de milhares de judeus que chegaram ao país. Cabe ressaltar que o ano de entrada de Genny no Brasil é incerto, sendo que algumas fontes indicam o ano de 1933, enquanto outras indicam o ano de 1932. Optei nessa dissertação por utilizar a data informada por seu pai em entrevista ao jornal “O Imparcial”.

pela sua permanência no país. Assim, busca-se entender qual era a nocividade que Genny representava e que conformou a decisão pela sua expulsão, ao passo em que se observam os elementos que viabilizaram a repercussão do caso e a sua força mobilizadora.

Nesse sentido, o caso de Genny Gleizer permite uma compreensão mais ampla acerca do contexto nos anos 1932 a 1935 uma vez que dispara reflexões acerca do lugar do imigrante na sociedade brasileira, confluindo-se com as identidades enquanto mulher, judia e operária. O que se busca é observar as especificidades do caso de Genny Gleizer e de seu destino no Brasil vislumbrando os projetos no nível mais próximo das suas experiências frente às restrições que incidiam sobre ela no momento. Ao observar os movimentos da sociedade brasileira através dos percursos de Genny, na busca pelo equilíbrio entre a especificidade do caso de Genny Gleizer e o conjunto do sistema social, incorporam-se os fundamentos levantados por Sabina Loriga no sentido de que

por meio de diferentes movimentos sociais, se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.<sup>3</sup>

Dessa forma, cabe questionar de que maneira os constrangimentos oriundos da estrutura normativa do Estado e os preconceitos incidiram sobre a trajetória de Genny Gleizer bem como quais respostas que foram dadas. Torna-se possível, assim, vislumbrar de que maneira o sistema normativo funcionou concretamente frente à autonomia dos indivíduos<sup>4</sup>.

Ao aproximar o olhar através da trajetória de Genny, revelam-se os pontos de tensão na sociedade – especificamente no que se refere às concepções acerca do ser mulher, militante, imigrante e judia – ao passo em que, atentando para a inserção da jovem nos círculos judaicos e políticos, é possível perceber as dinâmicas comunitárias e políticas desenvolvidas por Genny. O desafio é apresentar um cenário em que seja feita uma leitura que não olha exclusivamente a lei, a ideologia e o preconceito emanados das esferas do governo. As reflexões de Cytrynowicz acerca do desenvolvimento de uma intensa e pública vida institucional e social dos judeus durante as décadas de 1930 e 1940, apesar de realizadas para o período de Estado Novo, são compatíveis com o cenário de 1935. Nesse sentido, entende-se que

---

<sup>3</sup>LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Jacques Revel. **Jogos de Escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, p.225-249.p.248-249

<sup>4</sup>LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. AMADO, Janafina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV,1998, p.180-181

O estudo da imigração, do cotidiano e da cultura popular propicia uma visão diferente da que se tem quando se estuda o caráter do Estado e de sua ideologia. Embora o discurso oficial entre 1937 e 1945 fosse próximo ao fascismo, a sociedade não acompanhou esta direção, a cultura oficial não suplantou a cultura popular e a mobilização patriótica não arregimentou a população, nem mesmo durante a guerra.

Na mesma direção, o trabalho desenvolvido sobre Genny Gleizer incorpora-se à linha interpretativa de Jeffrey Lesser. Assim, ao trabalhar com a questão da imigração judaica são observadas não somente as restrições impostas pela estrutura do Estado, enfatizando as formas de resistência adotadas frente aos constrangimentos oriundos dos estereótipos antijudaicos. Torna-se possível realizar uma leitura atenta à Questão Judaica que aborda a lei e o preconceito emanado de esferas governamentais do período Vargas, ao passo em há o olhar sobre as dinâmicas cotidianas e de resistência no sentido de alternar as chaves interpretativas acerca do judeu<sup>5</sup>. A intenção é realizar uma leitura matizada que observa as estratégias utilizadas no enfrentamento ao preconceito, trazendo novos elementos para se compreender a história dos judeus no período. Dessa forma, rompe-se com uma análise que observa apenas a dimensão do antissemitismo e das restrições contidas nas políticas imigratórias.

Ao longo do processo de expulsão de Genny Gleizer é possível observar um padrão difuso em que faz ecoar ao mesmo tempo os estereótipos antijudaicos, reforçados pelas autoridades no sentido da identificação dos judeus com o comunismo, ao passo em que há o discurso que se utiliza de outra gama de estereótipos para identificar aspectos positivos da incorporação dos judeus na sociedade brasileira, emanado por setores da intelectualidade<sup>6</sup>. A análise busca entender em que medida a preocupação com a assimilação e integração dos judeus afetou os discursos em torno do caso de Genny Gleizer. Ao observar a repercussão do caso de Genny na imprensa e a amplitude da defesa pela sua permanência é possível perceber de que forma o antissemitismo ressoou na sociedade e como os estereótipos judaicos foram utilizados.

Este trabalho também se preocupou com a dimensão das relações de poder entre homens e mulheres e como as hierarquias de gênero incidiram durante a trajetória de Genny Gleizer, buscando fugir da limitação oriunda de uma categorização enquanto vítima ou heroína. Revelam-se as dinâmicas mais amplas de maneira a permitir um olhar atento aos constrangimentos sociais que alicerçaram a sua trajetória ao passo em que também se observa

---

<sup>5</sup>Cf. LESSER, Jeffrey. *Judeus salvam judeus: os estereótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935-1945*. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Imago, 1995.

<sup>6</sup>Cf. MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 229-256.

as dimensões mais específicas da autonomia de ação de Genny Gleizer e dos atores ao seu redor, com a intenção de não reduzir o sentido da ação humana a um subproduto das forças do meio em que estava inserida<sup>7</sup>.

A preocupação acerca dos destinos de indivíduos historicamente marginalizados revela uma pluralidade de experiências e estratégias subterrâneas, ou seja, formas de resistência que tendem a desaparecer quando o olhar do historiador se volta para os grandes processos e estruturas. Ao retirar do anonimato mulheres, camponeses, negros e operários, ao identificá-los pelo nome próprio, colocado como o fio condutor de uma história, o historiador traz para o centro dos debates as experiências e subjetividades desses indivíduos<sup>8</sup>. Torna-se possível então revelar o poder de atuação e a gerência que essas pessoas dispunham sobre seus destinos particulares, mesmo que balizados pelos meios socioculturais<sup>9</sup>.

Ao compreender o campo da História como um lugar de produção do saber, derivado de batalhas políticas, é interessante notar as maneiras pelas quais as hierarquias que incidiram sobre a trajetória de Genny foram erigidas<sup>10</sup>, principalmente no que se refere à sua condição de imigrante e de mulher. Para entender as opressões sofridas pela jovem romena é necessária a reunião de alguns fios da trama que a envolvia, uma vez que sua história não chega ao observador pela sua voz, ela não se aventurou a “contar-se”. Sua trajetória é aqui reconstituída através dos discursos produzidos sobre ela. Através dessas vozes, o caso de Genny permite entender o

funcionamento de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existentes em grupos e instituições vistas normalmente como homogêneas, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas históricas<sup>11</sup>.

Ao trabalhar com a trajetória de Genny Gleizer, buscou-se construir os cenários em que ela ocorreu, atentando especialmente para os espaços da sociabilidade judaica e da militância de Genny, no sentido de apresentar “o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”<sup>12</sup>. Atenta-se, assim, para a inserção e

---

<sup>7</sup>LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *op. cit.* p.226

<sup>8</sup>REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, 2010.p.438

<sup>9</sup>LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *op. cit.* p.226

<sup>10</sup>PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” In: **Revista Brasileira de História**. n° 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul-dez. 2007, p. 281 – 300.

<sup>11</sup>SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História** (São Paulo). São Paulo, SP. Vol. 33, n. 1 (jan./jun. 2014), 2014.p.140

<sup>12</sup>BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV,1998, p.171.190

circulação de Genny Gleizer nas suas redes de sociabilidade, ao identificar atores e eventos a ela relacionados e as maneiras pelas quais o caso da jovem foi abordado em diferentes esferas. O objetivo é compreender como as suas identidades – de mulher, imigrante, judia e operária – foram acionadas em meio aos discursos produzidos sobre ela.

Assim, apesar de haver trabalhos que abordem o caso de Genny, é importante ressaltar a ausência de uma análise que parta das especificidades que o recortam e ao mesmo tempo atenta aos espaços de ação de Genny Gleizer. Nesse sentido, não há reflexões que englobem aspectos relativos à sua condição de mulher, imigrante e judia a partir de uma perspectiva que pense a multiplicidade do indivíduo e que observe suas possibilidades de atuação, as teias sociais em que ela estava inserida, as contradições e suas diferentes representações, demonstrando a complexidade em torno do caso de Genny Gleizer<sup>13</sup>. O que se vê nos trabalhos publicados sobre o caso Genny Gleizer é a sua utilização de maneira “exemplar”, nunca como o fio condutor dentro de uma argumentação maior. O caso de Genny não se encontrava dado de antemão, e por isso é fundamental pensar como a jovem e os setores a ela associados se utilizaram das margens que desfrutavam no momento e ofereceram respostas ao longo do processo.

Para além de tentar preencher as lacunas que permeiam o caso, de forma a mapear os percursos de Genny pelo Brasil, importa entender o que significou e representou a sua prisão e expulsão. Seu caso informa muito sobre o contexto político e social, desde as tensões presentes entre grandes movimentos urbanos à direita e à esquerda, passando pelas discussões acerca da imigração e da construção de um Brasil que almejava incorporar imigrantes, chegando à especialização da polícia no sentido de reprimir mobilizações populares e operárias de contestação à ordem vigente, revelando uma crescente política repressora, cada vez mais presente no combate ao comunismo, que envolvia diferentes setores do Estado e da sociedade civil.

Um dos trabalhos que tratam do caso foi produzido por Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>14</sup> e visava ressaltar a agência e a militância de mulheres judias como Olga Benário, Genny Gleizer e Elise Sabrowski. Carneiro, ao trabalhar com as trajetórias dessas mulheres indica a existência de um “pacto com a Gestapo” e de simpatia entre o governo brasileiro e o regime fascista na Romênia. Assim, apesar de conseguirem entrar no país, suas expulsões revelariam uma política antissemita nas esferas públicas brasileiras. Carneiro utiliza os exemplos de

---

<sup>13</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.171.

<sup>14</sup> Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê Editorial PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.

expulsão que atingiram essas imigrantes como “símbolos da profilaxia social sustentada por um governo dedicado a ‘purificar a sociedade’ para a ‘melhora da raça brasileira’<sup>15</sup>.

Ao utilizar essas expressões, Carneiro tenta comprovar a existência de uma prática eugênica, pautada na limpeza social através da expulsão de uma raça indesejável. Ao acionar esse argumento, Carneiro vislumbra um sentido único dessa política ignorando que as expulsões se pautavam numa profilaxia social que indicava a doutrina comunista como o elemento exógeno a ser extirpado da sociedade brasileira. Para tanto, o Estado utilizou-se de expulsões de estrangeiros associados ao comunismo, bem como de prisões de nacionais envolvidos em atividades consideradas comunistas. Essa política de expulsões, herdada da Primeira República, de fato tinha consequências mais graves para os judeus, que sofriam com o desenvolvimento de regimes fascistas nos seus países de origem, mas isso não significa que o Estado brasileiro adotava a eliminação indiscriminada de judeus como uma prática institucional. Não obstante, a adjetivação de estrangeiros como “nocivos” também se aplicava nos casos de brasileiros associados ao comunismo, o que confronta a ideia de adoção de uma política de limpeza racial voltada para os judeus e levada a cabo durante o governo Vargas.

Outra autora que trabalhou com a trajetória de imigrantes judias no Brasil e que relatou o caso de Genny Gleizer foi Eva Alterman Blay<sup>16</sup>. Blay, assim como Carneiro, enxerga na política de expulsão de estrangeiros um forte caráter antissemita durante o governo Vargas, chegando a afirmar a existência, nesse período, de uma nova “Inquisição”. O trabalho de Blay divulgou uma entrevista concedida por Genny nos anos 1980, quando morava nos Estados Unidos. Ao apresentar a visão retrospectiva de Genny, que possui um sentido de adesão ao discurso utilizado pelos setores aliancistas quando de sua expulsão, Blay não empreendeu análise acerca da fala de Genny, que não recebeu um cruzamento com outras fontes de maneira a inseri-la nas reflexões que Blay realizou acerca de antissemitismo e anticomunismo.

Na problematização de sua fala é necessário pensar as possibilidades de atuação de Genny Gleizer, as teias sociais em que ela estava inserida, as contradições e suas diferentes representações, demonstrando a complexidade do caso de Genny Gleizer<sup>17</sup>. A utilização dessas reflexões é fundamental para se pensar a entrevista concedida e a negação de sua militância<sup>18</sup>. As manobras operadas por Genny, como forma de resistência e luta pela

---

<sup>15</sup>*Ibidem*.p.20

<sup>16</sup>BLAY, Eva Alterman. *Inquisição, inquisições*. *op. cit.*

<sup>17</sup>Cf. LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. *op. cit.*

<sup>18</sup> Através de pesquisa realizada na base de dados da Internacional Comunista foi possível localizar uma ficha comprovando a atuação de Genny Gleizer no Brasil sob os codinomes de Maria Pereira, Rita Fernandes e Anita

permanência no país, também influenciaram a rememoração daquele período e não foram abordadas por Blay. Ao realizar essa rememoração, Genny lidava com uma experiência traumática, uma “ferida aberta na memória”<sup>19</sup>, fazendo emergir todas as questões relativas às opressões e violências que sofreu. Blay limita-se a apresentar a fala de Genny e adotar o discurso que a enquadra apenas como vítima, uma categoria que restringe a multiplicidade do indivíduo e que ignora a sua agência e responsabilidade, ao menos em parte, sobre seu destino<sup>20</sup>.

O trabalho de Blay utiliza a experiência de Genny no Brasil como forma de comprovar a existência de um antissemitismo no país e enxergar uma continuidade na perseguição aos judeus, tal qual existiu nos tempos da inquisição. Assim como no caso de Carneiro, a crítica realizada é no sentido da necessidade de relativizar o antissemitismo e entender as ambiguidades que permearam a relação da intelectualidade e do Estado brasileiros com os imigrantes judeus no período<sup>21</sup>. Dessa forma, é importante pontuar que ainda que o preconceito antijudaico tenha estado presente entre autoridades brasileiras, não é possível afirmar que o governo Vargas adotou uma diretriz programática antissemita, conforme Carneiro e Blay tentam evidenciar ao mencionarem um “pacto com a Gestapo” ou uma nova “Inquisição”. Durante as primeiras décadas do século XX os preconceitos emanados por parte da intelectualidade brasileira se inseriam nas tendências das teorias racistas e racialistas européias ou às imagens estereotipadas dos judeus enquanto conspiradores e deicidas. Entretanto, até mesmo no integralismo o anti-semitismo representava um ponto do ideário do movimento, sem ter sido acionado localmente ou resultado em ações concretas<sup>22</sup>. Ignorar que nesse período os judeus estruturaram e reforçaram as bases de suas organizações políticas e culturais revela uma leitura limitada acerca da realidade dos judeus que chegaram ao Brasil nos anos 1930 e 1940.

O trabalho do jurista Arnaldo Godoy, por sua vez, ao analisar o *habeas corpus* de Genny traz uma importante fonte que informa a maneira pela qual o Supremo Tribunal, antes

---

Rodriguez. Segundo o dicionário biográfico da Internacional Comunista na América Latina, Genny foi uma das oito mulheres – de um total de 120 militantes – a estudar na Escola Internacional Leninista, uma das mais prestigiosas escolas, criada pelo VI Pleno do Comitê Executivo da IC. Genny foi à escola em 1937, após ter estudado na Escola do Partido na França entre outubro de 1935 e janeiro de 1937. JEIFETS, Víctor; JEIFETS, Lazar. **La Internacional comunista y América Latina**, 1919-1943: diccionario biográfico. Ariadna Ediciones, 2016. p.28

<sup>19</sup>Cf. RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>20</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura. *op. cit.*

<sup>21</sup> LESSER, Jeffrey. **A invenção da Brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2015.p.22-25

<sup>22</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002. p.418

da criação do Tribunal de Segurança Nacional, especializado em crimes políticos, entendia os casos de expulsão<sup>23</sup>. Godoy revela que o trabalho possui um fundo prático, de adoção de fontes primárias nas discussões nos cursos de História do Direito. Poucas reflexões são feitas em cima da rica peça jurídica à qual teve acesso, na qual a argumentação utilizada revela que a prerrogativa de expulsão era do poder Executivo, fugindo da possibilidade de gerência do Judiciário nos casos aplicados aos estrangeiros considerados “nocivos à ordem pública”.

A peça jurídica apresentada no trabalho de Godoy ainda revela as possibilidades não exploradas de discussão acerca das subjetividades envolvidas no julgamento de casos de estrangeiros. Frente à associação que se fazia entre o judeu, o operário e o comunista, os estigmas acabavam se fazendo presentes, mesmo que através do silenciamento. A manutenção de um *status quo* fazia-se prioritária frente às denúncias apresentadas de que Genny sofrera violências nas mãos da polícia, que por sua vez desfrutava de grande autonomia e poder de decisão sobre os destinos dos estrangeiros considerados perigosos à ordem que se tentava instaurar<sup>24</sup>.

Em trabalho publicado por Túlio Kahn, o caso de Genny é apresentado como o precursor das campanhas de direitos humanos no Brasil. Os passos dados por Genny e apresentados no trabalho reproduzem as informações constantes no prontuário elaborado pela polícia política. O objetivo de Kahn é apresentar a ampla adesão popular pela libertação da jovem, enxergando-se uma instrumentalização do caso de Genny, por parte do Partido Comunista, que divulgou circular conclamando para a formação de comitês de campanha pela libertação da jovem, para “chamar atenção do público para as mais diversas questões correlatas”<sup>25</sup>.

Ao trazer a repercussão do caso na imprensa e os fatos relativos à campanha pela liberdade de Genny, Kahn aborda uma dimensão ignorada nos outros trabalhos, da participação de setores da sociedade na luta pela liberdade de Genny. O autor rompe assim com a visão monolítica da ação do Estado, colocando em debate aspectos relativos às estratégias de resistência utilizadas na tentativa de manter Genny no Brasil. Nesse trabalho, procuro seguir a perspectiva de Kahn, aprofundando a concepção dos movimentos em torno da

---

<sup>23</sup>GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **A história do direito entre foices, martelos e togas: Brasil-1935-1965**: Olga Prestes, Genny Gleiser, Ernerto Gattai, João Cabral de Melo Neto, Francisco Julião, Carlos Heitor Cony e Miguel Arraes no Supremo Tribunal Federal. 2008.

<sup>24</sup>Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas**. Dissertação Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, 2000.

<sup>25</sup>Cf. KAHN, Tulio. **O Caso Genny Gleizer**: precursor das campanhas pelos direitos humanos no Brasil. Cultura Vozes, v. 6, p. 13-36, 1995.

campanha de libertação de Genny Gleizer, ao situar as posições tomadas por diferentes atores trazendo as influências do cenário político do momento.

Para Kahn, o caso de Genny interessaria à esquerda e à oposição, com os deputados da minoria parlamentar, fazendo frente ao governo Vargas. Apesar de colocar importantes questões acerca das mobilizações em torno de Genny, Kahn não explora os diferentes posicionamentos e a adesão que o caso de Genny gerou, extravasando o círculo aliancista e comunista. Interpretar as mobilizações apenas como uma instrumentalização do caso anula as formas de resistência a atuação de Genny Gleizer durante o processo de sua expulsão, ignorando, também a amplitude que o caso tomou.

O caso de Genny foi ainda abordado na tese de Thiago Cavaliere Mourelle<sup>26</sup>, que buscou analisar nos discursos na Câmara dos Deputados no período entre 1934 e 1935 as tensões existentes entre o poder Legislativo e o Executivo. Evidenciam-se, nesse trabalho, algumas estratégias lançadas por deputados para fazer frente ao governo Vargas durante o período democrático. A Câmara se apresenta, dessa forma, como um importante espaço de resistências e disputas políticas. O diálogo existente entre as demandas da sociedade civil e os deputados é apresentado, principalmente no que se refere àquelas emanadas de setores operários, e um dos casos que evidenciam esse diálogo é o de Genny Gleizer.

O trabalho de Mourelle, portanto, se apresenta como fundamental nessa dissertação para se entender a conjuntura política do momento de prisão e expulsão da jovem, ao revelar as tensões existentes no momento, como o fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Mas também traz importantes dados sobre a repercussão do caso de Genny Gleizer, demonstrando que diferentes setores políticos se mobilizaram e se comoveram com a prisão da jovem.

No que se refere à repressão política e à especialização da polícia sobre os crimes de ordem social, o trabalho de Marcos Tarcísio Florindo<sup>27</sup> é relevante para se entender as alterações que permitiram a atuação mais autônoma da polícia durante o governo Vargas, uma vez que expõe as mudanças de quadros dentro da polícia e as alterações da legislação sobre os crimes políticos nos anos 1930. Novamente, o caso de Genny é abordado como representativo da maneira pela qual a polícia política atuava no momento na repressão aos estrangeiros ligados a movimentos políticos. O diálogo com este trabalho se estabelece para entender o aparelhamento policial no período que permitiu que a prisão da jovem resultasse na sua expulsão.

---

<sup>26</sup>Cf. MOURELLE, Thiago Cavaliere. **Guerra pelo poder**: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935). 254 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

<sup>27</sup>FLORINDO, Marcos Tarcísio. O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social. *op.cit.*

Dessa forma, a presente dissertação diferencia-se dos demais trabalhos por trazer a centralidade do caso de Genny Gleizer em articulação com o cenário de crescentes tensões vivenciado, demonstrando as formas de resistência adotadas durante a luta pela sua permanência no Brasil. Vislumbra-se, assim, um olhar privilegiado para o entendimento da dinâmica política do momento, buscando demonstrar os processos de conflito e as perspectivas em jogo, principalmente no que diz respeito ao papel do lugar do imigrante judeu no período. Essa análise apresenta-se como um contraponto à cronologia tradicional, apresentando os primeiros anos da década de 1930 como de grande dinâmica política evitando a ideia dos grandes marcos na história brasileira.

Através da trajetória de Genny é possível perceber uma grande diversidade de contextos e de atores que serão explorados ao longo do trabalho, colocando assim, Genny em movimento e em constante troca com o cenário que a circundava, ressaltando que o Brasil vivenciava um período em que se buscava consolidar uma democracia liberal. Rompe-se, assim, com uma análise que trata o caso de Genny Gleizer apenas como um exemplo da perseguição sofrida pelos judeus durante o regime Vargas, demonstrando o poder de agência da jovem romena.

A singularidade do caso de Genny, reside na articulação desses fatores e que viabilizaram a repercussão que ele obteve, revelando os contextos que tangenciaram sua trajetória e os atores envolvidos direta e indiretamente. Apesar de as expulsões de estrangeiros indesejáveis já ocorrerem no Brasil, o cenário em que o caso de Genny se desenrola bem como o fato de Genny ser mulher e judia, confere as particularidades ao revelar o sentido do fechamento do governo Vargas, e de uma política mais restritiva em relação aos imigrantes judeus o que se consolidou após os levantes de novembro de 1935. As disputas políticas do momento e a pluralidade de concepções acerca do ser imigrante, mulher, judia e militante, podem ser observadas tendo como lente os eventos que se sucederam com Genny Gleizer.

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu a partir de levantamentos documentais nos arquivos das Polícias Políticas, em especial do Rio de Janeiro e São Paulo, localizados nos arquivos estaduais APESP e APERJ. As fontes primárias encontradas nesses arquivos se apresentam de maneira extremamente fértil ao dar a dimensão de diversos aspectos acerca escrita acerca sobre Genny e das pessoas a ela relacionadas sob a ótica da repressão. A análise destes acervos permitiu que a pesquisa refletisse sobre a repressão e como ela se dava e era registrada, trazendo uma posição e um discurso oficial que revela as intencionalidades e os projetos políticos que se pretendiam forjar.

No que se refere ao trabalho com os acervos oficiais, como da polícia política, cabe a reflexão acerca do que eles revelam e encobrem, os tesouros e as miragens que eles apresentam<sup>28</sup>. As escolhas realizadas pela polícia acerca do que deveria ser catalogado, fichado e desenvolvido são permeadas por uma ótica do monitoramento e do controle social que se pretendia. Diferentemente do que acontece com os jornais, o que se encontra registrado nos arquivos policiais não corresponde à vontade de tornar público ou lido. A vasta documentação da polícia política resulta da

produção, acumulação e organização dos documentos, pois são nos seus fichários e prontuários que se encontram inscritos e classificados os ‘criminosos políticos’, as ‘carreiras criminais’ e a ‘vida pregressa’ dos ‘subversivos reincidentes’. Trata-se, antes de tudo, de um poder de escrita<sup>29</sup>.

Esse poder responde à necessidade de classificar e catalogar o mundo social. Assim, na análise dos prontuários, faz-se necessária a reflexão acerca de que polícia era aquela, o que se pretendia controlar, e as maneiras pelas quais eram feitos os registros. Revelam-se assim também as ideologias presentes, as concepções acerca do que era crime, do que era digno de registro<sup>30</sup>, bem como das percepções acerca do imigrante judeu envolvido em atividades políticas.

Outra fonte documental amplamente explorada foram os periódicos que deram publicidade à história de Genny e que tiveram papel importante na escrita da sua trajetória. A partir deles ocorreu a denúncia do seu sequestro e desaparecimento após a prisão. A imprensa acompanhou e pressionou as autoridades a revelarem as condições e as motivações que levaram a jovem à prisão, encampando a campanha pela liberdade de Genny. Por outro lado, ela também foi responsável por trazer à tona o discurso emanado pela polícia e membros do governo. Nesse sentido, os jornais que divulgaram sua história informam muito sobre as diferentes formas de se pensar o ser mulher, imigrante, judia, militante e operária.

Destaca-se aqui o acervo do jornal *A Manhã*, com a comparação com outros jornais do período, como *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano*, *O Dia* e *Diário da Noite*, alguns dos que mais deram publicidade ao caso da jovem e que apresentam diferentes concepções sobre o que se sucedeu com Genny. De forma a conceber as diferentes representações da mulher brasileira, bem como de Genny, e entender algumas nuances do antissemitismo no período,

---

<sup>28</sup> FRANÇOIS, Etienne. Os tesouros da Stasi ou a miragem dos arquivos. In.: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro. FGV, 1998. p.157-158

<sup>29</sup>PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa no Dops do Rio de Janeiro. **Revista Acervo**, v. 27, n. 1, p. 254-267, 2014.p.257

<sup>30</sup>*Ibidem*, p.261

foram também analisados aspectos da imprensa integralista, em especial, o semanário *A Offensiva*<sup>31</sup>.

Ao privilegiar o trabalho com o jornal *A Manhã*, porta-voz da Aliança Nacional Libertadora, é observada as escolhas realizadas no sentido dar publicidade às bandeiras da ANL, deixando entrever a participação dos intelectuais aliancistas no curso dos eventos que circundam a trajetória de Genny no Brasil. As notícias, quando tomadas como objetos de análise, são uma representação do que se queria deixar como registro de um tempo, é um fragmento daquilo que existiu no passado, enquanto discurso, e que sobrevive<sup>32</sup>.

A pesquisa realizada reforçou a hipótese de que o caso de Genny pode ser interpretado como uma experiência dramática exemplar, no sentido de reunir uma série de questões da crise política vivenciada no período do governo constitucional de Getúlio Vargas, revelando os projetos existentes em um momento em que ainda havia espaço para a dinâmica democrática. O funcionamento da imprensa sem censura e do Congresso podendo realizar oposição ao governo Vargas fez com que as denúncias e a campanha pela liberdade Genny ganhassem amplitude, muito em função de ter ocorrido antes da insurreição comunista de 1935 quando o perigo do comunismo, vislumbrado por alguns setores da sociedade, ainda não havia se concretizado.

Ao analisar as questões referentes à imigração judaica neste período, embora a literatura sobre os judeus no Brasil nos anos 1930 enfatize as formas pelas quais o antissemitismo incidiu sobre suas trajetórias – colocando-o como fator preponderante na adoção de políticas em relação aos imigrantes – entende-se que o caso de Genny Gleizer e sua expulsão demonstram que o cerne da questão encontrava-se no fato de ela estar associada ao comunismo. Não obstante, a condição de Genny enquanto mulher e imigrante contribuiu para a conformação de um perigo potencial maior. Nesse sentido, apesar de o imaginário acerca de uma conspiração judaico-comunista encontrar-se presente nos discursos emanados por setores da intelectualidade, de organizações políticas e da imprensa brasileira, a política de expulsão pautava-se mais no anticomunismo do que numa aversão ao judeu.

---

<sup>31</sup>Para uma análise da imprensa integralista, ver BULHÕES, Tatiana da Silva. **Evidências esmagadoras de seus atos: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**[dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007; e LEAL, Carine de Souza. **Imprensa Integralista (1932-1937): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

<sup>32</sup>LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. G. Einaudi, 1978. p.548

O caso Genny Gleizer encerra em si a convergência de movimentos e identidades, espelhando uma conjuntura política em que certas marcas relativas à sua origem étnica, gênero e militância funcionaram como força mobilizadora frente ao processo de crescente autoritarismo do governo Vargas.

Nesse sentido, será importante revelar as redes de sustentação da trajetória de Genny Gleizer no Brasil. O primeiro capítulo versa sobre alguns aspectos da imigração judaica para o Brasil, as condições de vida no Leste Europeu e as dinâmicas políticas da região associadas ao crescimento do antissemitismo que alicerçaram a decisão pela emigração de milhares de judeus. Serão apresentados fatores relacionados à escolha pelo Brasil como destino e as dinâmicas que se desenvolveram na região da Praça Onze, no Rio de Janeiro, lugar em que Genny residiu após a sua chegada no Brasil. O objetivo é entender a origem de Genny e a sua inserção em uma rede de sociabilidade judaica ao passo em que são trazidas questões relativas à imigração judaica e aos debates emanados por setores da intelectualidade brasileira acerca do lugar do imigrante judeu no país.

O segundo capítulo volta-se para as questões relativas à militância da jovem e às organizações a ela relacionadas. O cenário político em torno de si é explorado, principalmente no que se refere à Aliança Nacional Libertadora (ANL), privilegiando o Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular do Brasil, ao qual Genny foi vinculada. A questão feminina se faz presente na análise da formação da União Feminina do Brasil, também relacionada à ANL, para compreender como setores aliancistas entendiam o lugar da mulher na luta política e como esse entendimento foi colocado durante a campanha pela liberdade de Genny Gleizer.

Outro tema abordado é a associação realizada pela Polícia Política entre a ANL e o comunismo, bem como entre judeus e comunistas, frente à crescente repressão que se vivenciou com a especialização da polícia e a criação da Lei de Segurança Nacional. O desafio é compreender a conformação de um inimigo a ser combatido e como Genny Gleizer se enquadrava nesse perfil. Nessa análise há o cuidado de se trabalhar com as fontes policiais, cuja leitura não pode prescindir da observação das dinâmicas que ocorreram os registros. A intenção é trazer leituras realizadas pela polícia política e como elas emanavam preconceitos antijudaicos e depreciativos acerca da participação feminina na política ao passo em que são apresentadas as resistências frente a esse posicionamento.

Assim, os dois primeiros capítulos articulam o contexto em que Genny estava inserida, o tecido social que conferia os suportes possíveis para suas ações e as suas experiências no país, acompanhadas e influenciadas por diferentes estratos da sociedade. Dessa forma, sua

trajetória é relevante para se pensar o que suas experiências no Brasil ensinam sobre essa superfície social em que Genny se encontrava, funcionando como um “marcador” das transformações sociais e das tensões postas no momento.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda a repercussão do caso Genny Gleizer através dos jornais, principalmente no jornal *A Manhã*, enquanto porta-voz da Aliança Nacional Libertadora. A intenção é ver como as identidades de Genny enquanto imigrante judia e mulher foram acionadas durante a campanha pela sua libertação. As mobilizações na Câmara de Deputados dialogam com as notícias dos jornais, revelando uma grande comoção em torno da sua prisão e expulsão e as concepções acerca da imigração e da mulher na sociedade brasileira.

De maneira a revelar a atuação de Genny, são destacadas as cartas escritas por Genny e publicadas no jornal *A Manhã* durante o processo de prisão e expulsão da jovem. O material revela a concepção de Genny acerca daquilo que ela vivenciava demonstrando as formas de resistência empreendidas por ela. Trazendo à tona a sua voz, apresenta-se o grau de agência de Genny, e algumas das estratégias utilizadas na tentativa de permanecer no Brasil, acompanhando o processo de transformação em sua fala depois de concretizada sua expulsão.

O caso de Genny Gleizer despertou em setores intelectuais vinculados à ANL uma discussão acerca dos rumos que o governo Getúlio Vargas ia tomando no sentido da crescente repressão política, trazendo à tona o rompimento com a visão de um Brasil enquanto um país livre de preconceitos e receptivo com os imigrantes. Ao analisar essas visões através dos jornais, busca-se entender o que o caso de Genny Gleizer representava naquele momento e as lutas políticas travadas no período pós Constituinte e de funcionamento das instituições democráticas, que conferiram grande mobilização em torno da jovem.

## Capítulo 1 – A imigração judaica na década de 1930 e o Brasil como destino

O presente capítulo busca apresentar alguns aspectos sociais e históricos da trajetória de Genny Gleizer, de forma a estruturar os caminhos por ela traçados, desde a saída da região da Bessarábia, no Leste Europeu, até a chegada ao Brasil e sua instalação na Praça Onze. Trabalhar com a trajetória de Genny Gleizer permite integrar diferentes dimensões de análise, ora olhando para os processos mais gerais, ora observando aquilo que se desenvolveu nos círculos mais próximos da jovem.

Nesse sentido, serão discutidas inicialmente as condições de vida dos judeus no Leste Europeu, atentando para as dinâmicas políticas que se desenvolviam concomitantemente ao arrefecimento do antissemitismo na região. Objetiva-se conformar o cenário da região de origem de Genny Gleizer nas primeiras décadas do século XX de forma a compreender os motivos que levaram ao processo de emigração de milhares de judeus. Busca-se entender, assim, os processos que alicerçaram a saída de Genny da Romênia bem como o pano de fundo de sua trajetória no Brasil, ao expor as condições sociais, econômicas e políticas que convergiram naquele momento.

Entra na análise a consolidação do Brasil como destino para os judeus da Europa, apresentando a visão da sociedade brasileira na década de 1930 na perspectiva da imigração judaica. Serão abordados os debates emanados da intelectualidade brasileira que colocava para si o dever de pensar a composição da sociedade na construção de uma nação moderna e o lugar que o imigrante ocupava nesse momento. Pensando o lugar do antissemitismo no Brasil sob uma ótica matizada, busca-se entender como esses fatores afetaram a trajetória de Genny na escolha pelo Brasil como local de residência de sua família, bem como esses debates influenciaram na percepção do outro, o imigrante judeu, e pautaram políticas sob a ótica da higiene e do trabalho.

Dialogando com as questões relativas aos debates dos intelectuais brasileiros, serão apresentadas algumas nuances da sociabilidade judaica no Rio de Janeiro, mais especificamente na Praça Onze, local onde Genny Gleizer residiu assim que aportou no país. Fazem parte da discussão características da sociabilidade judaica que se desenvolvia na região, entendendo a diversidade intrínseca que caracteriza as comunidades judaicas<sup>33</sup> e atentando principalmente para os setores progressistas, de forma a compreender a inserção de Genny Gleizer nesse universo. Coloca-se em perspectiva o que significava ser judeu, de

---

<sup>33</sup> Cf. FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2007.; GRIN, Monica. Etnicidade e Cultura Política No Brasil. O Caso Dos Imigrantes Judeus do Leste Europeu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 28, 1995. p. 139-156; WORCMAN, Susane [Dir]. **Heranças e Lembranças**: imigrantes judeus no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ARI: CIEC: MIS, 1991. p.12

maneira a compreender a realidade social ali vivenciada e a agência desses setores nas discussões acerca do antissemitismo que emanavam de setores das elites brasileiras e na transformação das chaves interpretativas acerca da questão judaica<sup>34</sup>. Ao abordar essas noções são destacadas as ações nos níveis do grupo social e do indivíduo no sentido de que eles eram afetados e afetavam as dinâmicas políticas da primeira metade da década de 1930.

O objetivo é entender a trajetória de Genny desde o momento de saída de seu país até sua entrada no Brasil, trazendo para o foco a inserção da jovem nesse quadro mais amplo da migração judaica de maneira a recompor alguns fios de sua trama.

### **O Leste Europeu: aspectos da emigração judaica nas primeiras décadas do século XX**

Genny Gleizer nasceu em 1916 na região da Bessarábia, no Leste Europeu, e chegou ao Brasil com sua irmã Bertha. Buscando melhores condições de vida após o suicídio de sua mãe, Rosa<sup>35</sup>, Genny e sua irmã vieram encontrar-se com seu pai Motel Gleizer. Motel imigrara anos antes fugindo das graves restrições que os judeus na Romênia vinham sofrendo<sup>36</sup>, com a ascensão de movimentos fascistas cristãos, e o histórico dos *pogroms*<sup>37</sup> no país. Ao chegar ao Brasil Genny instalou-se na região da Praça Onze, no Rio de Janeiro, local que se constituiu nas primeiras décadas do século XX num ponto de convergência de imigrantes judeus<sup>38</sup>.

Oriunda da cidade de Khotyn<sup>39</sup>, Genny aportou no Brasil em 1932<sup>40</sup>. Assim como milhares de judeus do Leste Europeu, sua vinda para o Brasil ocorreu em um momento de ascensão do antissemitismo na Europa que tornava precárias suas vidas. A região da Bessarábia nos primeiros anos do século XX contava com uma efervescente vida cultural, com diversas atividades sociais, publicação de periódicos em ídiche, além de possuir 16

---

<sup>34</sup> Cf. LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a Questão Judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Imago, 1995.

<sup>35</sup> Jornal A Manhã, edição de 11 de outubro de 1935, p.03

<sup>36</sup> BLAY, Eva Alterman. Inquisição, inquisições *op. cit.* p.15

<sup>37</sup> Palavra russa que significa “causar estragos, destruir violentamente.” Os pogroms se caracterizaram como ondas cíclicas de massacres contra os judeus e destruição de suas propriedades tanto na Rússia quanto em outros países. Retirado de Enciclopédia do Holocausto. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005183>.

<sup>38</sup> Cf. FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2007.

<sup>39</sup> Atualmente a cidade natal de Genny se localiza no território da Ucrânia. Ao longo do século XX o local passou por diferentes domínios, entre eles do Império Russo (1812-1917), Moldávia (1917-1918), Romênia (1918-1940), e União Soviética. Ver TARTAKOVSKY, Dmitry. **Parallel ruptures**: Jews of Bessarabia and Transnistria between Romanian nationalism and Soviet communism, 1918–1940. University of Illinois at Urbana-Champaign, 2009.

<sup>40</sup> Jornal O Imparcial, edição de 14 de setembro de 1935, p.05.

escolas judaicas e um hospital<sup>41</sup>. Entretanto, assim como em outras partes da Europa Oriental, a região foi cenário de *pogroms* ao longo do século XIX até o início do século XX, apresentando um cenário de crescente perseguição aos judeus. Contando com a conivência das autoridades e por vezes até com incentivos<sup>42</sup>, os *pogroms* forçaram a migração de milhares de judeus para a Palestina, Estados Unidos, Europa Ocidental e países da América do Sul.

Após a I Guerra Mundial os judeus da Bessarábia, Transilvânia e Bukovina tiveram seus direitos limitados, ao passo em que se assistiu à formação de milícias de forte caráter antissemita, como a Legião do Arcanjo Miguel, precursora da Guarda de Ferro<sup>43</sup>. Havia ainda o problema das desigualdades sociais na região em função da crise que se acentuou ao longo dos anos 1930 e que teve repercussões na frágil democracia romena. No final da década, os nazistas ocuparam o país, agravando ainda mais a situação dos judeus sob a ditadura do general Ion Antonescu<sup>44</sup>. Foi nesse período também que foram promulgados diversos atos que marginalizavam ainda mais os judeus, com planos de deportação maciça de não-romenos, o impedimento de judeus de participarem de instituições de ensino e do serviço público, numa clara aproximação com a política adotada por Hitler na Alemanha<sup>45</sup>.

A decisão de muitos judeus pela emigração apresentava-se, assim, como uma das alternativas de sobrevivência, uma vez que frente à vulnerabilidade que viviam, o cenário de crise favorecia o crescimento da intolerância com os judeus. Esse cenário era resultante de “uma combinação complexa de pressão política, legislação restritiva, constrangimentos sobre oportunidades econômica, educacional e política<sup>46</sup>”.

A consolidação da Revolução Russa em 1917 reforçou a mobilização dos judeus a se unirem na luta pelo socialismo, e acarretou no reforço da repressão sobre os setores judaicos socialistas. Esse processo foi acentuado principalmente após a revolta comunista liderada pelo judeu Bela Kun em Budapeste, na Hungria. O clima de insegurança associado ao medo de novas revoltas que colocassem em risco as fronteiras determinadas pelo Tratado de Versalhes originou uma propaganda antissemita identificando os judeus com o comunismo e que se

---

<sup>41</sup> MORASHÁ. A Bessarábia era uma terra doce e bonita. **Morashá**. Edição 67, mar. 2010. Disponível em <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/bessarabia-era-uma-terra-doce-e-bonita.html>

<sup>42</sup> LIMONCIC, Flávio. Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.257

<sup>43</sup> LAPESCU, Dvidiu; LISCIOTTO, Carmelo. A Destruição dos Judeus da Romênia I. **Moshav**. Mai, 2011. Disponível em <http://moshav.blogspot.com.br/2012/05/destruicao-dos-judeus-da-romenia.html#more>.

<sup>44</sup> ENCICLOPEDIA YIVO. Romania. **The Yivo Encyclopedia of Jews in Eastern Europe**. Disponível em <http://www.yivoencyclopedia.org/article.aspx/Romania>.

<sup>45</sup> KRAUSZ, Luis. S. A persistência do exílio em Aharon Appelfeld. **Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, out. 2010.

<sup>46</sup>GRIN, Monica. Etnicidade e Cultura Política No Brasil. *op. cit.* p. 139-156

espalhou pela Romênia. Na Bessarábia, um território recém incorporado à Romênia, os judeus foram representados como desleais e perigosos para a unidade do país<sup>47</sup>.

Os judeus da região da Bessarábia contavam com a particularidade da multietnicidade, quando comparados ao restante da Romênia, e com relativa autonomia cultural, além da forte presença do iídiche como língua principal<sup>48</sup>. O crescente clima de insegurança principalmente para os judeus dessa região, com a ascensão da Guarda de Ferro e com a crise econômica que atingiu o mundo no início dos anos 1930, estabeleceu o pânico entre as famílias acarretando no aumento do movimento migratório. Durante o período, o ativismo da juventude se fortaleceu, havendo o desenvolvimento de diferentes correntes frente ao quadro de perseguição que se apresentava<sup>49</sup>.

Nesse contexto de mobilização social, a ideia do Bund se fazia presente também na região da Bessarábia<sup>50</sup>. Criado em 1897, ele representava o operariado judeu e era um desdobramento do Grupo Social Democrático Judeu, ou o “Grupo de Vilna”, que passara a adotar a cultura iídiche como um dos seus pilares, enxergando-a como uma forma de ascensão social e política<sup>51</sup>. Ele foi uma das bases de desenvolvimento do movimento socialista e da organização da classe operária judaica, principalmente na Rússia, Polônia e Lituânia<sup>52</sup>. A presença do Bund coadunava com a existência de uma efervescência política, no sentido de haver o desenvolvimento de movimentos judaicos de diferentes matizes, religiosas e não religiosas, como idischistas, internacionalistas, hebraístas e socialistas. O quadro político judaico se mostrava marcado por um amplo espectro de ideologias:

The pre-revolutionary Jewish political spectrum was tremendously vibrant, marked by political parties representing ideologies from across the political spectrum: several branches of Zionists (the Socialist Zionists, including Agudat Israel and Paolei Tsiyon; the religious Zionists of Mizrachi and the Zionist Revisionists of Betar); the Zionist-Socialist Workers Party and Jewish Socialist Workers Party or SERP; the combined concerns of socialism and Jewish nationalism in the Bund and Ber Borochov’s Marxist Zionism; the Yiddishism of Chaim Zhitlovsky and the Folkspartei of the champion of Jewish cultural and territorial autonomy within Russia, Simon Dubnow—to mention only the better known and larger Jewish movements.<sup>53</sup>

Essa diversidade vai se refletir na formação das comunidades judaicas após a migração, fazendo com que no Brasil surgissem organizações de diferentes correntes culturais e políticas, mantendo os laços identitários construídos nos seus países de origem, conforme

<sup>47</sup>TARTAKOVSKY, Dmitry. *Parallel ruptures*, *op. cit.* p.48-49

<sup>48</sup> WASSERSTEIN, Bernard. **Na Iminência do Extermínio: A História dos Judeus da Europa antes da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Cultrix, 2015. 520p, p.155

<sup>49</sup>TARTAKOVSKY, Dmitry. *Parallel ruptures*, *op. cit.* p.194

<sup>50</sup> ENCICLOPEDIA YIVO, Romania, *op. cit.*

<sup>51</sup> PINSKY, Jaime, **Origens do Nacionalismo Judaico**, São Paulo: HUCITEC, 1978. p.91-97

<sup>52</sup> Cf. CLEMESHA, Arlene. **Marxismo e judaísmo: história de uma relação difícil**. Boitempo, 1998. p.131

<sup>53</sup>TARTAKOVSKY, Dmitry. *Parallel ruptures*, *op. cit.*p.71

será visto mais a frente. Assim, o cenário de agudização do antissemitismo, associado à reação existente frente à crescente efervescência político-cultural da região da Bessarábia, se apresentava como o pano de fundo que alicerçou muitas trajetórias dos judeus da região. O relato de Doba Zoneichem, que, assim como Genny, também veio para o Brasil nesse período oriunda da Bessarábia, apresenta um pouco dos aspectos aqui elencados:

Depois que romenizou, a situação econômica ficou muito ruim. Os negócios caíram muito. O meu próprio pai tinha muitas dificuldades em abastecer a casa. E os judeus já começaram a sentir o anti-semitismo. Inclusive na agricultura. O pessoal queria fugir de lá. Meus avós emigraram para os Estados Unidos e, em 1926, meu pai foi para o Brasil. Eu mesma só estudava porque me mandavam dinheiro dos Estados Unidos. (...) Mas no meio do vestibular eu tive que fugir, porque eu já pertencia a um grupo progressista. Eu já trabalhava na juventude. Eu tinha muita ligação com os jovens do Hashomer Hatzair que era bastante esquerdista<sup>54</sup>.

Assim como Doba, Genny já exercia atividades políticas durante sua juventude na Bessarábia, se tornando membro do Socorro Vermelho<sup>55</sup> nos primeiros anos da década de 1930<sup>56</sup>. Da mesma forma, o agravamento do quadro para os judeus do Leste Europeu com o aumento da fragilidade da condição de vida é evidenciado entre os motivos para a saída da família da região conforme explicitou Motel Gleizer no periódico *A Noite*. No relato, o pai de Genny apresenta alguns aspectos do processo que levou à imigração da família para o Brasil:

Vim para o Brasil em julho de 1929. A situação na Romênia era precária, e eu precisava ter dinheiro para sustentar uma esposa e duas filhas. Vim para o Brasil, terra de liberdade e de trabalho. Ficaram na Romênia minha mulher Rosa e nossas duas filhas menores, Genny, com 12 anos, e Bertha, com 4. Mas aqui, a sorte não me ajudou logo. E não podendo mandar buscar minha família, nem mandar-lhe o necessário para viver sem fome, fui surpreendido pelo suicídio de Rosa. Minha mulher não suportara a vida miserável<sup>57</sup>.

Assim, o Brasil se colocava como uma possibilidade na busca por condições de sobrevivência e desenvolvimento. Entre 1924 e 1934 ocorreu um salto no número de imigrantes oriundos do Leste Europeu que entraram no Brasil, chegando a mais de 93.000 pessoas. Desse número, quase metade era constituída por os judeus<sup>58</sup>. Quando se pensa nos

---

<sup>54</sup> WORCMAN, Susane. *Heranças e Lembranças op. cit.* p.37-38

<sup>55</sup> Segundo Apoena Canuto Cosenza, que realizou um estudo acerca da estrutura organizativa do Partido Comunista do Brasil, “O Socorro Vermelho era uma organização que lutava contra a perseguição política de militantes do proletariado, fossem eles do movimento sindical ou de movimentos políticos. Ainda, tinha como objetivo defender aqueles que fossem vítimas da repressão em seu país, por participar em protestos ou movimentação de contestação, auxiliando inclusive financeiramente presos políticos e famílias de vítimas da repressão.” Cf. COSENZA, Apoena Canuto. **Um partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

<sup>56</sup> JEIFETS, Víctor; JEIFETS, Lazar. **La Internacional comunista y América Latina, 1919-1943: diccionario biográfico**. Ariadna Ediciones, 2016. p.28

<sup>57</sup> CALLADO, Ana Arruda. **Berta Ribeiro: aos índios, com amor: uma biografia**. Rio de Janeiro: Batel, 2016. p.11

<sup>58</sup> LESSER, Jeffrey. **A invenção da Brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2015.p.182

anos mais críticos, após a ascensão de Hitler na Alemanha, entre 1933 e 1942, o número de judeus que entraram no país atingiu o número de 25 mil<sup>59</sup>, expressando o resultado do acirramento das perseguições bem como da escolha pelo Brasil como destino, onde as expectativas de desenvolvimento poderiam se concretizar. Nesse sentido, cabe entender também as condições que o Brasil oferecia nas primeiras décadas do século XX.

### **O Brasil como destino: imigração e a questão judaica**

Todo processo de migração gera um movimento de dispersão e unidade, em que antigos laços são rompidos ao passo em que, ao chegarem a seus destinos, são criadas novas relações e formas de sociabilidade. Por conta da vulnerabilidade que atingia os judeus, a construção e reconstrução de laços no novo país eram constituídas a partir das dinâmicas intracomunitárias. Esse processo no Brasil se fortaleceu a partir da década de 1920, após as restrições impostas à entrada de judeus nos Estados Unidos, Canadá e Argentina, até então os destinos privilegiados daqueles que fugiam das perseguições na Europa<sup>60</sup>.

Desde 1909, com a atuação da Jewish Colonization Association (JCA) o Brasil já se colocava como um dos destinos possíveis para os judeus. A organização fundada pelo barão Maurice Hirsch, em 1891, foi responsável por conseguir trazer judeus para o Brasil, chegando a fundar no sul do país colônias judaicas voltadas para o trabalho agrícola. Em seu estatuto é mencionada a intenção de “facilitar a imigração dos israelitas dos países da Europa e da Ásia, onde são oprimidos por leis restritivas e privados de direitos políticos, a outras regiões do mundo, onde possam gozar desses e dos demais direitos inerentes ao homem.”<sup>61</sup>. A JCA pretendia, assim, inserir os judeus nos novos territórios, através de experiências de engenharia social. Pensava, assim, a sociedade e as necessidades colocadas no momento, como na alteração da estrutura ocupacional, alocando os judeus para exercer trabalhos na terra, rompendo com o estereótipo do judeu enquanto trabalhador urbano<sup>62</sup>.

O Rio de Janeiro despontava como importante centro de recepção dos que chegavam, uma vez que a JCA havia estabelecido sua agência central nesta cidade. Convergia também o fato de que a então capital federal apresentava uma forte posição política e econômica, recebendo em seus portos, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, 85% dos judeus que chegavam

---

<sup>59</sup> LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica *op.cit.* .p. 122

<sup>60</sup> LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade, *op. cit.* p.44

<sup>61</sup> VELTMAN, Henrique. **A história dos judeus em São Paulo**. Rio de Janeiro: Exped, 1996. p.41

<sup>62</sup> SORJ, Bila. “Normalizando” o povo judeu: a experiência da Jewish Colonization Association no Brasil, In. SORJ, B. **Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp.76-90. p.76

ao Brasil<sup>63</sup>, originando um sistema assistencial voltado para os imigrantes, destacando-se, nesse aspecto, a região da Praça Onze.

A trajetória de Genny encontra-se alicerçada nesse cenário e as dinâmicas em torno da sua vinda para o Brasil revelam paralelos com as trajetórias de outros judeus que chegaram ao país no período marcado pela ascensão do antissemitismo nas suas regiões de origem. A dinâmica familiar da migração, presente na trajetória de Genny, com a vinda inicial de um parente que após seu estabelecimento buscava os demais<sup>64</sup>, respondia à ideia do não retorno, algo que esteve presente durante a história de migrações judaicas para escapar do antissemitismo.

A tragédia da fome, a vinda de Motel Gleizer que depois conseguiu trazer as filhas, a busca por uma “terra de liberdade e trabalho”, vislumbrando no país uma possibilidade de recomeço, pautaram diversas histórias de judeus que chegaram ao Brasil no período. Em outra entrevista, concedida ao jornal *O Globo* e publicada também no período *O Imparcial*, Motel apresentou novos elementos sobre a vinda de sua família para o país:

As duas crianças ficaram abandonadas na Romênia. Sem família, sem teto, sem pão. E foi por intermédio da J.C.A., a organização internacional que fornece aos judeus meios para emigrarem, que Genny e Bertha vieram para o Brasil, em 1932. E isso foi conseguido pela intercessão do rabino Raffalovich, (...) que as trouxe em sua companhia. Eram duas crianças que não sabiam ler nem escrever. E não conheciam política. E da vida só conheciam duas coisas: fome e frio<sup>65</sup>.

As afirmações de Motel reforçam a dura realidade vivenciada na Romênia, e, para além de realizar a defesa de Genny, ao dizer que a jovem não conhecia política quando chegou ao país, elas apresentam o fato de a família ter chegado ao país através da JCA, a Jewish Colonization Association. Assim, o Brasil se conformava como o destino para fugir das restrições que a família vinha sofrendo na Romênia.

Convergia também alteração da concepção do Brasil como destino. Se antes o país era retratado como atrasado, nas décadas de 1920 e 1930 houve uma mudança na avaliação, pautada pelo início da modernização capitalista, que o tornava mais atrativo para as massas imigrantes<sup>66</sup>, a partir da difusão de uma imagem internacional que o revelava como de grande potencial econômico e de poucos conflitos religiosos<sup>67</sup>.

---

<sup>63</sup> WORCMAN, Susane. Heranças e Lembranças. *op. cit.* p.28

<sup>64</sup> LIMONCIC, Flavio. Um mundo em movimento, *op. cit.* p.267

<sup>65</sup> Jornal O Imparcial, edição de 14 de setembro de 1935, p.5.

<sup>66</sup> MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 229-256, 1999. p.232

<sup>67</sup> GRIN, Monica. Etnicidade e Cultura Política no Brasil, *op. cit.*

Com o fim da escravidão e a proclamação da República, os setores urbanos do país propagaram com mais força as ideias de modernização, reforçando a concepção que aliava o passado à escravidão e ao atraso. Dentro dessa perspectiva, a modernidade seria construída sob uma ótica higienista. Confluiu nesse aspecto mudanças no campo da saúde pública com a maior preocupação com a defesa sanitária e controle de doenças. Desde o período da Primeira República havia o cuidado com a entrada de imigrantes nos portos brasileiros, com a criação de instituições de saúde pública voltadas para o controle da população imigrante e para as questões sanitárias dela originada<sup>68</sup>. É nesse momento em que se vê a preparação do terreno para os debates do movimento sanitário que encontrará força e representação política nas primeiras décadas do século XX.

Como aponta Hochman ao abordar as relações entre saúde pública e o processo de formação do Brasil no início do século XX, a preocupação com a saúde pública e a necessidade de expansão da ação do Estado sobre as políticas do setor pode ser evidenciada no Programa da Liga Pró-Saneamento do Brasil que afirmava: “estamos convencidos de poder a União intervir livremente nos estados em questões de higiene, indissolúvelmente ligadas a todos os problemas de ordem econômica, política e social”<sup>69</sup>. Essas concepções, que entendiam a necessidade de alteração do quadro da saúde pública brasileira e a sua centralidade, foram fundamentais na instituição da política migratória brasileira, ao passo em que favoreceu a imagem do Brasil internacionalmente, viabilizando a percepção que o colocava como atrativo para os imigrantes.

Entre os debates que derivavam dessas questões, encontrava-se o do modelo de trabalhador imigrante que se pretendia incorporar à sociedade. Assim, vinculavam-se aos debates sobre a imigração as concepções de higiene, com o objetivo de conseguir braços disciplinados e trabalhadores saudáveis completamente inseridos à realidade e à necessidade brasileiras. Nesse sentido, ao longo das primeiras décadas do século XX, questões relativas a trabalho, imigração e higiene foram integradas à noção de ordem, e interpretadas enquanto instrumento para superação do atraso econômico.

Esse cenário de modernização também resultou na consolidação dos alvos da ação policial ao identificar os setores considerados perigosos para a ordem que se pretendia estabelecer. Como ressalta Jeffrey Lesser ao observar a transformação da branquidão –

---

<sup>68</sup> REBELO, Fernanda; MAIO, Marcos Chor; HOCHMAN, Gilberto. O princípio do fim: o “torna-viagem”, a imigração e a saúde pública no Porto do Rio de Janeiro em tempos de cólera. **Revista Estudos Históricos**, v. 24, n. 47, p. 69-87, 2011.

<sup>69</sup> HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Revista estudos históricos**, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

almejada naquele momento e pautada nas concepções eugênicas – em uma categoria cultural na primeira metade do século XX e seus impactos na política migratória brasileira:

A princípio, políticas influenciadas pela eugenia favoreceram a entrada de trabalhadores alemães, portugueses, espanhóis e italianos como “braços para a lavoura”. Mas o medo da militância social e trabalhista, e também as dúvidas sobre se os imigrantes da Europa Central seriam ou não assimilados (como o famoso ataque de Sílvio Romero contra os “perigos do alemanismo”, de 1906) fez a atenção se voltar para grupos não europeus. (...) A ideia de branquidão se tornou assim um componente importante para a inclusão na “raça” brasileira, mas o significado de branco mudou radicalmente entre 1850 e 1950, como veremos nas experiências de imigrantes do Oriente Médio, do Leste Europeu e da Ásia e também de seus descendentes<sup>70</sup>.

Dentro dessa concepção a pobreza deveria ser evitada, assim como as doutrinas consideradas exógenas ao padrão brasileiro<sup>71</sup>, como o anarquismo e o comunismo. Para tanto, o perfil do trabalhador a ser incorporado no Brasil deveria responder à ordem que se forjava naquele momento, reprimindo ideias consideradas nocivas, e evitando a formação de quistos sociais, que levariam à desagregação social. Buscavam-se os imigrantes que satisfizessem os padrões da “evolução étnica brasileira” e que possuísem uma boa fusibilidade no processo de caldeamento existente no Brasil e na ocupação territorial<sup>72</sup>.

Os judeus, enquanto conceito abstrato e qualificados a partir de estereótipos negativos, não se enquadrariam nesse ideal de imigrante. Associava-se a eles a ideia de apenas desenvolverem atividades urbanas, oferecendo competição aos trabalhadores brasileiros, sendo entendidos como avessos à assimilação e propícios à formação de quistos, frente aos casamentos intracomunitários, e eram ainda atrelados à ideia da conspiração judaico-comunista.

No plano político, um processo de radicalização encontrava-se em curso relacionado à descrença no liberalismo econômico, exacerbada pela crise econômica mundial após o *crash* da bolsa de Nova Iorque em 1929 e caracterizada pela ascensão de regimes autoritários em diversos países. Convergiam também a atuação da Internacional Comunista, que fazia repercutir a Revolução Russa no mundo, apresentando uma alternativa para a crise<sup>73</sup>. No campo

---

<sup>70</sup> LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade, *op. cit.* p.24

<sup>71</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes e refugiados judeus em tempos sombrios: Brasil, 1933-1948. Inquisição, Imigração e Identidade. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 337-374, 2005.p.348

<sup>72</sup>SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n.53, p. 117-149. p. 141-1432002.

<sup>73</sup>GRYNSZPAN, Mario e PANDOLFI, Dulce. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das Elites. *Revista de Sociologia e Política*. **Dossiê Estado Novo**: 60 anos. n.9. 1997. p.22; CAMARGO, Aspásia. As incertezas da democracia. In. CAMARGO, Aspásia [Org.]. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.p. 17-33; CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In.: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das Tradições (1889-1945)**. Rio

intelectual, eram debatidas questões como raça e herança colonial, que ganharam relevância nas discussões que marcaram as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX<sup>74</sup>, se tornando na década de 1930 o centro de muitos debates acerca da formação da nação brasileira<sup>75</sup>. Conforme será abordado mais adiante, a construção de uma ideologia da nacionalidade com a emergência e o fortalecimento de forças políticas que marcaram de tensões as relações entre o Estado e a sociedade<sup>76</sup>, caracterizou “uma intensa atuação de movimentos nacionalistas, que pretendiam descobrir, afirmar e reivindicar os princípios da nacionalidade e realizá-los através do Estado”<sup>77</sup>.

No período da década de 1930, frente aos debates de parte da intelectualidade brasileira sobre a construção da nação, com a identificação de quais seriam as mazelas do país, entre elas, a composição étnica da população<sup>78</sup> e o papel do imigrante nela, restrições começavam a ser pensadas, com setores do governo Vargas considerando a imigração judaica como algo indesejável<sup>79</sup>. A partir de uma série de medidas legais buscou-se controlar a entrada de imigrantes no país. Entre elas, destaca-se a publicação do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. O texto, visando evitar a aglomeração em centros urbanos – o que poderia causar perturbações e se apresentar como uma ameaça ao trabalhador nacional e estrangeiro – colocava a imposição das cartas de chamada, demonstrando a necessidade de se povoar e cultivar as áreas rurais<sup>80</sup> com braços estrangeiros, ao passo que restringia a entrada de imigrantes. Já nos debates da Constituinte revela-se que as

concepções sobre raça, e sobre a melhoria da população puderam ser agregadas, nesse momento, a então crescente discussão sobre a competição entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. Assim, correntes imigratórias até então acusadas de indesejáveis por não favorecerem o processo de branqueamento da população, agora também apareciam como uma ameaça ao mercado de trabalho, uma concorrência prejudicial. Este foi um elemento particularmente conveniente à política trabalhista do governo Vargas e podia ser explorada nos discursos oficiais que alegavam a defesa e a valorização do trabalhador nacional<sup>81</sup>.

---

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 455; VIANNA, Marly A. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 63-106, 2003.p.69; PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

<sup>74</sup>LIMA, Nísia; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 493-534, 2004. p.314

<sup>75</sup>Cf. MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? *op. cit.*

<sup>76</sup>Cf. CAMARGO, Aspásia. As incertezas da democracia, *op. cit.*

<sup>77</sup>LIMA, Nísia; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva, *op. cit.* p.315

<sup>78</sup>*Ibidem*.p.314

<sup>79</sup>*Ibidem*, p.30-31

<sup>80</sup> GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 15, n. 27, 2012.p.178

<sup>81</sup>*Ibidem* p.189

Ao longo dos debates da Constituinte, foram apresentados os modelos de cidadãos que se buscavam incorporar à sociedade brasileira. A ideia do nativismo se fazia fortemente presente<sup>82</sup>, determinando quais seriam os imigrantes ideais e os indesejáveis à composição nacional. Influenciados pelos debates eugenistas do período, diversos deputados, como Arthur Hehl Neiva e Miguel Couto, propuseram políticas migratórias mais definidas. Como ressalta Geraldo, Miguel Couto defendia o papel da imigração “na criação de valores étnicos, e condenou fortemente que ela fosse tratada como simples fornecimento de mão-de-obra”<sup>83</sup>. Nesse sentido, trouxe as discussões apresentadas no Congresso Brasileiro de Eugenia, determinando quais seriam os tipos de imigrantes ideais na formação social nacional<sup>84</sup>.

Apesar de os judeus praticamente não aparecerem nas discussões da Constituinte, a imigração judaica passou a chamar a atenção. Considerados não brancos, foram apresentados, junto a outros grupos de imigrantes, como causadores de problemas políticos e sociais, identificando-os, principalmente, com o comunismo<sup>85</sup>.

A Constituição de 1934, em seu artigo 121, expressava o desejo de preservar a integração étnica e capacidade física e civil do imigrante e instituiu o limite de dois por cento do total de respectivos nacionais fixados no Brasil. O parágrafo seguinte ainda vedava a concentração de imigrantes em qualquer ponto nacional, visando garantir a sua assimilação<sup>86</sup>.

Nas discussões acerca da imigração e do papel do imigrante na composição da sociedade brasileira, a busca por atender demandas de setores urbanos – e identificando o trabalhador estrangeiro como um concorrente ao trabalhador nacional – resultou na decisão de que as profissões liberais ficariam “restritas a cidadãos brasileiros ou àqueles que fossem naturalizados e também houvessem servido às forças armadas”<sup>87</sup>.

Com o aumento do fluxo migratório de judeus para o país, crescia também a visibilidade judaica<sup>88</sup>, colocada em questão junto à discussão acerca de quais imigrantes seriam os ideais para a composição da sociedade brasileira. A “questão judaica” se consolidava no debate público, no sentido de que os judeus tornaram-se objetos de

---

<sup>82</sup> LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.*

<sup>83</sup> GERALDO, Endrica. O ‘perigo alienígena’: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

<sup>84</sup> Neste trabalho me detenho à questão da imigração judaica, não ignorando, entretanto, as restrições colocadas a outros grupos. Nesse sentido, vale a leitura dos trabalhos de Geraldo e Seyferth. Cf. GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil *op. cit.* e SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 103-122, 1994.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil.

<sup>87</sup> LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.* p.122

<sup>88</sup> MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo, *op. cit.* p.232

preocupação política, de ação e controle por parte de agências estatais e de repressão policial. A partir da configuração de um judeu abstrato<sup>89</sup>, pautado nos estereótipos disseminados por intelectuais antissemitas influenciados pelo nacionalismo e pela crise econômica que atingia o mundo após a quebra da bolsa de Nova Iorque, vê-se desenvolver no país uma literatura antissemita. Exemplo desse movimento é a publicação da tradução realizada pelo teórico e chefe das milícias integralistas, Gustavo Barroso, do livro “Protocolos do Sábio de Sião”, que caracterizava os judeus como um perigo a ser combatido ao descrever uma falsa conspiração para dominar o mundo<sup>90</sup>.

Portanto, esses estereótipos de que os imigrantes judeus tinham a tendência de se concentrarem em áreas urbanas e de ocuparem ofícios ligados aos setores de serviços<sup>91</sup>, enxergando o perigo de eles não se assimilarem à população, formando quistos sociais, resultavam na concepção de que eles não se enquadravam nas formas do “imigrante ideal” na construção do país que se tentava forjar. O fato de que uma parcela dos judeus do Leste Europeu que aportavam no Brasil já haver tido experiência no meio operário, fruto dos efeitos da modernização em seus países de origem, reforçava a concepção de que a imigração judaica não seria benéfica para o desenvolvimento do país. Esses imigrantes traziam consigo uma consciência política de esquerda que reforçava a ideia, por parte de intelectuais brasileiros, de que os estrangeiros seriam potenciais divulgadores da ideologia comunista. Como ressalta Marcos Chor Maio:

A presença judaica foi criando aos poucos certas desconfiças que se refletiram em órgãos da imprensa e em círculos intelectuais e políticos. Em parte, essa imagem negativa adviria da onda nacionalista surgida no final dos anos 10, que concebia imigrantes como concorrentes dos trabalhadores brasileiros, ou como seres improdutivos, exploradores da mão-de-obra e da riqueza autóctone. Além disso, as elites políticas da época acreditavam que os estrangeiros eram portadores das ideologias anarquista e comunista, estranhas à ‘índole do povo brasileiro’. Esses ‘indesejáveis’ seriam um mal externo que corromperia a nação<sup>92</sup>.

A despeito das discussões colocadas acerca do imigrante ideal e da presença de discursos eugenistas bem como da influência de um antissemitismo emanado da Europa<sup>93</sup>, a restrição à entrada de judeus no país não se apresentou como uma política efetiva na primeira metade da década de 1930. Assim, é importante pensar o lugar do antissemitismo no Brasil,

---

<sup>89</sup> FALBEL, Nachman. Uri Zwerling e a literatura antissemita no Brasil. In. ZWERLING, Uri. **Os Judeus na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013. p.11

<sup>90</sup> LIMONCIC, Flavio. Um mundo em movimento. *op. cit.* p.257

<sup>91</sup> SORJ, Bernardo. Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica. In.: SORJ, Bila (Org.). **Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p.9-32.

<sup>92</sup> MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? *op. cit.* p. 233

<sup>93</sup> Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração, 1930-1945. Editora Perspectiva, 2001.

quando, apesar da existência de visões intolerantes sobre o judeu, a realidade era a de que os judeus desenvolviam suas atividades políticas e haviam se aculturado à sociedade brasileira<sup>94</sup>. Mesmo durante o Estado Novo, com o arrefecimento da repressão e do controle sobre os imigrantes, eles mantiveram o dinamismo político, econômico e cultural<sup>95</sup>. Assim, ainda que setores intelectuais emanassem discursos preconceituosos que enxergavam no judeu um perigo à composição da sociedade brasileira bem como aos trabalhadores nacionais, no campo sociocultural a inserção judaica não encontrou grandes restrições, revelando uma dinâmica que contradizia o discurso antissemita<sup>96</sup>.

É também importante frisar a existência de clivagens entre os imigrantes judeus, como se evidencia na formação e no desenvolvimento de uma vida comunitária judaica plural no país<sup>97</sup>, principalmente nos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Ao matizar essas experiências, torna-se possível identificar as diferentes formas de incidência da repressão política e policial sobre os judeus, interpretando as nuances do antissemitismo, enquanto fenômeno complexo e multifacetado<sup>98</sup>.

No período em que Genny chegou ao Brasil, os judeus ainda não eram encarados como um “perigo”, havendo a transformação dessa concepção somente a partir do Levante Comunista de 1935<sup>99</sup>, como será visto mais à frente. Nesse sentido, o que se percebe é que os judeus já radicados no Brasil e aqueles que chegaram nos primeiros anos da década de 1930 foram incorporados sem grandes dificuldades à dinâmica social brasileira, com exceção dos que exerciam atividades políticas de oposição ao regime instituído. Essa constatação, entretanto, não ignora as consequências trágicas de uma política migratória restritiva que se desenhou ao longo dos anos 1930, nem as expulsões, mesmo que pautadas por motivos políticos, em um momento que os judeus começavam a ser exterminados na Europa sob o domínio de Hitler.

Ao pontuar esses aspectos, é possível afirmar que, por mais que o Estado brasileiro e os intelectuais levantassem questões que revelavam ideias antissemitas, os judeus que se instalaram no país ao longo das primeiras décadas do século XX não encontraram fortes resistências à sua inserção na realidade brasileira. A existência de políticas restritivas à entrada dos judeus, principalmente após 1937, em consonância com a concepção de que os

---

<sup>94</sup> LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.* p.23

<sup>95</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002. p.418

<sup>96</sup> Cf. SORJ, Bernardo. Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica 1997, *op. cit.*

<sup>97</sup> Cf. LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.*

<sup>98</sup> LIMONCIC, Flavio. Um mundo em movimento. *op. cit.* p.276

<sup>99</sup> MAIO, Marcos Chor; CALAÇA, Carlos Eduardo. Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.438

judeus representavam elementos “indesejáveis” à conformação social do país se tornou algo mais restrito aos debates intelectuais<sup>100</sup> e de pouca repercussão no cotidiano. Isso se deu também como fruto das estratégias de sobrevivência e resistência lançadas pelos judeus:

Os judeus não só questionaram os estereótipos do que significava ser “branco” e “europeu”; questionaram também os estereótipos de si mesmos. Isso ajuda a explicar por que, apesar do movimento antijudaico vociferante e efetivo junto a intelectuais e políticos, os judeus que se instalaram no Brasil não só sobreviveram como prosperaram. A reação contrária à imigração judaica era contrária a um desconhecido sobre o qual havia pouca informação propícia à avaliação. Depois que chegavam ao Brasil os imigrantes judeus eram bastante bem aceitos, em parte porque seu histórico étnico nem sempre era evidente<sup>101</sup>.

Até mesmo o Integralismo não ressoou de maneira unívoca a pauta do antissemitismo. Se por um lado Gustavo Barroso escrevia a coluna “Judaísmo Internacional” no periódico integralista *A Offensiva* e adotava uma postura antissemita mais radical, influenciando em alguma medida as milícias que comandava, Plínio Salgado, líder do movimento, por seu turno, chegou a se encontrar com o rabino Raffalovich, prometendo que o tema não constaria no programa dos camisas-verdes<sup>102</sup>. Ainda assim, o jornal integralista por vezes reforçou alguns estereótipos dos judeus, reproduzindo a ideia de uma conspiração mundial judaico-comunista. Em matéria voltada para os marinheiros brasileiros, o jornal afirmava:

Os judeus, expulsos de sua terra, na Ásia Menor, desde a mais remota antiguidade, espalharam-se pelo mundo. É, assim, o único povo sem Pátria. Daí o comunismo, que é pura obra de Judeus, querer destruir a ideia de Pátria. Para saber quais os miseráveis processos que os judeus aconselham e usam para obter o domínio do mundo, leiam, marinheiros, o livro “Protocolos dos Sábios de Sião” ou “O domínio do Mundo pelos Judeus”. Vocês ficarão horrorizados com tais processos, que são, entretanto, aqueles que sempre usam os comunistas.<sup>103</sup>

Esses discursos antissemitas, utilizados como forma de exacerbar o nacionalismo do movimento, não resultaram de maneira expressiva em confrontos diretos entre as milícias integralistas e judeus<sup>104</sup>, nem encontraram eco na sociedade em geral. Em coluna no dia 03 de abril de 1934, no jornal *Diário de Notícias*, comentou-se um caso de antissemitismo ocorrido na cidade Campos, no Rio de Janeiro, quando da realização de uma conferência integralista.

---

<sup>100</sup> LESSER, Jeffrey. Judeus salvam judeus: os estereótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935-1945. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.329

<sup>101</sup> *Ibidem*. p.331.

<sup>102</sup> MAIO, Marcos Chor; CALAÇA, Carlos Eduardo. Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil, *op. cit.* p.443

<sup>103</sup> Jornal *A Offensiva*, edição de 05 de julho de 1936, p.13.

<sup>104</sup> Sobre a existência de ações diretas da Ação Integralista Brasileira (AIB), nas palavras de Maio e Calaça: “talvez a única nota destoante da distância entre o discurso e a prática da AIB diante do antissemitismo esteja em um episódio em São Paulo”, quando uma bomba explodiu em um colégio judaico em 1934 e a comunidade judaica culpou a AIB. Cf. MAIO, Marcos Chor; CALAÇA, Carlos Eduardo. Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil, *op. cit.* p.453

Nela, Theodoro Cabral<sup>105</sup>, redator do jornal, criticou a postura antissemita, reforçando a visão do Brasil como terra acolhedora:

O Brasil é uma terra livre, de homens livres, onde só o valor pessoal – e não privilégios – distingue os cidadãos. O antissemitismo no Brasil é uma excrescência, um corpo estranho, que não encontra guarida na generosa alma brasileira. Os judeus que vivem sob a proteção da bandeira nacional são, na quase totalidade, homens morigerados, trabalhadores, que cooperam com a sua cota para a nossa grandeza econômica e cultural. (...) Se há judeus perniciosos devem ser denunciados, processados, castigados; o que é injusto e odioso é lançar a pecha de indesejável a toda uma população laboriosa e honesta<sup>106</sup>.

Dessa forma, colocam-se em questão as nuances do antissemitismo vivenciado no período, demonstrando a que judeus ele era voltado. Assim como é importante compreender e matizar o lugar no antissemitismo no Brasil, também se faz necessário apresentar aspectos da vida judaica no Brasil e algumas das estratégias lançadas como forma de resistência ao que era colocado por parte da intelectualidade brasileira, de maneira a entender de que forma o antissemitismo incidiu sobre a trajetória de Genny, bem como as redes de sociabilidade judaicas desenvolvidas no período e que alicerçaram a chegada da jovem no país.

### **A Praça Onze e a dinâmica judaico-brasileira**

Ao analisar as experiências relatadas por outros imigrantes judeus, há uma recorrência nas narrativas que abordam as condições de vida no Leste Europeu, os contatos com movimentos políticos, as influências da Revolução de 1917, as perspectivas da imigração para o Brasil e as redes montadas. Esses aspectos passam a ser o foco da análise no sentido de apresentar alguns matizes das experiências judaicas, principalmente no que se refere à chegada e instalação de Genny Gleizer na Praça Onze, no Rio de Janeiro, local onde redes foram montadas no sentido de dar apoio mútuo entre os judeus<sup>107</sup>. Dessa forma, busca-se entender alguns dos espaços pelos quais Genny Gleizer circulou e que afetaram sua trajetória.

---

<sup>105</sup> Theodoro Cabral também escreveu para o *A Manhã*, em 09 de julho de 1935, uma coluna intitulada “Biro-Bidjan – Terra da realização”, em que fala sobre o sionismo, antissemitismo e a situação do judeu no pós-guerra na União Soviética e a criação de Biro-Bodjan: “O velho regime desfez-se para todas as nacionalidades e minorias raciais, que encontravam, na Rússia antiga, a ‘prisão das nações’. Como dezenas de outros povos oprimidos, os judeus acham-se, na URSS, em pé de igualdade com o russo moscovita. Nenhum preconceito racial ou religioso os separa ou distingue. Mas o judeu, como outros, mais que outros, tem amor à sua tradição, aos seus costumes, à sua língua”. Cf. *Jornal A Manhã*, edição de 09 de julho de 1935, p.3

<sup>106</sup> *Jornal Diário de Notícias*, edição de 03 de abril de 1934, p. 8

<sup>107</sup> Para além das dinâmicas judaicas estabelecidas na região, cabe ressaltar a existência de outras redes, conforme abordaram Fridman e Silva, de forma que Genny não se encontrava imune a esse cenário. Entretanto, como não foi possível demonstrar ao longo da pesquisa as influências sofridas por parte da cultura desenvolvida por grupos não judeus na trajetória de Genny Gleizer, optei por restringir a análise às dinâmicas judaico-

Quando se pensa na concepção de uma “Praça Onze judaica”, a ideia da unidade dialoga com a concepção de uma memória de resistência, de uma “identidade calcada na perseguição e no preconceito”<sup>108</sup> muito presente nos relatos dos judeus e que por vezes é carregada de uma nostalgia, de um passado difícil superado muito em função das relações de cooperação interna. Olha-se o passado, vive-se o presente e atenta-se para as novas gerações, em uma argola milenar<sup>109</sup>. Entretanto, é importante ressaltar que o local apresentava também grande diversidade, mesmo entre os judeus.

A percepção da unidade no sentido de uma “comunidade judaica” foi algo construído ao longo do tempo, e parece responder a essa ideia de um passado de dificuldades sempre lembrado, e de continuidade de uma tradição judaica vinculada às estratégias de sobrevivência e resistência de sua cultura. Indo além, o histórico de perseguições que os judeus sofreram ao longo da história é valorizado, o que reforça suas especificidades enquanto judeus, criando “um mundo judeu”. Para os setores asquenazim e socialistas, o uso do iídiche se deu não só como idioma, mas também enquanto alicerce cultural e elemento de ligação, remetendo a um posicionamento político e à difusão do conhecimento – principalmente através do teatro e da literatura popular – para os setores operários judaicos<sup>110</sup>. Como resalta Rifka Gutnik em entrevista a Eva Alterman Blay:

Hoje dificilmente existe um iídiche operário – mas naquele tempo, principalmente no Rio de Janeiro, havia muitos alfaiates, passadores, operários em fábricas de bolsas e bonés (...). E a situação era dura mesmo. Muitos deixavam famílias em casa [na Europa] porque precisavam se sustentar; outros precisavam juntar dinheiro para mandar buscar as famílias. Então, naturalmente, tinha que se criar um ambiente para facilitar um pouco a vida para essa gente, não é?<sup>111</sup>

O iídiche se apresentava assim como um dos elementos de reforço da unidade advindo do processo de migração, o que ocorre concomitantemente à ruptura de laços e tradições que permeavam o *shetl* no Leste Europeu<sup>112</sup>. O iídiche assumia um papel fundamental para a criação dos laços de identidade no processo de laicização<sup>113</sup> de setores judaicos progressistas. Assim, são reconstruídos elos, gerando um novo sentido das identidades judaicas:

---

progressistas na Praça Onze. Cf. FRIDMAN, Fania. Paisagem estrangeira. *op. cit.* e SILVA, Beatriz Coelho. **Negros e Judeus na Praça Onze**. A História que não ficou na memória. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.

<sup>108</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia *op. cit.* p.417

<sup>109</sup> CHERMONT, Lucia. Reflexões sobre “ser” e “pertencer” na narrativa da comunidade judaica paulista. In. LEWIN, Helena [Org.] **Judaísmo e Cultura: Fronteiras em movimento**. Rio de Janeiro: IMPRIMATUR, 2013. p.491

<sup>110</sup> FELDMAN, Sergio Alberto. Os judeus vermelhos. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, 2007.

<sup>111</sup> GUTNIK, Rifka. [Entrevista concedida a Eva Blay] *apud* BLAY, Eva Alterman. Inquisição, inquisições judeus no Brasil, *op. cit.*

<sup>112</sup> Cf. WORCMAN, Susane. Heranças e Lembranças. *op. cit.*

<sup>113</sup> ACSELRAD, Henri. De Vilna ao Rio de Janeiro: territórios da laicidade judaica. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 40, p. 136-153, 2008.p.137

Talvez seja esse um dos elementos da crise do judaísmo moderno, que faz com que judeus asquenazim estejam frequentemente dispostos a abrir mão das “coisas como elas eram” e abraçar os valores da modernidade, ainda que se emocionem, sinceramente, ao ouvir em seus modernos aparelhos de som, os acordes e arranjos inconfundíveis da música *klezmer*.<sup>114</sup>

A experiência de participação em projetos progressistas, somada ao agravamento das questões políticas pelo mundo, com a ascensão de regimes fascistas e o aumento das interações com a sociedade, fez com que muitos abandonassem a tradição e a religiosidade conforme se engajavam politicamente<sup>115</sup>. A partir dessa vinculação político cultural foram construídas as diferentes redes de sociabilidade de judeus. No caso dos judeus que se instalaram na Praça Onze, foram criadas associações que serviam como suporte aos imigrantes recém-chegados e como espaço de debates culturais e políticos. É o caso da Biblioteca Israelita Scholem Aleichem (Bibsa)<sup>116</sup>, criada em 1915<sup>117</sup> e de outras entidades como a Cozinha Popular da Praça Onze<sup>118</sup>, Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR)<sup>119</sup> e o Centro Operário Morris Vinchevsky<sup>120</sup>.

Para além desses locais de convergência dos judeus progressistas, a Praça Onze ainda abrigou uma grande diversidade de organizações de diferentes tendências, chegando a haver conflitos entre diferentes correntes que ali conviviam<sup>121</sup>. A Praça Onze, portanto, refletia um espaço de convergência e de desenvolvimento de diferentes formas de sociabilidade<sup>122</sup>. Ao formar uma “microsociedade” naquele local, como resultado do processo de migração, os imigrantes reforçavam laços e criavam condições de inserção no novo espaço<sup>123</sup>.

---

<sup>114</sup> LIMONCIC, Flavio. Um mundo em movimento, *op. cit.* p.275

<sup>115</sup>Cf. WORCMAN, Susane. Heranças e Lembranças. *op. cit.*

<sup>116</sup>Cf. KERSFFELD, Daniel. El activismo judío em el comunismo de entreguerras. **Nueva Sociedad**, nº247. Septiembre-octubre de 2013.

<sup>117</sup>BAHIA, Joana D’Arc do Valle. Memórias de Gênero. A Construção de uma Idishkeit Imaginária no Brasil. Fazendo Gênero 9. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Santa Catarina, 2010, p.5

<sup>118</sup>Também conhecida como Harbeterkich, era um restaurante popular que visava atender principalmente a população judaica da região. Foi fechado após o levante de 1935. Cf. BLAY, Eva Alterman. Inquisição, inquisições: *op. cit.*

<sup>119</sup> Também conhecido como Sociedade Brasileira Pró-Colonização Judaica na União Soviética, foi movimento de esquerda judaico criado em 1928 com o objetivo de angariar fundos e apoiar iniciativas de colonização dos judeus na União Soviética. Cf. MILGRAM, Avraham. O “Milieu” Judeu-Comunista do Rio de Janeiro nos anos 30. **Judaica latinoamericana: Estudios histórico-sociales**, v. 4, 1988.

<sup>120</sup>Criado em 1928, era um centro responsável pela reunião do círculo judaico-comunista no Rio de Janeiro, atuando ideologicamente nos setores sociocultural, assistência aos imigrantes, atividades políticas e educação infantil. Motel Gleizer, pai de Genny, foi um dos colaboradores do Centro. Cf. MILGRAM, Avraham. O “Milieu” Judaico Comunista do Rio de Janeiro nos anos 1930. *op. cit.*

<sup>121</sup>Cf. KUPERMAN, Esther. ASA: Gênese e Trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. **Revista Espaço Acadêmico**, n.28, set. 2003.

<sup>122</sup>Cf. FRIDMAN, Fania. Paisagem estrangeira. *op. cit.*

<sup>123</sup> FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In. SCHWARCZ, Lilia M. [Org.] História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998, p.13-61

No Rio de Janeiro, a criação de uma rede de solidariedade na Praça Onze e ligada a pensamentos progressistas<sup>124</sup> revela não somente uma das diferentes formas de expressão e atuações culturais que os imigrantes judeus desenvolveram, mas também enfatiza um “forte caráter político que [a escrita e a cultura ídiche] possuía em seu contexto original, e o modo em que este é apropriado pelos imigrantes e seus descendentes no contexto brasileiro<sup>125</sup>”. Ressaltando que cultura e política encontravam-se indissociáveis para esse grupo de judeus, a construção de suas identidades, deve, portanto, ser entendida como um legado cultural<sup>126</sup>. A cultura se apresentava, assim, como um elemento para a construção e reconstrução dos laços, ao passo em que ela mesma era afetada e se transformava conforme essas relações se desenvolviam.

A inserção de Genny nesse cenário político-cultural é evidenciada quando se analisa o prontuário elaborado pela polícia política de São Paulo<sup>127</sup>. Entre os documentos apreendidos com a jovem, encontrava-se uma carta endereçada ao seu pai, em que era mencionado que “quanto ao clube, nunca fui neste clube, mas fui informada que é mil vezes pior do que a biblioteca do Rio”<sup>128</sup>. Possivelmente a biblioteca no Rio de Janeiro a que Genny se referia é a Biblioteca Scholem Aleichem, onde, segundo Moszek Niskier:

organizávamos conferências com escritores brasileiros progressistas, tínhamos um grupo de teatro ídiche dirigido pelo Henrique Blank, fazíamos noites de arte onde se declamava muito, em ídiche e em português. A maior parte das atividades era desenvolvida em ídiche, devido à composição dos frequentadores, que eram, na maioria, imigrantes que ainda não sabiam falar muito bem o português. E estava sempre cheio<sup>129</sup>.

Em torno da Bibsa encontravam-se relacionados progressistas de diversas tendências, e seus diretores, tiveram influência do Partido Comunista do Brasil (PCB). No livro de memórias de Abraham Josef Schneider, intitulado “Histórias da Bibsa – crônicas de um judeu progressista”, o caso de Genny Gleizer é abordado. Ao destinar em seu livro de memórias um espaço para contar o caso, Schneider demonstra a importância que os fatos que se sucederam com Genny tiveram na sua rememoração sobre a vida comunitária. Pode-se inferir daí a inserção, ou pelo menos o impacto, da trajetória da jovem na rede de sociabilidade dos judeus da Praça Onze<sup>130</sup>. No artigo “O inferno de Genny”, Schneider conta que as noites na Bibsa

---

<sup>124</sup>FRIDMAN, Fania. Paisagem estrangeira. *op. cit.* p.65-74

<sup>125</sup>BAHIA, Joana D’Arc. Memórias de Gênero, *op.cit.* p.8

<sup>126</sup>Cf. NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes judeus no Brasil, marcos políticos de identidade. *Locus*, v. 14, n. 2, p. 223-237, 2008.

<sup>127</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Acervo Prontuários. Notação 000209 – Genny Gleizer

<sup>128</sup>*Ibidem.*

<sup>129</sup> WORCMAN, Susane. Heranças e Lembrança, *op. cit.*, p.169-170

<sup>130</sup>SCHNEIDER, Abraham Josef. **Histórias das Bibsa**. Memórias de um judeu progressista. ASA: Rio de Janeiro, 2000. p.46-47

eram de muita atividade e que os jovens tinham na organização uma possibilidade de se socializar. Schneider ainda revela que o pai da jovem frequentava a Biblioteca:

Havia muitas pessoas esclarecidas e idealistas, judeus progressistas que se dedicavam à parte política, como Schenker, Zel, Farber e outros. Juntando-se a essa turma, em determinado momento começaram a comparecer à Bibsa um senhor de nome Motel Gleizer com suas duas filhas, Genny, de 17 anos, e Berta, de 14. Culto, professor de Literatura Iídiche, ele escrevia para jornais da Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Elie Wiesel, o prêmio Nobel da Paz, lembra Motel em um de seus últimos livros. Os três, muito pobres, dividiam um quarto na Rua do Riachuelo, 59<sup>131</sup>.

Schneider continua contando que Genny, visada pela polícia política, estudava, trabalhava e à noite frequentava a Bibsa, revelando uma dinâmica comunitária e progressista na qual Genny e sua família estavam inseridas. Motel Gleizer teria também participado do Centro Operário Morris Vichevsky, e foi membro do colégio de redatores do jornal *Der Unhoib*<sup>132</sup>. Em matéria do *Diário da Noite*, intitulada "Como vive a colônia israelita" Motel é mencionado como pertencente ao corpo redacional da revista *Nós e Eles* (Mir Un Zei), caracterizado como “órgão independente e propagandista da organização de uma melhor coletividade israelita no Brasil”<sup>133</sup>, ao lado de a Leao Mintzis, que depois vai participar da redação do jornal judaico *Nossa Voz*, Samuel Malamud e Moses Rabinovitch. Ainda, segundo Milgram, “[Motel] Gleizer era a favor de um movimento operário judeu militante que atuasse paralelamente ao movimento operário brasileiro buscando o denominador comum da classe obreira, sem perder a identidade judaica<sup>134</sup>”.

A inserção de Genny nessa rede de judeus progressistas seria acionada pela imprensa nos meses de novembro e dezembro de 1935, após sua expulsão, e influenciada pelos os levantes comunistas. Na repressão que se seguiu, o mito da conspiração judaico-comunista se tornou mais evidente com o fechamento da Cozinha Proletária<sup>135</sup>. Na época, o jornal *Diário da Noite*<sup>136</sup> revelou, num tom conspiratório, que Genny pertencia à BRAZCOR<sup>137</sup>, caracterizada como uma “perigosa organização vermelha” e que estaria associada a outras instituições igualmente perigosas frequentadas por imigrantes judeus, como a Bibsa. Genny, segundo a notícia: “no vigor de sua juventude, a moça pronunciava orações inflamadas de que

---

<sup>131</sup> *Ibidem*

<sup>132</sup> Em artigo publicado por Motel Gleizer, o jornal *Der Unhoib*, ou “O Começo” era na sua concepção um instrumento de mudança econômica e social, e através dele poder-se-iam galgar novos degraus do progresso humano. *Jornal Der Unhoib*, edição de 30 de abril de 1930, *apud* MILGRAM, Avraham. O “milieu” judaico-comunista no Rio de Janeiro. *op. cit.* p.222

<sup>133</sup> *Jornal Diário da Noite*, edição de 03 de março de 1931, p.5

<sup>134</sup> MILGRAM, Avraham. O “milieu” judaico-comunista no Rio de Janeiro. *op. cit.* p.222

<sup>135</sup> *Jornal Diário da Noite*, edição de 27 de novembro de 1935

<sup>136</sup> *Jornal Diário da Noite*, edição de 18 de dezembro de 1935

<sup>137</sup> Segundo Milgram, a Brazcor seria um movimento de esquerda judaico no Brasil, que se institucionalizou a partir de 1928, com o propósito de angariar fundos e apoiar as iniciativas de colonização e de produtivização dos judeus na União Soviética. *Cf.* MILGRAM, Avraham. O “milieu” judaico-comunista no Rio de Janeiro. *op. cit.*

Lenine e Staline eram quase sempre as figuras centrais”. A ação policial sobre setores judaicos<sup>138</sup> revela que a associação entre os judeus e os comunistas constituía-se como elemento fundamental para determinar quais judeus seriam alvos da política repressora. A participação de Genny nessas organizações reflete algumas das dimensões políticas presentes naquele contexto, que colocavam a importância da afinidade política na construção dos laços:

A organização de instituições que agrupassem os judeus ligados ao campo socialista pode ser vista como uma necessidade que se colocava para além da construção de laços de solidariedade e sociabilidade, pois estas poderiam ser perfeitamente solucionadas pelas instituições criadas pela comunidade carioca. Muito mais importante do que a construção de uma rede de solidariedade seria a existência de referenciais políticos comuns entre seus membros, bem como a necessidade de difundir e discutir idéias.<sup>139</sup>

Percebe-se, assim, a constituição de redes de apoio que traziam consigo as marcas do passado e de suas origens. As clivagens que surgem refletem os posicionamentos adotados e remetem, no caso dos judeus progressistas, ao socialismo judeu desenvolvido na segunda metade do século XIX na Europa Oriental, ao passo que dialogam com as estruturas encontradas no Brasil. As instituições criadas transformam e são transformadas pela realidade brasileira evocando uma memória comunitária:

Os judeus comunistas idichistas eram todos imigrantes na maioria absoluta dos casos, adultos, jovens e solteiros quando chegaram ao Brasil, expressando-se em ídiche e muitos deles, principalmente os operários, tinham atrás de si um recorde de atividades sindicalistas ou mesmo em partidos como o Bund ou em partidos socialistas e comunistas nos seus países de origem<sup>140</sup>.

As lutas sociais em que os judeus estiveram presentes no Brasil são também um símbolo da integração com a sociedade brasileira, e, de alguma maneira, Genny Gleizer esteve apoiada por alguns desses setores progressistas. Após a sua prisão e frente ao risco de expulsão do país, setores progressistas se mobilizaram e Genny foi resgatada na França, por membros do Socorro Vermelho Internacional. No Brasil, a organização também endossou a campanha pela libertação da jovem através da distribuição de panfletos<sup>141</sup>. Após a expulsão de Genny e de

---

<sup>138</sup> Após os levantes de novembro de 1935, Motel Gleizer também foi preso no dia 16 de abril de 1936 e posteriormente expulso a bordo do navio Bagé. Assim como Genny, Motel teria sido resgatado na França junto a outros militantes expulsos. É importante ressaltar que após os levantes comunistas de novembro de 1935, muitos judeus foram presos e expulsos do país. Nos dias que se seguiram aos levantes, o governo lançou mão de diversas medidas arbitrárias, visando prender e imobilizar qualquer possível movimentação de setores oposicionistas. Muitos dos alvos foram estrangeiros, cuja presença era vista como “potencialmente perigosa”. No caso da Cozinha Proletária, cerca de 20 judeus foram presos e muitos desses sofreram processos de expulsão. A ideia de uma conspiração “judaico-comunista” se tornou mais evidente em 1937, com a elaboração do “Plano Cohen”.

<sup>139</sup> KUPERMAN, Esther. ASA: Gênese e Trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. **Revista Espaço Acadêmico**, n.28, set. 2003, p.1

<sup>140</sup> MILGRAM, Avraham. O “milieu” judaico-comunista no Rio de Janeiro. *op. cit.* p.214

<sup>141</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Acervo Prontuários. Notação 000209 – Genny Gleizer

Motel (1936), sua irmã, Bertha, permaneceu no Brasil e passou a ser cuidada por famílias de comunistas judeus, sob a tutela do Partido Comunista do Brasil, e se casou posteriormente, com Darcy Ribeiro<sup>142</sup>. O universo da cultura progressista idischista, que circundava Genny, foi também alvo da repressão política. Além do fechamento da Cozinha Proletária, o Socorro Vermelho foi monitorado ao longo do governo Vargas e também chegou a ser fechado pela repressão<sup>143</sup>, em um movimento repressor que se fortaleceu principalmente após os levantes comunistas de 1935.

Foi nesse momento que foram reforçados discursos antissemitas, associando os levantes aos judeus, pautados na ideia da conspiração judaico-comunista. A prisão e expulsão de Genny Gleizer passaram a ser acionadas junto à prisão de seu pai, ocorrida como um desdobramento da repressão que se seguiu ao movimento de novembro de 1935. Data de 13 de dezembro de 1935 sob a manchete “Ecos da Revolução fracassada”<sup>144</sup>, no jornal *O Imparcial*, uma notícia em que afirmava que Motel Gleizer estaria desaparecido, sendo procurado e que ele teria estado sob a proteção da Biblioteca Israelita, caracterizada como ponto de reunião de comunistas que, através dela, mantinham correspondência com Moscou. No dia seguinte, o jornal *Correio de S. Paulo* publicava a matéria intitulada “Sociedade israelita, célula comunista!”:

A polícia desta capital continua a agir ativamente para prender indivíduos de nacionalidade polaca, em nosso país. Essa a razão por que a polícia deu uma “batida” na sociedade israelita “Brascor”, onde havia um salão de leitura e conferências. A “Brascor” como veremos adiante, era uma das muitas células comunistas do Rio e freqüentada por estudantes em sua maioria do “Comitê Internacional de Estudantes”. (...) Esses jovens são israelitas, diretores da “Biblioteca Israelita” com sede à Rua Visconde de Itaúna n. 50. (...) Envolvidos nas atividades do “Comitê Internacional de Estudantes” aparecem dois nomes já largamente projetados pela luz do noticiário – Tobias Warchvsky e Genny Gleizer. Eram membros efetivos, frequentadores assíduos da Biblioteca Israelita e do salão de conferências<sup>145</sup>.

É interessante notar que ao longo da cobertura do caso de Genny Gleizer pela imprensa esses estereótipos não foram acionados de maneira tão contundente. Seu caso volta à tona para reforçar a necessidade de reprimir qualquer foco de atividade comunista. Isso ocorreu como desdobramento dos acontecimentos de novembro de 1935, em que o “inimigo” havia se consolidado. A intolerância com o outro, em um momento de crise, se fez então presente. A prisão de Motel serviu assim para reforçar o discurso oficial de que Genny seria um perigo à sociedade, ao resgatar a inserção da jovem nos círculos da militância.

<sup>142</sup>CALLADO, Ana Arruda. Berta Ribeiro, *op. cit.* p.23 e FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. **Inventários dos Arquivos Pessoais de Darcy e Berta Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2011. p.394-395

<sup>143</sup> NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes judeus no Brasil, *op. cit.* p.230

<sup>144</sup>Jornal O Imparcial, edição de 13 de dezembro de 1935, p.5

<sup>145</sup> Jornal Correio de S. Paulo, edição de 14 de dezembro de 1935, p.3

Ao apresentar a rede em que Genny Gleizer esteve apoiada, pelo menos nos primeiros momentos de sua vida no Brasil, rompe-se com a ideia de uma história contada a partir da ação do Estado exclusivamente, ou ainda do antissemitismo, ressaltando uma rica dinâmica judaico-social desenvolvida na Praça Onze, onde a comunidade desenvolvia meios de dar apoio econômico, social, cultural e político aos recém-chegados. Forjavam-se, assim, identidades judaico-brasileiras que demonstram o sucesso da inserção dos judeus na vida social brasileira<sup>146</sup> e as dificuldades encontradas por aqueles que não se enquadravam na categoria dos imigrantes ideais.

No mesmo sentido, é importante frisar a existência conflitos entre os judeus brasileiros, principalmente a partir dos seus marcos políticos de identidade, fazendo com que a repressão fosse voltada ao subgrupo dos judeus comunistas, e não ao conjunto da comunidade judaica, como ressalta Sydenham Lourenço Neto<sup>147</sup>. Os judeus ainda lograram em alternar a chave interpretativa dos estereótipos racistas, tornando-as positivas visando ampliar as possibilidades de entrada no país<sup>148</sup>. Rompe-se, assim, com a análise que os enxerga apenas como vítimas de um Estado autoritário e xenófobo, ampliando a percepção da incidência da intolerância e da questão judaica, demonstrando a agência dessa coletividade que se manteve ativa e resistente frente aos discursos antissemitas. Exemplo desse movimento se deu com a criação do jornal *A Columna*, que na publicação do primeiro editorial, assinado por David José Perez e Álvaro de Castilhos informando que o jornal buscava construir uma comunidade organizada e pretendia:

Defender os interesses dos israelitas no Brasil sob todos os pontos de vista. (...) Não é fantasia afirmar que no nosso país, excetuada a classe culta, não se faz ideia exata a que seja o judeu (...). É verdadeiramente assombroso, fantástico o que a respeito do judaísmo e do seu passado temos lido em vários jornais (...). Defendendo o judaísmo e a raça judaica no que têm de melhor, não temos em vista ofender nem atacar crenças alheias. A todas rendemos respeito. (...) Queremos a confraternização das crenças e das raças. (...)<sup>149</sup>

Por fim, cabe ressaltar a atuação de muitos intelectuais que se colocaram contrários à adoção de um discurso antissemita, ressaltando que os judeus desde a chegada dos portugueses estiveram presentes e contribuíram na formação social do Brasil<sup>150</sup>. Para se compreender alternância da chave interpretativa dos estereótipos judeus é significativa a

---

<sup>146</sup> CYTRYNOWICZ Roney. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.291-296

<sup>147</sup> Cf. NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes judeus no Brasil, *op. cit.*

<sup>148</sup> LESSER, Jeffrey. Judeus salvam judeus, *op. cit.* p.318

<sup>149</sup> Jornal *A Columna*, edição de 04 de janeiro de 1916 *apud* RIBEIRO, RIBEIRO, Paula. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)**. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. p.143

<sup>150</sup> FALBEL, Nachman. Uri Zwerling e a literatura antissemita no Brasil, *op. cit.* p.20

publicação dos trechos extraídos dos textos de Evaristo de Moraes e de Artur Ramos para a coletânea de 1936, organizada por Uri Zwerling, com o objetivo de apresentar aspectos positivos da presença judaica na sociedade brasileira. No livro, Evaristo de Moraes, que havia participado em 1934 de uma conferência organizada por Moses Rabinovitch acerca da situação dos judeus na Alemanha<sup>151</sup>, afirmava que:

No Rio de Janeiro, os judeus pobres iam morar na Cidade Nova e nalguns arrabaldes, em habitações coletivas. Mais ou menos ajudados por correligionários já estabelecidos, empregavam-se nos ofícios que exerciam na Europa, sujeitando-se a salários ínfimos. Como conseguiram alguns prosperar tanto? Desde muito tem sido feita a observação da frugalidade dos judeus, do seu espírito de economia, de sua adaptação às condições mais modestas. Isso explica porque alguns passaram, dentro em poucos anos, da situação de empregados a empregadores<sup>152</sup>.

Da mesma forma, é exemplar o texto de Arthur Ramos – que em outubro de 1935 participara da inauguração do “Movimento Brasileiro contra o preconceito de raça” onde se colocou a importância dos negros e dos judeus no Brasil<sup>153</sup> - também presente no livro de Uri Zwerling:

No Brasil, não. Aqui não houve *ghettos*, não houve *pogroms*, não houve doutrinas de racismo truculentos. Somos um povo democraticamente mestiço, na biologia, na psicologia, na sociologia. Qualquer problema que se intente levantar endereçado àquelas proposições referidas, por força que há de ser um problema artificial e exótico. Os judeus, como qualquer outro povo, sempre se sentiram à vontade, entre nós. E se muitos dos seus defeitos, tradicionalmente apontados, brotam aqui, não têm nada de particularmente específico. São os defeitos comuns a todo grupo humano deslocado (no meio de uma maioria étnica) ou oprimido por dificuldades econômicas. Judeus com dinheiro, judeus sem dinheiro... O problema é idêntico ao dos sírios, dos turcos, dos espanhóis, dos portugueses... com dinheiro e sem dinheiro. É a tradição, é a herança social, são as influências ambientais que modelam a psicologia dos indivíduos. A psicologia racial e étnica é antes de tudo, uma psicologia cultural, no amplo e moderno sentido da expressão<sup>154</sup>.

O Manifesto Brasileiro contra o preconceito<sup>155</sup> é evidência da necessidade de se colocar em debate a questão dos preconceitos raciais no Brasil quando o mundo assistia à escalada da dominação nazista na Europa. Reforçando a ideia de que no Brasil não poderia haver espaço para o preconceito de raça, o manifesto, assinado por Ignácio do Amaral,

---

<sup>151</sup>Em nota do Jornal do Commercio é anunciado: “Civilização ultrajada é o título de um folheto que acaba de ser publicado pelo Dr. Moses Rabinovitch, encarando a situação dos judeus na Alemanha. Anuncia o seu autor que este trabalho antecede o estudo sociológico sobre o ‘racismo perante a humanidade’. O folheto é escrito em linguagem candente, analisando a atitude do governo atual do Reich em relação aos israelitas. Abrem o trabalho do Dr. Rabinovitch duas apreciações sobre o autor e seu assunto dos Sr. Drs. Evaristo de Moraes e Almachio Diniz”. Cf. Jornal do Commercio, edição de 28 de setembro de 1934

<sup>152</sup> MORAES, Evaristo de. “Judeus sem dinheiro”, tais como eu vejo. In. ZWERLING, Uri. **Os Judeus na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013. p.120

<sup>153</sup> Jornal Gazeta de Notícias, edição de 11 de outubro de 1935, p.3

<sup>154</sup> RAMOS, Arthur. O problema psico-sociológico do judeu. In. ZWERLING, Uri. **Os Judeus na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013. p.132-133

<sup>155</sup> Jornal A Manhã, edição de 18 de setembro de 1935

Roquette Pinto, Maurício de Medeiros, Arthur Ramos, Hermes Lima, Joaquim Pimenta, Queiroz Lima, Castro Rebello, Leonidas Rezende, Gilberto Freyre, Victor Vianna e Azevedo Amaral, afirmava que

O Brasil não está escapando, nem podia mesmo evitar a repercussão aqui das correntes a que aludimos. Entretanto, a transplantação de idéias racistas e sobretudo dos seus corolários políticos e sociais para o nosso ambiente nacional ameaça o criar dificuldades e perigos, contra os quais devemos ficar de sobreaviso e tomar mesmo todas as precauções ao nosso alcance. (...) O movimento contra o preconceito racial visa não apenas combater as influências estranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na nossa própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira

Na mesma direção vai a obra “Por que ser antissemita?: Um Inquérito entre intelectuais brasileiros” lançada em 1933. Organizada por Raffalovich e custeada pela JCA, demonstrava preocupação de intelectuais com a incorporação no Brasil dos preconceitos raciais emanados da teoria nazi-ariana<sup>156</sup>. Entre os trinta e cinco colaboradores destaca-se Maria Lacerda de Moura, cujo artigo demonstra as bases do antissemitismo moderno, atacando o projeto de governo de Hitler<sup>157</sup>. Moura, nas páginas do jornal *A Manhã* colocou-se frontalmente contra o fascismo e o integralismo<sup>158</sup> e saiu em defesa de Genny Gleizer, conforme será visto no terceiro capítulo.

O fato de ser necessária a mobilização de intelectuais em defesa dos judeus demonstra o fechamento do regime e a radicalização política que se desenhava. Esse processo de radicalização facilitava a eleição de um inimigo a ser combatido e o reforço da identificação realizada entre os judeus e o comunismo. Assim, para além das visões contrárias ao preconceito contra os judeus e da linha antissemita representada por Gustavo Barroso, haveria um terceiro posicionamento, como ressalta Marcos Chor Maio, o dos intelectuais preocupados com o retrato do Brasil, voltados para a formulação dos projetos de identidade nacional<sup>159</sup>. As posturas adotadas por esses intelectuais muitas vezes dialogavam mais com a ideia de uma

---

<sup>156</sup> LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.* p.116

<sup>157</sup> REHEM, David Costa. “As forças secretas da revolução”: anti-semitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>158</sup> Em coluna do dia 18 de junho de 1935, Maria Lacerda de Moura realiza uma análise da teoria de expansão da Alemanha nazista e do livro *Mein Kampf*, de Hitler. Vislumbrando a incorporação de conceitos nazi-fascistas por brasileiros, Moura termina sua coluna afirmando: “Conheço brasileiros, com os quais me encontrei na escola misticista Rosa Cruz, já convencidos disso... Já a serviço do homem superior alemão. Confessando, portanto, a sua própria inferioridade racial, já trabalhando para o futuro Senhor... O dono dos destinos do mundo, o alemão de sangue puro, o povo-senhor. Diante de tudo isso, que representa o integralismo, nesta terra imensa, senão a cópia servil de qualquer coisa sem nenhuma significação no Brasil? Também o integralismo já está a serviço de Hitler, já trabalha para o futuro dominador, o homem de sangue puro, confessando servilmente a sua “negritação”, a sua inferioridade diante do tipo ariano nórdico... essa criação de gabinete”. *Jornal A Manhã*, edição de 18 de junho de 1935, p.3

<sup>159</sup> MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? *op. cit.* p.234-235

eugenia positiva, que enxergava que o melhoramento da população viria com através do desenvolvimento cultural, obtido através da educação. Percebe-se, assim, a existência de uma corrente que, em contraponto à atitude antissemita de alguns teóricos da brasilidade, enxergava que não havia espaço no Brasil para preconceitos de raça.

Ao matizar os discursos antissemitas e ao apresentar alguns aspectos da sociabilidade judaico-progressistas, rompe-se com a ideia de um discurso único sobre os judeus no Brasil nas primeiras décadas do século XX e de uma unidade da “comunidade judaica”. Os preconceitos e discriminações ocasionaram o destino trágico para muitos judeus, ou impedidos de entrar no país, ou expulsos e enviados de volta para seus países de origem onde o antissemitismo e a exterminação de judeus eram adotados como prática institucional. Todavia, é importante frisar que, no Brasil, essas práticas que repercutiam o antissemitismo não representavam uma perseguição aos judeus por sua condição étnica. Os locais invadidos pela repressão não se tornaram alvos por conta da presença de judeus, mas sim pela presença de comunistas. Nesse sentido, o “ser judeu” não era elemento qualitativo suficiente para pautar a perseguição. Entretanto, quando se colocava a questão da militância política, a repressão se fez presente e o “ser judeu” qualificava a ação por reforçar ideia da conspiração judaico-comunista, do imigrante indesejável por ser o responsável por trazer a desagregação social e impedir o melhoramento da população.

## Capítulo 2 – Aliança Nacional Libertadora e o caso Genny Gleizer

Baseada nos estereótipos enunciados no capítulo anterior foi construída a visão da polícia acerca de Genny Gleizer, que elaborou a narrativa de que ela seria uma enviada de Moscou com o objetivo de promover a desagregação social. Genny, sob essa ótica, encarnava o perigo e a nocividade da imigração judaica ao não se enquadrar nas formas do imigrante ideal e de trabalhador ordeiro. Ao chegar ao Brasil, a jovem se ocupou de uma tarefa urbana, ao trabalhar como operária em uma fábrica têxtil, e se inseriu em atividades políticas progressistas, se colocando, assim, numa minoria ativa dedicada à militância que adotou a opção proletária<sup>160</sup>. A conformação de um inimigo a ser combatido tornava-se clara para as autoridades policiais, afinal, ela era subversiva por ser comunista, o que era duplamente potencializado por ser imigrante judia e mulher.

Genny Gleizer foi presa no dia 15 de julho de 1935, durante a realização do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular do Brasil, ligado à Aliança Nacional Libertadora, em um momento de crescimento da repressão sobre setores de oposição do governo Vargas. Nesse sentido, importa trazer elementos do cenário político vivenciado no momento e que influenciaram a trajetória de Genny no Brasil, principalmente no que se refere à militância atribuída à Genny Gleizer. Em um primeiro momento, trata-se da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) atentando para os descontentamentos existentes no seio da elite política e os projetos apresentados pela frente única, bem como será abordada a identificação realizada pela polícia política entre a ANL e o comunismo.

Visando compreender o espaço da militância de Genny Gleizer a análise se desdobrará para o Congresso da Juventude, buscando entender as principais reivindicações do movimento e como a juventude era entendida pela ANL. De maneira semelhante será abordada a criação e a atuação da União Feminina do Brasil, no sentido apontar como a ANL vislumbrava a atuação feminina nas lutas políticas. Destaca-se, dessa forma, a centralidade das questões de gênero e da juventude dentro do programa da ANL e que estruturaram a campanha pela liberdade de Genny Gleizer.

Essas questões serão analisadas através *A Manhã*, com a intenção de compreender como questões relativas à juventude e à mulher foram abordadas no jornal, revelando a visão da ANL sobre esses setores. De maneira a demonstrar as percepções da polícia sobre a participação da juventude e da mulher na luta política aliancista, serão tratados também os documentos oriundos dos prontuários elaborados pelo Departamento de Ordem Política e

---

<sup>160</sup> MILGRAM, Avraham. O “milieu” judaico-comunista no Rio de Janeiro. *op. cit.* p.213-214

Social, permitindo observar a visão da repressão sobre os setores que circundavam Genny Gleizer.

Essa análise objetiva apontar os atores relacionados à Genny Gleizer ao passo em que permite entender o lugar da militância da jovem. Assim, busca-se compreender o perigo que a jovem representava naquele momento, bem como as razões que levaram à sua prisão e expulsão durante o período constitucional de Getúlio Vargas.

Será abordado nesse sentido, o processo de estruturação da polícia política no período, com a aprovação da Lei de Segurança Nacional, e as mudanças ocorridas dentro da instituição visando a sua especialização. Essa análise pretende entender a conformação do inimigo a ser combatido naquele período, trazendo questões relativas ao antissemitismo, o reforço da associação entre os judeus e o comunismo, passando pelas hierarquias de gênero impostas e que acabaram por viabilizar e justificar a prisão de Genny Gleizer bem como as imagens construídas em torno da jovem. O monitoramento efetuado pela polícia sobre os setores que se mobilizaram a favor de Genny Gleizer e os prontuários elaborados pela corporação também fazem parte da análise.

São abordadas não somente o campo de atuação política de Genny, mas todo o aparato que estruturou a sua trajetória no país, evidenciando o cenário que viabilizou a sua expulsão e a repercussão do seu caso.

### **A Aliança Nacional Libertadora e a criação da Frente Única**

No cenário da década 1930, se por um lado setores intelectuais debatiam a conformação da nação brasileira e o papel do imigrante nela, como visto no capítulo anterior, a classe política alçada ao poder no movimento de outubro de 1930 passava a debater os rumos da nação. As elites políticas que se estruturaram na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, colocavam a necessidade de rompimento das práticas instituídas no Brasil durante o período da Primeira República, cuja dominação pelo sistema oligárquico simbolizaria o atraso brasileiro<sup>161</sup>.

O movimento que levou Vargas ao poder representava as aspirações de setores até então aliados do poder. O regime instituído em 1930 trazia consigo a esperança de um novo começo, frente às insatisfações agravadas pela crise de 1929, destacando-se a baixa

---

<sup>161</sup>Cf. LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938**. Editora Nova Fronteira, 1980.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980; CAMARGO, Aspásia [Org.]. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989, p.26;

incorporação das classes médias urbanas na política, a ausência de integração nacional, o atraso econômico e as precárias condições de vida da população. Nesse sentido, a Revolução de 1930 simbolizava a confluência de interesses para colocar o Brasil no mapa da modernidade, vislumbrando a formação de um Estado robusto cujo aparato ampliasse o grau a presença do governo em toda a extensão territorial brasileira<sup>162</sup>.

A característica essencial do período compreendido entre a ascensão de Vargas e o golpe do Estado Novo, como ressalta Ângela de Castro Gomes, é a instabilidade, com marchas e contramarchas<sup>163</sup>, demonstrando que 1937 não pode ser considerado uma conclusão lógica do processo iniciado em 1930<sup>164</sup>. O período dos primeiros anos do governo de Vargas foi marcado pela diversidade de projetos políticos, pela efervescência na esfera parlamentar<sup>165</sup>, que aprofundaram os conflitos entre determinados setores sociais, em especial, as elites oligárquicas e os tenentes, ao passo em que se assistiu à crescente mobilização política das classes médias<sup>166</sup>, principalmente após a constitucionalização do país em 1934.

Entre os setores que se encontravam aglutinados em torno da base política que alçou Vargas ao poder, encontravam-se os tenentistas. O tenentismo foi um movimento iniciado em 05 de julho de 1922 com a revolta no Forte de Copacabana e fortalecido dois anos depois com os levantes no Rio Grande do Sul<sup>167</sup>. Desdobrou-se na Coluna Prestes, após a junção dos movimentos paulista e gaúcho, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e percorreu mais de 25 mil quilômetros do território nacional<sup>168</sup>. Os tenentes oriundos, em geral, das camadas médias urbanas, creditavam à Primeira República uma política que ignorava as carências existentes no interior do Brasil<sup>169</sup> e viam na opção armada uma possibilidade de mudança, muito em função na descrença no regime legal vigente, que permitiu a perpetuação da elite agrária no poder. Os tenentes propunham reformas sociais e vislumbravam a necessidade de um governo

---

<sup>162</sup>HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em revista**, n. 25, 2005.

<sup>163</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes; PANDOLFI, Dulce Chaves; TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes. **Regionalismo e centralização política**: partidos e Constituinte nos anos 30. Nova Fronteira, 1980. p.24.

<sup>164</sup> CAMARGO, Aspásia [Org.]. O golpe silencioso, *op. cit.*

<sup>165</sup>FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas** (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Fiocruz, 2007. p. 95

<sup>166</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp. p.351

<sup>167</sup>VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 63-106, 2003.p. 66

<sup>168</sup>*Ibidem*

<sup>169</sup>LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Editora Companhia das Letras, 2001. p.26

forte e centralizador<sup>170</sup>. Como ressalta Skidmore, refletindo sobre os desdobramentos dos movimentos tenentistas década de 1920:

Embora as insubordinações militares em si tenham sido reprimidas com êxito, sua ocorrência aprofundou as divisões no seio da elite política e entre os que estavam no poder e a geração mais jovem. Facilitaram também o surgimento de uma elite alternativa que começou a questionar a legitimidade do sistema político vigente. As críticas, anteriormente restritas a uns poucos personagens isolados, tornaram-se generalizadas, como exemplifica uma interessante obra coletiva publicada em 1924 e intitulada *A margem da história da República*<sup>171</sup>.

Nesse momento também é importante destacar a participação política de frações oligárquicas que vislumbravam maior participação política no período após a Revolução de 1930. Esses setores encontravam-se na periferia do poder central durante a Primeira República em função da política adotada que privilegiava os estados de Minas Gerais e São Paulo e buscavam maior autonomia, com a defesa dos interesses regionais e a conquista de maior espaço na política. A memória da Revolução de 1930, enquanto ruptura com o sistema excludente que vigia até então, e do movimento tenentista se fez presente durante todo o período de atuação da Aliança Nacional Libertadora e foi utilizada como argumento para criticar a elite no poder em 1935. Essa elite, responsável pela prisão e expulsão de Genny Gleizer, nas palavras dos intelectuais aliancistas no *A Manhã*, incorporaria os descaminhos tomados pela Revolução de 1930 e o afastamento dos ideais tenentistas.

Como dito anteriormente, em consonância com os debates do campo intelectual sobre a formação da sociedade brasileira, há no campo político o discurso de rompimento com o atraso representado pela Primeira República, visando à modernização e moralização do país, entendidas como basilares para as propostas políticas, sociais e econômicas no país. O processo de constitucionalização seguia esses preceitos e simbolizou outro momento de clivagens, marcado principalmente pela Revolta Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Entendida como fundamental para restauração da legalidade e da legitimidade no novo governo<sup>172</sup>, ela potencializou os debates que ocorriam na esfera do poder e colocou em jogo as alternativas que vinham sendo formuladas pela elite política do momento. Apesar de ter perdido no campo militar, a Revolta de 1932 foi vitoriosa no campo político, forçando o processo de constitucionalização do país:

---

<sup>170</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.) Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In. FAUSTO, Boris. **Brasil Republicano**. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981. p.26

<sup>171</sup> SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930), São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.246. Cf. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

<sup>172</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.) Confronto e compromisso no processo de constitucionalização *op. cit.* p.09

Para a convocação da Constituinte de 1934 influíram decisivamente as pressões de setores que, mesmo tendo realizado a Revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho do Estado. Transcorridos dois anos de governo de “arbítrio”, diversas facções políticas radicalizaram suas demandas pela constitucionalização, levando o país a uma guerra civil. Desta forma, poderíamos caracterizar a Constituinte de 1934 não como um fruto da revolução e sim como uma exigência da contra-revolução<sup>173</sup>.

O trecho acima destacado demonstra as rupturas existentes no seio dos revolucionários de 1930 e também elucida as tensões vivenciadas no período. Frente às mobilizações que ocorriam contrárias à manutenção do governo autoritário de Vargas, o poder central decidiu encampar a bandeira da Constituinte, fazendo com que nos anos de 1934 e 1935 o país passasse a gozar de um maior espaço de participação política. Esse processo viabilizou o surgimento e a consolidação de alternativas políticas, principalmente com a mobilização de setores da sociedade até então alijados do poder. Destaca-se, nesse sentido, a participação das já mencionadas classes médias urbanas, bem como a presença feminina no processo democrático, com a conquista do direito ao voto previsto no Código Eleitoral de 1932<sup>174</sup>.

No bojo desses acontecimentos são criados movimentos de massa que aglutinaram e ampliaram a participação popular na política brasileira. Em outubro de 1932 foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>175</sup>. Com um discurso de exaltação da nação, a AIB elegeu como inimigos o liberalismo, o capitalismo financeiro internacional e o socialismo<sup>176</sup>. Nutrindo simpatias pelos regimes fascistas que surgiam na Europa, a AIB se constituiu como primeiro partido de massas do Brasil<sup>177</sup>. A organização representava os anseios de setores da classe média, de militares principalmente da Marinha, e incorporou mulheres, jovens, crianças e operários, abrindo espaço para maior participação política de setores que não se sentiam representados pelos partidos e elites tradicionais<sup>178</sup>.

Em face do contexto internacional de crescente ascensão de regimes alinhados ao fascismo, e cientes da necessidade de se combatê-lo internamente, principalmente após a criação da AIB, setores intelectuais reuniram-se em uma Frente Única Antifascista (FUA). Criada em 1933 a organização reunia entre fundadores e aderentes, a esquerda tenentista junto

---

<sup>173</sup>*Ibidem*, p.12

<sup>174</sup>*Ibidem*, p.16

<sup>175</sup>Cf. MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>176</sup>FAUSTO, Boris. História do Brasil. *op. cit.* p.353

<sup>177</sup>SCHWARCZ, Lília Moritz, STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2015. p.367

<sup>178</sup>CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In.: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das Tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.462. e MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: *op. cit.*

a socialistas brasileiros<sup>179</sup>. Com o acirramento das disputas ideológicas, e partindo do núcleo político presente na FUA e na Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI)<sup>180</sup>, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Apesar de atuar desde o final do ano de 1934, a ANL foi lançada oficialmente em março de 1935, como resultado de uma associação de tenentes de esquerda, de setores médios urbanos além de comunistas, socialistas e reformistas de diferentes matizes<sup>181</sup>. Com o discurso de combate ao fascismo, ao integralismo e ao imperialismo e em favor da democracia, a ANL rapidamente ganhou a simpatia de amplos setores da população, com a formação de diversos núcleos pelo território nacional<sup>182</sup>. A organização buscava, assim, reunir “forças democráticas” que contivessem o avanço do integralismo no país.

À medida que crescia a mobilização social crescia também a reação e a repressão policial e política. O autoritarismo de Getúlio Vargas, somado à consolidação da Ação Integralista Brasileira e à insatisfação de setores intelectuais, tenentes de esquerda e de parte da elite política com os rumos do governo varguista orientaram a construção da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Seu estatuto, aprovado no dia 12 de março de 1935, afirmava que a organização era “uma associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a liberdade e a emancipação nacional e social do Brasil”<sup>183</sup>. No dia 30 de março, o Teatro João Caetano foi palco da apresentação oficial da ANL para mais de duas mil pessoas, levantando as bandeiras antilatifundiária, antifascista e antiimperialista<sup>184</sup>.

Em seu programa, assinado por Hercolino Cascardo, Amorety Osório, Roberto Sisson, Benjamin Soares Cabello, Francisco Mangabeira e Manoel Venâncio Campos da Paz, membros da Comissão Provisória de Organização, era defendido o cancelamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas imperialistas, a liberdade em toda a sua

---

<sup>179</sup>CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente Única Antifascista (1933-34). In.: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das Tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 431-435

<sup>180</sup>A CJPI foi criada em 22 de setembro de 1934, após o confronto entre integrantes da AIB e setores antifascistas combinado com a identificação do corpo do militante da Juventude Comunista, Tobias Warshavsky cujo assassinato fora atribuído à polícia. Na ocasião, houve lançamento de um abaixo-assinado solicitando a criação de uma comissão para investigar a morte do jovem. Ver CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente Única Antifascista, *op. cit.* p.444; VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935 *op. cit.* p.80

<sup>181</sup>CAMARGO, Aspásia. O Golpe Silencioso, *op. cit.* p.34

<sup>182</sup>GRYNSZPAN, Mario e PANDOLFI, Dulce. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37**: a depuração das Elites. Revista de Sociologia e Política. Dossiê Estado Novo: 60 anos. n.9. 1997.p.14

<sup>183</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Setor Comunismo, notação 18.

<sup>184</sup>PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora. Jul. 1935. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>

plenitude, o direito do povo manifestar-se livremente, a entrega dos latifúndios ao povo, anulação das dívidas agrícolas e o aumento dos salários<sup>185</sup>.

A memória dos levantes tenentistas dos anos 1920 também se fazia presente nos discursos dos líderes da ANL. Para o Partido Comunista do Brasil, os levantes de 1922 e 1924 se revelariam como etapas de um processo revolucionário que alcançaria seu ápice em um terceiro levante<sup>186</sup>. Tornava-se interessante, então, relembrar esses momentos, o que se somava ao descontentamento expressado por parte dos setores tenentistas que haviam participado da Revolução de 1930. No dia 05 de julho de 1935 o jornal *A Manhã* publicou uma carta de Hercolino Cascardo, presidente da ANL, intitulada “Outro 05 de julho”<sup>187</sup> lembrando dos “heróis que tombaram em 1922”. No mesmo dia, às 20 horas no Teatro João Caetano, foi lido o manifesto aliancista de autoria de Luís Carlos Prestes, rememorando as datas de 05 de julho de 1922 e 1924:

Troam os canhões de Copacabana! Tombam os heróicos companheiros de Siqueira Campos! (...) A luta heróica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio Grande do Sul! (...) Nós, os aliancistas de todo o Brasil, mais uma vez, levantamos hoje, bem alto, a bandeira dos 18 do Forte, a bandeira de Catanduvas, a bandeira que tremulou, em 1925, nas portas de Therezina depois de percorrer, de sul a norte, todo o Brasil! (...) A Aliança Nacional Libertadora é, hoje, a continuadora dos combates pela libertação do Brasil do jugo imperialista (...)<sup>188</sup>.

O nome de Luís Carlos Prestes havia sido aclamado como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora. Ao colocar em uma posição de destaque o líder tenentista e comunista, a ANL pretendia dar amplitude às suas pautas graças ao prestígio que ele possuía por conduzir a Coluna Prestes, ao passo que reforçava a identificação realizada pela polícia entre a ANL e o comunismo. Conforme aponta Cascardo, a aproximação com Prestes não era consenso nas fileiras aliancistas, cujos líderes almejavam seguir o programa dentro dos parâmetros constitucionais<sup>189</sup>. Ressalta-se, ainda, que quando do lançamento da ANL, o PCB havia declarado apoio – e não adesão – à organização<sup>190</sup>. Quando Prestes foi aclamado presidente de honra da ANL, o PCB finalmente aderiu pública e organicamente à ANL<sup>191</sup>.

---

<sup>185</sup> ARQUIVO NACIONAL, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, BR RJANRIO C8.0.PCR.

<sup>186</sup>PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.103

<sup>187</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 05 de julho de 1935

<sup>188</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 06 de julho de 1935

<sup>189</sup>CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *A Aliança Nacional Libertadora. op. cit.* p.456-457

<sup>190</sup>*Ibidem*, p.467

<sup>191</sup>Desde o início de 1929 o Brasil e a América Latina vinham recebendo atenção da Internacional Comunista após o VI Congresso e em outubro o PCB realizou seu III Pleno e a Comissão Executiva da IC discutiu o “problema brasileiro”. Nesse período, a formação de uma frente única não era pautada pelos comunistas vinculados à IC, o que se alterou somente em 1933 quando o partido passou por mais uma reestruturação e a política de “proletarização” que pautou as ações do PCB no período sob influência direta da IC (1929-1932) foi substituída pela de frente única. Cf. VIANNA, Marly. O PCB: 1929-1943. In.: FERREIRA, Jorge e REIS,

A Aliança Nacional Libertadora apresentava, assim, suas reivindicações em um “contexto conflituoso de luta política que se desenvolve sob forma de pressão mobilizadora de grupos civis organizados em torno do lema Terra e Liberdade”<sup>192</sup> e, conforme ressalta Leôncio Martins Rodrigues, refletindo sobre a formação da frente ampla e a inserção do PCB nesse processo:

Incorporando elementos de longa tradição política e integrados na vida nacional, a ANL de certo modo viria “nacionalizar” a Esquerda brasileira e retirá-la do gueto em que se encontrava encerrada. O anarco-sindicalismo e o movimento operário dos anos anteriores tinham produzido um movimento social, mas não um movimento político. Em outras palavras, as reivindicações profissionais, relacionadas às condições de vida e de trabalho dos operários estiveram desvinculadas de uma luta mais ampla, voltada, senão para a conquista do Poder, pelo menos para influenciar o sistema de decisão<sup>193</sup>.

Através da ANL, o PCB conseguia ampliar o seu grau de influência, principalmente a partir dos periódicos a ela vinculados, como o *A Manhã*, no Rio de Janeiro, *A Platea*, em São Paulo e *Folha do Povo*, em Recife<sup>194</sup>. Diversos intelectuais colaboravam com os diários, como Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Jorge de Lima, Hermes de Lima, Aparício Torelli, Rubem Braga e Paulo Werneck. Quando a organização foi declarada ilegal, em julho de 1935, a hegemonia do PCB passou a se fazer presente<sup>195</sup>. A partir de então o Diretório Nacional Provisório da ANL foi substituído pelo Comitê Central do Partido e os núcleos aliancistas se tornaram células comunistas<sup>196</sup>. A perseguição da polícia política demonstra que para o aparelho repressor as duas organizações se confundiam, e a ANL se configuraria apenas como um disfarce do Partido para conseguir maior adesão.

No plano internacional, havia o avanço do fascismo pela Europa ao passo que a Internacional Comunista vislumbrava a possibilidade de associação com outras forças políticas que rivalizavam com o fascismo. No Brasil, os debates Constituinte acirraram as disputas, e a promulgação da Constituição acarretou no fortalecimento dos movimentos de massa com a possibilidade de sua participação ativa na política, muito em função do

---

Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.334 e Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In. FAUSTO, Boris. **Brasil Republicano**. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981. p. 369-370

<sup>192</sup> CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base. (1930-1964)*. In. FAUSTO, Boris. **Brasil Republicano**. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981. p.139

<sup>193</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB*, *op. cit.* p.400

<sup>194</sup> Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. Companhia das Letras, 1991.

<sup>195</sup> ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935*. In: *Cadernos AEL*, vol. 12, n. 22/23, 2005. pp. 81-119. p.85

<sup>196</sup> CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *A Aliança Nacional Libertadora*. *op. cit.* p.456

restabelecimento da ordem legal<sup>197</sup>. A radicalização dos movimentos também ocorreu, chegando a haver confrontos diretos entre os integralistas e antifascistas, como na Batalha da Praça da Sé e nos confrontos ocorridos na cidade de Petrópolis<sup>198</sup>. A morte de Tobias Warchavsky e a criação da Comissão Jurídica e Parlamentar de Inquérito nesse contexto de radicalização confluíram para a formação de uma frente ampla na luta por reformas sociais, indo além do antifascismo e integrando outros setores progressistas.

A partir da mobilização que a AIB realizava e, principalmente, com a consolidação da ANL em reação ao integralismo, fazia-se necessária uma ação governamental mais contundente no sentido do controle social. Como será visto mais adiante, frente às crescentes mobilizações que ocorriam, houve no período da primeira metade da década de 1930 a rearticulação da repressão policial, voltada principalmente para os setores populares atingindo também intelectuais e jornalistas, sobretudo aqueles vinculados às organizações aliancistas.

Os anos de 1934 e 1935 se apresentam, então, como um importante momento para definição dos rumos dos setores progressistas de oposição ao governo Vargas. A compreensão desse cenário político, destacando-se a formação desses dois movimentos é fundamental para o entendimento acerca dos desdobramentos do caso de Genny Gleizer, e em que medida esse cenário viabilizou a prisão e expulsão da jovem.

O ponto chave de refluxo da ANL se deu com a divulgação do manifesto de Prestes, quando a organização foi posta na ilegalidade com base na Lei de Segurança Nacional. A prisão de Genny Gleizer, ocorrida dias após o decreto de fechamento da ANL, revela a continuidade do monitoramento que a organização vinha sofrendo. A ANL, entretanto, havia formado uma ampla base de apoio que conseguiu sobreviver mesmo na clandestinidade até a insurreição comunista de novembro de 1935, sendo a principal articuladora do movimento pela liberdade de Genny.

Esse momento reflete o início do fechamento do governo Vargas e o recrudescimento da repressão. Se em 1933 e 1934 os setores políticos encontravam-se mobilizados e atuantes para a conformação de um pacto que resultou na promulgação Constituição, a decretação da Lei de Segurança Nacional em abril de 1935 representou a afirmação do poder central e do início de um novo período de exceção<sup>199</sup> que buscou solapar qualquer voz dissidente e que

---

<sup>197</sup>PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa, 2003. p.5

<sup>198</sup> A Batalha da Praça da Sé ocorreu em 07 de outubro de 1934, na cidade de São Paulo e se configurou como o evento mais violento entre integralistas e setores da esquerda. No ano de 1935, a cidade Petrópolis foi o palco de outro confronto envolvendo os integralistas, culminando na morte do operário Leonardo Candú.

<sup>199</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização. *op. cit.* p.73

ameaçasse a ordem que se buscava instituir. Nesse sentido, cabe entender como esse poder se consolidou no cotidiano dos setores de oposição através da análise da reestruturação da polícia e a quem a repressão era voltada.

### **A polícia política e a conformação do inimigo**

As primeiras décadas do século XX no campo intelectual foram marcadas pela busca por uma solução para os problemas brasileiros, havendo o entendimento de que o país não alcançara o nível civilizacional necessário para o progresso da nação. Nesse sentido, políticas voltadas para o enfrentamento do analfabetismo e dos problemas de saúde da população no Brasil<sup>200</sup> foram traçadas pelas elites intelectual e política, mobilizadas em torno da busca pela conciliação entre a questão democrática e a questão social, frente ao cenário de mudanças que se desenhava no mundo<sup>201</sup>. Colocava-se, assim, a necessidade de se rever as estruturas liberais que alicerçavam o mundo político e econômico, ao passo em que se assistia à consolidação de uma força revolucionária que buscava concretizar o comunismo e ampliava a sua difusão.

A influência do debate sobre imigração e nacionalismo também se fazia presente, identificando determinados grupos imigratórios como elementos indesejáveis para a composição nacional<sup>202</sup>, como abordado no Capítulo 1. Essa posição resultava em uma justificativa para a ação repressiva sobre aqueles indivíduos que após a entrada no país se apresentavam como fora do padrão do trabalhador ordeiro idealizado. A contenção dos imigrantes indesejáveis se fazia então não somente no campo diplomático, buscando restringir o fluxo migratório, mas também para aqueles que já haviam conseguido entrar e se estabelecer no Brasil. Nas disputas pela consolidação da democracia no país<sup>203</sup> o comunismo passava a ser entendido pelos setores conservadores e pela elite política no poder em oposição ao conceito de democracia, e, portanto, deveria ser combatido interna e externamente.

A busca por uma racionalização da administração pública, acompanhando o movimento intelectual que apregoava a importância da objetividade científica nas análises da sociedade vislumbrando as soluções para as mazelas do país<sup>204</sup>, influenciou as políticas direcionadas ao controle social, voltando-se prioritariamente para os meios operários e para a

---

<sup>200</sup>GARCHET, Helena Maria Bomeny. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

<sup>201</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. p.47

<sup>202</sup> LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Imago, 1995 *op. cit.* p.98;120-123

<sup>203</sup>Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

<sup>204</sup>*Ibidem*, p.40

população mais pobre. No sentido de conter as forças políticas que se fortaleciam no período e que poderiam causar a desagregação e luta contra poder, o Estado passou a assumir um controle maior sobre os setores sociais organizados, principalmente aqueles identificados sob influência do comunismo<sup>205</sup>.

Nesse espectro de atuação voltada para o controle social teve início a reformulação do aparato repressor. O objetivo era tornar mais eficaz a vigilância sobre os trabalhadores, embasada no receio das influências de ideias consideradas exógenas. Após a criação do PCB, em 1922, e ao longo da década de 1930, o que se vê é o crescimento do discurso anticomunista como forma de justificar medidas repressivas e o enquadramento da massa operária<sup>206</sup>. A associação entre trabalhador, estrangeiro e comunista aprofundava-se, bem como a necessidade de alterações na estrutura policial, através da modernização das polícias, inclusive conferindo maior relevância para as ações de inteligência. A criação do Departamento de Ordem Política e Social em São Paulo, ainda em 1924, seria uma das respostas do aparato estatal<sup>207</sup>.

A especialização da polícia ocorreu em 1933, a partir da delimitação das funções entre a polícia política e a polícia criminal, com a criação da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPPS), no Distrito Federal, assumindo um papel auxiliar na disciplina dos trabalhadores através da repressão<sup>208</sup>. No processo de constitucionalização do país, junto à crescente mobilização social, principalmente em torno da luta antifascista associada a setores de esquerda, a ideia do “perigo do extremismo” se tornava cada vez mais presente na sociedade. Em abril de 1935 foi editada a Lei nº38, a primeira Lei de Segurança Nacional do país, conhecida por setores democráticos como “Lei Monstro”, por suprimir garantias constitucionais constantes da Carta de 1934.

A utilização da polícia como meio de restrição às ações consideradas perigosas se fez presente durante todo o período do governo Vargas. Diversas foram as denúncias nos jornais relatando os abusos policiais na repressão aos movimentos de contestação ao regime, marcado por prisões arbitrárias, policiamento ostensivo e cerceamento das atividades. A associação entre ideologia política e as regras legais impostas com a Lei de Segurança Nacional

---

<sup>205</sup>Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

<sup>206</sup>Cf. PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

<sup>207</sup> RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). **Prisma Jurídico**, v. 7, n. 1, p. 163-183, 2008.p.167

<sup>208</sup>BRITTO, A. A identidade nacional e o controle político e social: uma breve análise sobre a ação da polícia política na implantação do Estado Novo. In.:FERREIRA, M. de M. **Memória e Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.p.163

formataram o modelo organizacional do regime<sup>209</sup>, possibilitando o crescente recurso ao aparato repressor que passou a ter grande centralidade e relevância no governo Vargas<sup>210</sup>. Foi sob o comando de Vargas que Filinto Müller, chefe da Polícia Federal, passou a responder diretamente e somente ao Presidente da República, comandando toda polícia de inteligência, conhecida como S-2<sup>211</sup>.

Assim, as crescentes mobilizações contrárias ao governo, principalmente através da Aliança Nacional Libertadora e do surgimento de movimentos de massa, reforçavam a necessidade de construção de uma política de segurança nacional, viabilizando o controle sobre a sociedade. Ao longo da década de 1930, o Brasil assistiu à consolidação de um novo projeto político com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e à implementação de uma polícia especializada<sup>212</sup>. Conformava-se, assim, um inimigo objetivo<sup>213</sup> a ser combatido, portador de ideologias nocivas, tal como uma doença, para a construção da nação brasileira moderna e civilizada. Conforme ressalta Ângela de Castro Gomes:

Em resumo, inaugurou-se, a partir de 1935 um novo quadro na vida política brasileira e, em especial, na dinâmica das relações Estado/classe trabalhadora. Se em 1920 a questão social foi definida como uma questão policial – os anarquistas foram apontados como o “inimigo objetivo” – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, e o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas<sup>214</sup>.

Concomitante à reestruturação da polícia e sua autonomização, durante os anos de 1930 a 1937, foi consolidada a maior parte do arcabouço legal visando enquadrar os trabalhadores e lidar com a questão social do trabalho. Destaca-se, nesse sentido, a criação do novo sindicalismo, apartado de uma orientação política ou partidária, no sentido de evitar da luta de classes no Brasil<sup>215</sup>. Esvaziava-se o sentido do sindicato como espaço de luta contra o patronato. É no período assinalado, entretanto, que é possível perceber a rearticulação do movimento operário, que protagonizou diversas greves e com a reorganização dos partidos políticos em 1933. Com o retorno das funções do poder Legislativo, após a

---

<sup>209</sup>GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. ARAÚJO, Maria Celina **Repensando o Estado Novo, Rio de Janeiro**, Ed. FGV, p. 53-72, 1999., p.56

<sup>210</sup> Cabe ressaltar que a repressão policial contra setores populares não era novidade. Nas primeiras décadas do século XX ela já se voltava contra os anarquistas. Com o advento da Revolução Russa, o “perigo comunista” fez-se presente provocando uma ofensiva contra as organizações de esquerda.

<sup>211</sup>LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas**: *op. cit.* p.90

<sup>212</sup>Cf. CANCELLI, Elizabeth. De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>213</sup> ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p.472-474

<sup>214</sup>GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. *op. cit.* p.177

<sup>215</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras. 2014. p.250

constitucionalização do país, ocorreu a dinamização dos debates políticos em torno da condição social dos trabalhadores<sup>216</sup>.

A Lei de Segurança Nacional de 1935 reforçava o arbítrio da ação policial enquanto um instrumento jurídico que embasava e autorizava a repressão em busca da ordem que se tentava forjar. Entre os crimes estabelecidos, encontrava-se a incitação à greve de funcionários públicos; instigar a desobediência coletiva ao cumprimento da lei e da ordem pública; imprimir ou vender livros que e panfletos que subvertam a ordem política ou social e incitar o ódio entre as classes sociais<sup>217</sup>. Essa classificação dos crimes abria espaço para a interpretação política das práticas criminosas, ao não deixar claro as definições de ordem política e social<sup>218</sup> e a arbitrariedade se fez cada vez mais presente, com o aumento gradativo das “prisões preventivas”<sup>219</sup>.

Conforme abordado anteriormente, junto à questão social colocada pela articulação dos trabalhadores, concorria a relação entre polícia e imigrantes. O que se observa é o aumento gradativo das funções da Delegacia de Ordem Política e Social, que além do monitoramento e repressão aos trabalhadores vigiava a movimentação de estrangeiros no país, dentro da lógica de uma profilaxia social dos indesejáveis<sup>220</sup>. A polícia política se tornava, assim, o espaço privilegiado para a higienização da sociedade através do controle dos elementos nocivos ao corpo social. A lógica da desconfiança colocava em ação uma vigilância constante e reforçava preconceitos que viabilizava uma atuação arbitrária da polícia. O aperfeiçoamento do aparato repressor significou a continuidade das políticas contra estrangeiros entendidos como os portadores das ideias de contestação da realidade socioeconômica e o aprofundamento da repressão contra trabalhadores comunistas estrangeiros<sup>221</sup>.

A própria Jewish Colonization Association, responsável pela entrada de Genny e Berta no país, sofrera com o monitoramento de suas atividades. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, em documento datado de 1924, colocou-se a necessidade de adoção de providências preventivas visando a “defesa social” revelando um forte caráter antisemita:

---

<sup>216</sup>*Ibidem*, p.256.

<sup>217</sup> BRASIL. **Lei n. 38, de 04 de abril de 1935**. Define os crimes contra a ordem política e social. 04 de abril de 1935

<sup>218</sup>FLORINDO, Marcos Tarcísio. O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas. Dissertação Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, 2000. p.47-54

<sup>219</sup>LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas**: *op. cit.* p.91

<sup>220</sup>FLORINDO, Marcos Tarcísio. O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo *op. cit.* p.47-54

<sup>221</sup>MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. **Repressão política e anticomunismo no primeiro Governo Vargas**: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. Revista Jurídica da Presidência, v. 15, n. 107, 2014.p.642

Desconfia da presença, nas instituições culturais e sociais israelitas, de “muitos elementos suspeitos decididamente bolchevizes ou bolchevistas, que serão os melhores infiltradores do comunismo” e exige que os diretórios dessas instituições seja somente de elementos nacionalizados. Talvez, para amenizar o anti-semitismo, incluiu-se a tardia justificativa de que “semelhante medida é necessária por ser a colônia israelita entre nós composta na maior parte dos naturais russos ou das províncias anteriormente russas, e por isso mais do que qualquer outra sujeita a infiltração comunista”. Pouco a pouco, tomava corpo no aparelho do Estado duas posturas básicas de temor ao bolchevismo: por um lado, a possibilidade de manifestação das classes populares (...) por outro, o bolchevismo poderia ser desencadeado pelo elemento temido nas manifestações anarquistas e anarco-sindicalistas – o estrangeiro<sup>222</sup>.

No caso dos imigrantes judeus, a associação realizada de que eles seriam portadores de ideias exógenas e prejudiciais ao trabalhador brasileiro reforçou estereótipos negativos e se apresentou como uma das faces do antissemitismo no período da década de 1930. Somava-se, assim, à ideia do perigo não só à constituição racial e cultural do Brasil, a percepção do perigo político que representavam os judeus por importarem para o país os ideais do comunismo e a agitação social. O mito da conspiração judaica se interseccionava com o medo do comunismo, e nessa concepção, os judeus seriam responsáveis por incitarem o ódio entre as classes. Como ressalta Lesser,

Por volta de 1935, a Questão Judaica havia se transformado no Problema Judaico. (...) À medida que o movimento comunista brasileiro atingia seu auge em meados da década de 1930, políticos e intelectuais ressaltavam os supostos laços entre judeus e comunismo. (...) As críticas aos judeus e à imigração judaica na imprensa respeitável refletiam um desejo crescente de limitar ou encerrar as entradas. (...) O nativismo brasileiro havia se transformado em uma política antijudaica<sup>223</sup>.

Internacionalmente, a campanha antisemita se fortalecia e a aproximação entre o judeu e o comunista foi reforçada no discurso nazista, configurando-os como os grandes responsáveis pelas mazelas do mundo. No Brasil, a associação com o comunismo foi ressaltada por Gustavo Barroso no já mencionado livro “Protocolos do Sábio de Sião”, caracterizando o comunismo como uma etapa final da conspiração judaica<sup>224</sup>. A relação estabelecida com o comunismo foi utilizada como fundamento para as expulsões e para as posteriores restrições impostas à entrada de judeus ao país<sup>225</sup>. Nessas expulsões realizadas por motivo de ordem e segurança pública, muitas vezes o fundamento policial residia no “ser comunista”, como elemento suficiente para o pedido de expulsão. Como previa a Constituição de 1934, os processos de expulsão eram considerados atos de soberania e independência de

---

<sup>222</sup>PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão, *op. cit.* p.109

<sup>223</sup>LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.* p.159

<sup>224</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, n. 138, p. 93-105, 1998. p.98-99

<sup>225</sup>LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, *op. cit.* p.159

provas dos fatos que a motivavam. Sendo assim, cabia somente ao poder Executivo a decisão de expulsar os elementos considerados nocivos à ordem pública, minimizando as chances de defesa por parte dos acusados de extremismo.

Essa tendência xenófoba refletia-se nas decisões emanadas do poder Executivo e do Judiciário, o que se tornava ainda mais complexo quando somado ao fato de ser estrangeiro, outros estigmas, como ser judeu, mulher e comunista. A associação realizada entre judeu e comunista servia para rotular um grupo, entendido enquanto pernicioso, ao passo em que as mulheres que não se enquadravam no ideal de esposa, mãe e do lar e disputavam o campo político sofriam ainda mais com a repressão e o julgamento social<sup>226</sup>.

No caso de Genny Gleizer, todas essas qualificações concorriam para conformar a jovem em uma ameaça para a sociedade. Dentro de uma concepção que associava os judeus ao comunismo, o fato de Genny ser judia, imigrante, operária e estar participando de um movimento político, tornava-a extremamente perigosa aos olhos da polícia, e, aos olhos do poder Executivo, “nociva aos interesses nacionais”. Todo o processo de expulsão de Genny Gleizer é exemplar nesse sentido.

Percebe-se, portanto, que durante a primeira metade da década de 1930, houve um aprofundamento da ação policial, demonstrando, sobretudo, uma continuidade de práticas de violações e arbitrariedade policial. Assim, essa estrutura policial consolidava a legitimidade da ação repressiva contra determinados setores sociais, se especializando após a Revolução de 1930<sup>227</sup>. Pautada numa reação aos movimentos contestatórios que surgiam, ela obedecia a “um discurso que preparava o advir de uma grande nação e a profilaxia social dos inimigos concretos (comunistas, liberais, estrangeiros, sem-trabalho e políticos)”<sup>228</sup>. A prisão e a expulsão de Genny respondiam a essa estruturação da polícia, bem como refletiam uma política que se utilizava de um discurso nacionalista visando neutralizar potenciais opositores.

A polícia endossava o discurso de associação entre os judeus e o comunismo<sup>229</sup> ao argumentar que o trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista do Brasil com os imigrantes era voltado principalmente para “os grupos eslavos e à colônia israelita”<sup>230</sup> e, embora nem sempre explicitado, o estigma em torno do judeu associando-o ao comunismo, aparecia de maneira mais sutil:

---

<sup>226</sup>WIAZOVSKI, Taciana. **Bolchevismo e Judaísmo**. A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001. p.24

<sup>227</sup>PINHEIRO. Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*, *op. cit.* p.87

<sup>228</sup>CANCELLI, Elizabeth. . *O mundo da violência: A Polícia da era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1993. p. 47-48.

<sup>229</sup>WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo*, *op. cit.* p.23

<sup>230</sup>*Ibidem*,p.34

As conclusões apresentadas pelos investigadores extrapolavam a ideia de que esses indivíduos [prontuáriados pela polícia] atuavam de forma isolada. Uma trama de relações sociais e políticas era constantemente visualizada pelas autoridades atentas aos círculos israelitas e suas conexões internacionais<sup>231</sup>.

No caso de Genny Gleizer, percebe-se a continuidade do *modus operandi* da reação e esse movimento de monitoramento se fez presente, principalmente sobre os setores que encamparam a luta pela sua libertação, como será visto a seguir. A acusação que recaía sobre Genny e que motivou sua expulsão era a de que a jovem era uma importante articuladora do setor comunista do Congresso da Juventude<sup>232</sup>. Por mais que a polícia não tivesse apresentado uma investigação que demonstrasse a relação orgânica entre a jovem e o Congresso ou o Partido Comunista, a conjuntura política aprofundava a desconfiança com o “outro indesejável”<sup>233</sup>. A prisão de Genny Gleizer e sua expulsão expressam o recrudescimento da repressão em um cenário ainda incerto da direção que o governo e os movimentos de oposição tomariam.

Cabe, portanto, compreender o que era esse Congresso da Juventude em que Genny foi presa, de forma a estruturar a militância política de Genny e os atores que a circundavam e que se mobilizaram na campanha pela sua libertação. Entender as atribuições da juventude aliancista, enquanto uma vanguarda das transformações sociais ajuda na conformação de Genny Gleizer como elemento perigoso para sociedade brasileira, aos olhos da polícia.

### **A questão da juventude na Aliança Nacional Libertadora: o Congresso da Juventude**

Conforme abordado anteriormente, Genny Gleizer foi presa durante uma reunião do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular do Brasil, ligado a setores aliancistas e comunistas. O Congresso da Juventude foi o principal articulador da campanha pela sua libertação e as propostas da organização em que a jovem foi presa revelam o campo político de atuação de Genny. A juventude, naquele momento, se apresentava como importante foco de atuação política da Aliança Nacional Libertadora. Os jovens eram concebidos como atores fundamentais na transformação social, bem como um dos segmentos mais frágeis da sociedade, enquanto um dos principais atingidos pela jornada excessiva de trabalho nas

---

<sup>231</sup>*Ibidem*, p.35

<sup>232</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuários, Notação 209 – Genny Gleizer

<sup>233</sup>WIAZOVSKI, Taciana. Bolchevismo e Judaísmo, *op. cit.*, p.14

fábricas, se tornando alvos de discursos e de organização política, informados pelo ideário da frente ampla<sup>234</sup>.

O Congresso, caracterizado pela polícia como um evento organizado pela Juventude Comunista, foi amplamente divulgado pelo jornal carioca *A Manhã*. O jornal, como será abordado no próximo capítulo, acompanhou o caso do desaparecimento, prisão e expulsão de Genny e, enquanto porta-voz da ANL, era o responsável por dar publicidade às demandas de setores operários. O diário ainda realizava críticas ao governo Vargas, ao imperialismo e, principalmente, promovia campanhas contra o avanço de movimentos fascistas. Elegendo a AIB como uma organização a ser combatida, deu ampla publicidade aos movimentos que surgiam alinhados ideologicamente à ANL, entre eles, o Congresso da Juventude<sup>235</sup>.

O jornal também deu publicidade às pautas da juventude operária, colocada como um dos principais setores políticos que a ANL tentava arregimentar. A responsabilidade conferida aos jovens era enorme, bem como a sua exaltação. Evidência disso é a publicação no *A Manhã*, no dia 22 de maio, quando Luís Carlos Prestes, presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora, escreveu uma carta a Herculino Cascardo, presidente do diretório nacional da organização, falando sobre a juventude. Na carta, Prestes diz dirigir-se especialmente à juventude trabalhadora, conclamando-os a engrossar as fileiras da Aliança Nacional Libertadora. Remetendo-se à memória dos levantes tenentistas, Prestes valorizava o papel de vanguarda nas mudanças sociais e políticas:

Dirijo-me especialmente à juventude trabalhadora, aos jovens operários e camponeses brutalmente explorados nas fábricas e fazendas, aos estudantes pobres que se veem na contingência de abandonar os estudos para não morrer de fome, aos soldados e marinheiros brutalizados nos quartéis e navios de guerra: a todos vós depende o futuro do Brasil! Engrosse as fileiras da ANL e com o vigor e o entusiasmo da vossa juventude, ocupai os postos de vanguarda nos combates decisivos que se avizinham!<sup>236</sup>

Quando do lançamento do Congresso da Juventude, o jornal *A Manhã* divulgou em tom de exaltação a mobilização dos jovens em uma frente que congregaria diferentes matizes ideológicos. As reivindicações setoriais da juventude, em especial, operária, abarcavam um amplo espectro da vida dos jovens. Entre elas, a necessidade de melhorias imediatas do trabalho de jovens; a Lei de férias; a regulamentação do horário de trabalho; a higiene dos locais de trabalho; educação gratuita, com fornecimento de roupa e material escolar aos estudantes pobres; o amplo acesso da juventude nas escolas; e a diminuição das horas de

---

<sup>234</sup>SANTANA, Márcio Santos de. **Projetos para as novas gerações:** juventudes e relações de força na política brasileira (1926-1945). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p.149.

<sup>235</sup> GASPARIAN, Helena. *A Manhã* (1935). In: ABREU, Alzira Alves (Coord.) et al. *Dicionário Histórico–Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.p. 3533-3534.

<sup>236</sup> *Jornal A Manhã*, edição de 22 de maio de 1935, p.2

trabalho para os jovens, para facilitar a instrução. Eles ainda se colocavam contrários à militarização da juventude e reivindicavam o direito da juventude dirigir, em conjunto, seu próprio destino<sup>237</sup>.

O Congresso da Juventude enxergava no imperialismo a causa das condições precárias em que a juventude trabalhadora se encontrava. Assim como a Aliança Nacional Libertadora, a organização sofreu com a perseguição da polícia política, sendo possível perceber o recrudescimento da repressão. A polícia política acompanhava os setores da juventude e suas reuniões, normalmente realizadas em parques<sup>238</sup>, revelando uma preocupação da política de Vargas na repressão à juventude aliancista mobilizada. No dia 26 de junho de 1935, o jornal *A Manhã* noticiava:

Impedida violentamente, pela polícia, a reunião preparatória do Congresso Juvenil – Dezenas de agentes cercaram o local, prenderam e agrediram estudantes e jovens operários, tratando-os como bandidos! (...) O Congresso da Juventude sofreu, deste modo, a primeira investida feroz da reação. Cabe ao povo, a todos que se batem pela libertação nacional, manifestar aos jovens estudantes e trabalhadores sua solidariedade irrestrita e incluí-las a manter a sua luta com a mesma bravura com que ontem enfrentaram as cóleras da polícia.<sup>239</sup>

A prisão de Genny, no dia 15 de julho seria um desdobramento do recrudescimento da repressão policial. O Congresso da Juventude vinha sendo monitorado pela polícia desde junho, portanto, antes do fechamento da ANL e evidenciava a preocupação que os órgãos repressores nutriam frente à organização. Em documento endereçado ao Superintendente de Ordem Política e Social, datado de 07 de junho de 1935 é afirmado que:

A Juventude Proletária e Estudantil, segundo elementos de convicção colhidos por esta delegacia, nada mais é que uma legenda a mascarar atividades da “Juventude Comunista Internacional”, desta Capital, organismo aderente ao Partido Comunista. À mesma organização pertencem as atividades do 1º Congresso Juvenil ou 1º Congresso Estudantil, ora em preparo, que, em alguns jornais aparecem como promotores da festa. No Congresso convocado em março de 1929 e realizado em Moscou, pela “Internacional Juvenil Comunista”, ficou assentada, entre outras, a seguinte deliberação, que bem define as atuais atividades da Juventude Comunista nesta Capital: “levar a ação de propaganda ao seio das sociedades esportivas constituídas por operários”.<sup>240</sup>

O perigo da organização residia na convicção policial de sua estreita ligação com o comunismo. Além disso, a polícia entendia que a sua forma de atuação, enquanto uma frente ampla, fazia com que setores não alinhados ideologicamente apoiassem a iniciativa. Entre os

---

<sup>237</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 13 de junho de 1935, p.7

<sup>238</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 3503 – Congresso da Juventude do Brasil; e Notação 1271 – Juventude Comunista.

<sup>239</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 23 de junho de 1935, p.8

<sup>240</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 3503 – Congresso da Juventude do Brasil.

documentos apreendidos pela polícia de São Paulo, encontram-se algumas diretrizes da entidade, demonstrando um nível organizacional bastante estruturado e reivindicações claras. Congresso da Juventude chegou a produzir um abaixo assinado em adesão à CJPI, se alinhando às demandas colocadas pelos setores progressistas e antifascistas brasileiros<sup>241</sup>.

A partir dos levantamentos realizados pela polícia, a Juventude Comunista e o Congresso da Juventude se fundiam em uma única organização, se configurando em um perigo muito maior, já que sem a marca do comunismo no nome, o Congresso conseguia alcançar setores mais moderados da sociedade brasileira. Como ressalta um documento produzido pelo delegado de ordem social em 08 de julho de 1935, “o 1º Congresso Juvenil de São Paulo não passa do mascaramento das atividades do Partido Comunista do Brasil, através da Juventude Comunista, região de S. Paulo”<sup>242</sup>.

Conforme aponta Apoena Canuto Cosenza, de fato o setor da juventude passou a ter, a partir de 1935, um importante papel enquanto ferramenta de atuação e direção da Aliança Nacional Libertadora. Ao analisar um relatório da Internacional Comunista a autora demonstra que:

O relatório apontava um cenário potencialmente positivo para o movimento político. A situação econômica negativa era marcada pela precarização da condição de trabalho e recrutamento da juventude para substituir trabalhadores mais velhos por salários reduzidos, servia como impulso para a revolta dos jovens. (...) [segundo o relatório] havia uma incompreensão tanto por parte da direção da FJC quanto do PCB do papel da Juventude Comunista. (...) Com o surgimento da ANL o quadro começava a mudar de figura. Os jovens começavam a se afastar do integralismo e buscar a Aliança Nacional Libertadora. Os discursos de Prestes, chamando a juventude a assumir seu papel na luta pela libertação, teve o efeito de aumentar a base social da Juventude Comunista, que atuava na ANL. Diante desse novo quadro, a FJC começou um novo processo organizativo, chamando a um Congresso Nacional. A Juventude Comunista começava a se organizar como um movimento de massas<sup>243</sup>.

Dentro do espectro de aderentes ao Congresso é interessante notar a presença de nomes de pessoas que eram quadros importantes do Partido Comunista do Brasil, como o de Noé Gertel, que assina coluna no jornal *A Platea* em 24 de agosto de 1935. Na “Carta Aberta” do jovem – vice-presidente do D.E.P. da ANL e representante do I Congresso Juvenil naquela organização – Gertel fala à juventude paulista denunciando a repressão policial sobre as atividades do Congresso, afirmando que as autoridades enxergam na juventude um perigo e tentam impedir que ela “ocupe os postos de vanguarda nas lutas que se avizinham”<sup>244</sup>.

---

<sup>241</sup>*Ibidem*.

<sup>242</sup>*Ibidem*.

<sup>243</sup>COSENZA, Apoena Canuto. **Um partido, duas táticas**. *op. cit.* p.139-140

<sup>244</sup>*Ibidem*.

A polícia, que acompanhava de perto a movimentação de segmentos simpáticos à ANL e ao PCB, em 09 de julho havia se dirigido até o Salão Cervantes, no Largo da Concórdia, em São Paulo, para impedir a realização de uma assembleia do Congresso. Em 15 de julho, a polícia política foi enviada para o Palacete Santa Helena, na Praça da Sé, onde ocorria o Congresso, para fechá-lo e realizar a prisão das lideranças que ali se encontravam reunidas<sup>245</sup>, entre elas, Genny. A prisão de Genny seria, assim, um desdobramento de uma investigação policial e não fruto de uma ação pontual.

A operação foi relatada pelas autoridades policiais e dentre os documentos apreendidos com Genny pela polícia política de São Paulo, consta um exemplar o jornal *Juventude*, de Ivan Pedro Martins. Este era integrante do Centro de Defesa da Cultura Popular e presidente da Comissão Executiva Central do Congresso, que organizava os trabalhos e a redação do jornal era sediada na Rua Conde de Baependi, 19, no Flamengo, mesmo local onde ocorriam as reuniões do Congresso da Juventude<sup>246</sup>. O periódico servia como propaganda das atividades do Congresso e nele era definida a sua linha de atuação e interpretação dos problemas do país, criticando o integralismo e o imperialismo.

Apesar de ligado ao Partido Comunista do Brasil, o Congresso da Juventude acabou se tornando uma organização e não apenas um evento da Juventude Comunista, ao atingir um campo maior de adesão e trazer pautas da frente ampla, simbolizando, ainda, a proximidade da Aliança Nacional Libertadora com os comunistas. Entretanto, a relação de Genny Gleizer com o Congresso e, conseqüentemente com a Juventude Comunista, somente foi apresentada após a prisão da jovem. Apesar do monitoramento da polícia sobre o Congresso, a investigação policial anterior à prisão de Genny Gleizer não revelou a ligação entre a jovem e a organização.

A prisão de Genny Gleizer foi mencionada em um relatório datado de 18 de setembro de 1935 enviado a Leite de Barros, Secretário de Segurança de São Paulo. O documento apresentava um quadro da situação política pelo Brasil, demonstrando o acompanhamento de atividades de setores contrários ao governo Vargas e o clima de incerteza e conspiração que cercava o momento. O caso de Genny nesse cenário era apresentado como mais um elemento que inflamava os atores no campo político e os jovens envolvidos no Congresso da Juventude encamparam a causa de Genny Gleizer e passaram a ser alvos do com o monitoramento da repressão. O mesmo movimento ocorreu com outros setores que se destacaram na luta pela liberdade de Genny Gleizer, como será visto a seguir.

---

<sup>245</sup>SANTANA, Márcio Santos de. Projetos para as novas gerações. *op. cit.* p.29-30

<sup>246</sup>Jornal A Manhã, edição de 26 de maio de 1935

## A Questão Feminina na Aliança Nacional Libertadora

Junto ao Congresso da Juventude, outra organização mobilizada em torno da campanha pela libertação de Genny Gleizer foi a União Feminina do Brasil (UFB). Nesse sentido, cabe entender como a militância feminina era entendida pela Aliança Nacional Libertadora e como essa concepção afetou as mobilizações em torno de Genny Gleizer. A análise da organização auxilia na compreensão das hierarquias de gênero<sup>247</sup> que incidiam sobre a mulher naquele momento, revelando qual o espaço reservado para a militância política feminina defendida pela ANL, ao passo em que aponta alguns aspectos da visão que a polícia possuía daquelas que ocupavam os espaços públicos levantando bandeiras políticas, rompendo com o ideal feminino de esposa e do lar. Sendo uma das principais articuladoras da campanha pela liberdade de Genny, busca-se compreender como a prisão de Genny Gleizer mobilizou o setor feminino da ANL e as concepções da luta feminina dentro da ANL, bem como sua contraposição com outros movimentos femininos da época, apresentando algumas das esferas do ser mulher naquele período.

A União Feminina do Brasil (UFB) foi fundada em maio de 1935, presidida por Armanda Álvaro Alberto. Apesar de constituída majoritariamente por mulheres da classe média, suas reivindicações e ações eram voltadas principalmente para as mulheres operárias. A criação de uma frente liderada por mulheres e preocupada com a pauta feminina evidencia a disposição da Aliança Nacional Libertadora de ampliar os espaços de inserção da mulher, trazendo a centralidade feminina nas diretrizes políticas da organização.

Logo nos primeiros exemplares, o diário *A Manhã* voltou-se para as condições de saúde das mulheres operárias, mais exploradas que os homens, sofrendo com duplas jornadas, salários mais baixos e regimes de trabalho mais extenuantes. No dia 1º de maio de 1935, dia do trabalhador, o jornal estampou a seguinte manchete: “A vida, o labor e o sofrimento da mulher trabalhadora brasileira”. A matéria expunha as denúncias das trabalhadoras da fábrica Cruzeiro, atentando para a condição da mulher enquanto “escrava no lar, escrava no balcão, no escritório, e, sobretudo, escrava da Lei e da Justiça”. O jornal ainda se posicionava contrário à postura da deputada federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, Carlota Pereira de Queiroz, única representante feminina no Congresso Brasileiro. Segundo o jornal, a congressista não teria apresentado nenhum projeto voltado para a emancipação feminina<sup>248</sup>.

---

<sup>247</sup> SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara (Orgs.). Mulher e relações de gênero. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p.83

<sup>248</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 01 de maio de 1935, p.1

Ao eleger como capa as reivindicações da mulher trabalhadora, o *A Manhã* se colocava em favor dos direitos das mulheres, reconhecendo a múltipla exploração a que estavam submetidas não somente no mercado de trabalho, mas no âmbito privado, do lar, ao passo em que não reconhecia a deputada Carlota Queiroz como uma representante efetiva das mulheres operárias. Essa postura será reforçada pelas mulheres da União Feminina do Brasil, conforme será visto mais a frente, colocando em campos distintos as feministas que ocupavam os espaços institucionais do Legislativo, como Carlota de Queiroz e Bertha Lutz, e as mulheres da UFB.

O lançamento da União Feminina do Brasil foi divulgado pelo *A Manhã* no dia 25 de maio de 1935, ressaltando que “por iniciativa de mulheres educadoras, intelectuais e trabalhadoras foi fundado recentemente no Rio a União Feminina do Brasil, com um programa de ação muito humano e amplo”. O movimento pretendia demonstrar que agregava diversos estratos sociais, se apresentando de maneira mais ampla que o movimento feminista, e se colocava como inovador por incorporar as mulheres operárias e suas demandas, algo que estaria fora do escopo do movimento feminista.

A ANL através das páginas do jornal *A Manhã* demonstra compreender a subordinação da mulher na realidade brasileira, entendendo-a como uma opressão específica<sup>249</sup>. Entretanto, a União Feminina do Brasil se colocava como um movimento feminino que se opunha ao movimento feminista liberal ao não priorizar as reformas institucionais de garantia de igualdade entre os sexos, identificando na luta mais ampla – contra o imperialismo, o integralismo e o latifúndio – a principal reivindicação para se alcançar a melhoria da condição de vida da mulher. Dentro dessa concepção, a UFB entendia que “a partir de toda luta política, aparece entrelaçada a luta feminina (...) e quanto mais atrasado for o estado da sociedade, tanto mais a mulher terá que lutar.”<sup>250</sup>.

Os princípios da UFB foram assinados pela Comissão Organizadora composta por Maria Werneck<sup>251</sup>, Esther Xavier, Armanda Álvaro Alberto<sup>252</sup>, Catharina Landsberg, Eugenia Álvaro Moreyra<sup>253</sup>, Mary Mercio e Norma Mormy:

---

<sup>249</sup>SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice A. *Feminismos, feministas e movimentos sociais. op. cit.* p.81

<sup>250</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 27 de junho de 1935, p.4

<sup>251</sup> Maria Morais Werneck de Castro (1909-1994) foi uma ativa militante, filiada à Liga Antifascista e assinou o manifesto de fundação da Liga de Defesa da Cultura Popular. Além da União Feminina do Brasil, também militou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Após os levantes de novembro de 1935, se tornou alvo da repressão sendo processada e presa acusada de ser uma das responsáveis pelo movimento. Cf. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Castro, Maria Morais Werneck de.

<sup>252</sup> Armanda Álvaro Alberto (1892-1974) foi educadora e militante feminista, fundadora da Escola Proletária de Meriti em 1921 e da Associação Brasileira de Educação em 1924. Após os levantes de novembro de 1935 foi acusada de participar da organização das revoltas. Cf. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Alberto, Armanda Álvaro.

A União Feminina do Brasil surge neste momento como uma organização necessária à defesa dos interesses da mulher no Brasil, especialmente daquelas que estão submetidas às mais precárias condições de existência e trabalho. Ao contrário de outras organizações femininas que surgiram em nosso país, umas inócuas outras nitidamente ligadas a correntes políticas partidárias, explorando demagogicamente a angustiada situação da mulher ou pregando um estreito feminismo que consiste em combater o homem em si e nele ver um “inimigo” da mulher, a União Feminina do Brasil, iniciativa de um grupo de mulheres trabalhadoras manuais e intelectuais, diferencia inteiramente de todas as organizações já existentes, pelo seu absoluto desacordo com os programas e normas de ação dessas associações<sup>254</sup>.

Em consonância com a concepção de uma frente ampla, a UFB se definia como uma organização política apartidária e que não realizava distinção de cor, religião ou correntes filosóficas. Neste manifesto, ela explicitava sua posição contrária às organizações feministas que atuavam naquele momento e que não atentavam para a questão da mulher trabalhadora<sup>255</sup>. Dentre as propostas da UFB, encontravam-se demandas voltadas para a condição feminina, como a reivindicação de igualdade econômica entre homens e mulheres, assim como melhoria das condições de vida.

Outro ponto abordado no programa diz respeito ao “preparo da mulher para colaborar com o homem em suas atividades sociais e participar com ele na vida pública”, evidenciando uma ideia de “tutela” masculina, segundo a qual, a ocupação do espaço público pelas mulheres prendia-se à atividade masculina. A UFB sinalizava também para a necessidade de participação masculina junto às mulheres ao afirmar que esperava o “apoio decidido de advogados, jornalistas, professores, trabalhadores em geral, para melhor realização de seu programa contando desde logo com o auxílio que os homens possam oferecer, afim de que esta organização corresponda realmente às necessidades femininas no Brasil”<sup>256</sup>.

Entre as dez bandeiras apresentadas pela UFB, a que mais recebeu destaque no período analisado<sup>257</sup>, refere-se à importância do combate às “guerras de destruição e os massacres que as atingem [mulheres] direta e indiretamente e contra os regimes que restringem os direitos femininos roubando-lhes suas conquistas”<sup>258</sup>. O que se percebe é que dentro da concepção de um movimento de mulheres, o programa eleito como primordial para

---

<sup>253</sup> Eugênia Álvaro Moreira (1899-1948) foi jornalista, fundadora do Teatro do Brinquedo, junto a seu marido, Álvaro Moreira, foi presidente da Casa dos Artistas e lançou o projeto Teatro de Arte. Participou da campanha pela libertação de Anita Leocádia Prestes, filha de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes, nascida em campo de concentração na Alemanha. Foi filiada do Partido Comunista Brasileiro e dirigente da célula Olga Benário. Cf. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Moreira, Eugênia Álvaro.

<sup>254</sup> Jornal A Manhã, edição de 25 de maio de 1935, p. 02

<sup>255</sup> As críticas voltavam-se especialmente para a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, desaprovando a atuação de Bertha Lutz e de Carlota de Queiróz junto às instituições legislativas.

<sup>256</sup> Jornal A Manhã, edição de 25 de maio de 1935, p. 02

<sup>257</sup> O jornal foi analisado no período compreendido entre maio e novembro de 1935.

<sup>258</sup> Jornal A Manhã, edição de 02 de junho de 1935, p.07

ser divulgado, logo nos primeiros momentos após a fundação da UFB, era vinculado ao combate ao fascismo e ao integralismo no país. Ao optar por uma agenda mais ampla, a UFB concebia as reivindicações do âmbito feminino como subordinadas a questões mais gerais, com as mulheres estando ao lado de seus parceiros na luta. Fica clara, assim, a adoção de um posicionamento que não almejava, acima de tudo, o protagonismo da mulher frente às demandas sociais. A organização também reforçava a importância da educação feminina no processo de transformação das condições sociais:

Nós vamos ao lado das lutas da ANL lutar também pelo nosso programa, preparando a mulher em todos os sentidos para que ela possa empreender o papel que lhe cabe no momento brasileiro e esteja apta para subir a qualquer posto, quando se fizer necessário. Procuraremos congregiar todas as mulheres dentro da nossa organização, para, por este meio, esclarecermos, educarmos, levantarmos o nível cultural, fornecermos educação política, habilitando realmente a mulher pela defesa de suas reivindicações<sup>259</sup>.

As lutas propostas pela UFB e o posicionamento contrário às feministas liberais demonstram que as estratégias políticas centradas na atuação da mulher nos espaços públicos, historicamente ocupados pelos homens, eram diversificadas e muitas vezes conflitantes. A divergência colocada nesse momento referia-se às diferentes percepções acerca da dominação às quais as mulheres estariam subordinadas. A pluralidade de lutas abarcava desde a reivindicação pela maior participação política das mulheres, como a conquista do direito de votar, até as alterações mais profundas na estrutura da sociedade:

A corrente do movimento feminista internacional, identificada como sufragista (...) limitou-se a reivindicar uma série de reformas jurídicas relativas ao 'status' da mulher, baseando-se, para tanto, na concepção liberal de que a igualdade de direitos jurídicos seria o suficiente para solucionar todos os problemas de caráter discriminatório vivenciado pelas mulheres. (...) As sufragistas jamais se preocuparam em analisar a contradição entre a incorporação da mulher no mercado de trabalho e a tarefa principal que tanto defendiam, passando ao largo das conseqüências que tal incorporação trazia às operárias, como a dupla jornada de trabalho<sup>260</sup>.

No Brasil, a luta pelo sufrágio feminino ganhou força com a fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, que teve à frente Bertha Lutz<sup>261</sup>. Em

---

<sup>259</sup> Jornal A Manhã, edição de 27 de junho de 1935, p.4

<sup>260</sup>SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *op. cit.* p.89

<sup>261</sup> Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) Em 1918 ingressou como tradutora no setor de zoologia do Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde trabalhava seu pai, inscrevendo-se no ano seguinte num concurso para o cargo de secretária do Museu Nacional. Aprovada, foi a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro, tornando-se mais tarde naturalista da seção de botânica da mesma instituição. Foi fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, dando início à luta pelo direito de voto para as mulheres. No pleito de outubro de 1934 candidatou-se na legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal à Câmara dos Deputados, representando a Liga Eleitoral Independente, ligada ao movimento feminista. Em sua atuação parlamentar lutou pela mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, propondo a igualdade salarial, a isenção do serviço militar feminino, a licença de três meses à gestante sem prejuízo de vencimentos e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Elaborou ainda projetos para o combate à lepra e à malária no Rio de Janeiro.

seu “Manifesto Feminista”, a organização pleiteava a igualdade entre os homens e as mulheres, dotados de faculdades equivalentes; a autonomia como direito fundamental de todo indivíduo adulto; o voto como meio legítimo de defender direitos, a vida e a liberdade. A organização ainda criticava que “as leis, preconceitos e costumes, tendentes a coartar a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais (...), produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social”<sup>262</sup>. Como ressalta Sardenberg e Costa,

A FBPF, coerente com os princípios do feminismo burguês, jamais questionou o sistema vigente como responsável também pela opressão feminina. Como sua congênere nos Estados Unidos, sua atuação inspirou-se nos preceitos liberais e no reformismo como estratégia política. Assim, seu programa limitou-se ao combate às leis discriminatórias que impediam a igualdade entre homens e mulheres, no contexto das democracias burguesas. Para a FBPF, o problema maior estava no atraso do capitalismo brasileiro<sup>263</sup>.

A própria luta pelo voto feminino foi menosprezada pela UFB, entendendo que o direito de votar e ser votada havia sido uma concessão dos “homens dirigentes” e não uma “campanha vitoriosa das massas femininas como faz crer a Dra. Bertha Lutz.”<sup>264</sup>. As táticas militantes de Bertha Lutz diferenciavam-se daquelas adotadas pelas mulheres da União Feminina do Brasil. Aproveitando-se fartamente da imprensa, Lutz e suas companheiras da FBPF enfatizavam a importância da participação feminina para além dos espaços domésticos e buscavam o desenvolvimento escolar e profissional das mulheres, se utilizando, entretanto e de maneira estratégica, dos espaços democráticos do momento. Nos debates da Constituinte, Lutz teve papel preponderante nas demandas femininas, principalmente no que se referia à questão da mulher, da maternidade e da infância<sup>265</sup>. Assim, as feministas em torno de Lutz almejaram ganhar o apoio de lideranças de diferentes parlamentares, bem como da opinião pública, apresentando-se com um discurso considerado mais moderado e que não rivalizava os deveres considerados femininos de instrução dos filhos<sup>266</sup>.

---

Permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos todos os órgãos legislativos do país. Retirado de CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Lutz, Berta Maria Julia

<sup>262</sup>SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. *op. cit.* p.99

<sup>263</sup>Idem. p.100

<sup>264</sup> Jornal A Manhã, edição de 27 de junho de 1935, p.4

<sup>265</sup> SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. **cadernos pagu**, n. 24, p. 315-325, 2005.

<sup>266</sup> SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, p.97-117, set/out/nov 2000.

As críticas da UFB ao movimento feminista representam a pluralidade política<sup>267</sup> dentro do campo de ação feminino e coadunavam com a postura de não colaboração das mulheres comunistas com as feministas burguesas<sup>268</sup>.

As formas de inserção das mulheres no espaço público variavam de acordo com os diferentes movimentos políticos que se colocavam naquele momento. A própria Ação Integralista Brasileira incentivava a participação e o engajamento feminino no movimento. Reforçando o papel da mulher de mãe, esposa e filha, a AIB buscou angariar militantes femininas que ao lado dos homens pudessem participar da luta cotidiana e que condissessem com a obediência e a preservação das tradições familiares, tornando-se “mulheres superiores”<sup>269</sup>.

Cabe ressaltar, entretanto, que os movimentos, apesar de se colocarem em campos distintos da ação política, contribuíram na construção de uma cultura de participação feminina nas lutas políticas. Acompanhando as disputas que ocorriam no cenário político da época, os movimentos que incentivavam a participação feminina revelam o crescimento no feminismo no país, favorecendo a efervescência política<sup>270</sup>. No mesmo sentido, o comprometimento feminino com distintas causas rompia o isolamento da mulher, restrita aos espaços domésticos, a partir do engajamento político e ideológico, se apresentando também como importantes difusoras das bandeiras dos movimentos.

As clivagens existentes entre as mulheres da UFB e as feministas burguesas também se evidenciaram durante a campanha pela libertação de Genny Gleizer. Em 29 de agosto o jornal *A Manhã* publicou uma matéria intitulada “As feministas brasileiras e o caso Genny Gleizer – silêncio que não se justifica, esquecimento que não se perdoa”. Assinado por Anna Torres, o artigo criticava a postura das mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que ofereceu um chá em honra de várias de suas filiadas. Nele, se evidenciava o silêncio dessas mulheres sobre o caso da jovem romena:

(...) o caso Genny Gleizer, jovem estudante de 17 anos, presa por estar presente a um Congresso Estudantil, é ou não um caso à frente do qual deveriam estar todas as agremiações femininas que sinceramente se batem por nossos mínimos direitos? Como podem essas senhoras silenciar sobre o martírio, que já dura dois meses, de uma jovem (...). Por que, por ocasião de

---

<sup>267</sup>RAGO, Margareth. Modernizar para conservar: relações de gênero em São Paulo nas décadas iniciais do século vinte. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp 2013.p.420.

<sup>268</sup>SOIHET, Rachel. “Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert”. **Cadernos Pagu**/Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p.169-195.

<sup>269</sup>POSSAS, Lidia M. Vianna. As blusas verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropologia**, n. 3, p. 20-43, 2012.

<sup>270</sup>SOIHET, Rachel. **Feminismos e Antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 63

um chá em que, naturalmente, foram proclamadas as qualidades feministas de cada uma e exaltados os seus sentimentos de solidariedade, essas senhoras se esqueceram de que o caso Genny Gleizer é um caso que obriga toda mulher consciente a tomar uma atitude, ao menos por um simples sentimento de justiça?<sup>271</sup>

Tudo leva a crer que esse silenciamento das mulheres da FBPF devia-se à postura crítica que essas feministas possuíam frente à atuação comunista. As feministas da FBPF não questionavam o sistema vigente enquanto responsável pela opressão da mulher, reivindicando a maior participação feminina na política em um viés reformista e de inclusão da mulher nas instituições democráticas como a melhor forma de alterar a realidade da mulher brasileira<sup>272</sup>. A atuação dentro das instituições era questionada pelas mulheres da União Feminina, cujo campo político voltava-se para uma luta de vinculação com elementos conjunturais, objetivando o fim das desigualdades, que atingiam de maneira específica as mulheres.

Nessa concepção, o caso de Genny Gleizer deveria motivar a comoção das mulheres, representando uma causa mais ampla na luta pela liberdade. Em contraponto a essa postura considerada omissa, as mulheres ligadas à UFB se apresentaram engajadas na luta pela libertação de Genny Gleizer e assim, a luta das mulheres da UFB se consolidava como a luta pelos oprimidos. Genny Gleizer, enquanto uma imigrante operária, se enquadraria nesse espectro. Na concepção da organização, a causa da jovem era a causa de todos os explorados e a sua identidade de mulher, jovem, presa injustamente, agravava a exploração.

Em setembro de 1935, uma delegação que incluía participantes da UFB e outras figuras femininas eminentes, realizou visita ao Ministro da Romênia para interpellar por Genny. Entre elas, encontravam-se Armanda Álvaro Alberto, Eugenia Álvaro Moreyra, Maria Werneck de Castro, e Mary Mercio Martins, fundadoras da UFB, além da psiquiatra Nise da Silveira, as professoras aliancistas Luiza Barreto Leite e Lygia Freitas, Gilda Machado Guimarães, Vera Paiva, Victoria Gillabert, Sarah Novak, Joanna Motta Lima, Lygia Lemme, Diana Gilaberte, Priscilla Motta Lima e Aurea Lemme<sup>273</sup>.

Com o fechamento da ANL, em 19 de julho de 1935, a UFB foi posta na ilegalidade, tendo seu registro civil cancelado e suas dirigentes foram acusadas estarem ligadas ao comunismo. Segundo o Decreto nº 246, assinado por Vicente Ráo, a UFB “constituída sob a forma de sociedade civil, tem exercido atividade subversiva da ordem política e social”<sup>274</sup>. O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo somente elaborou um prontuário

---

<sup>271</sup>Jornal A Manhã, edição de 29 de agosto de 1935, p.02

<sup>272</sup>COSTA, Ana Alice. O Feminismo “Feminino” e a Esquerda Brasileira. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 2, 2015.

<sup>273</sup> Grande parte dessas mulheres possuía alguma vinculação com quadros da Aliança Nacional Libertadora.

<sup>274</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuário Notação 320 – União Feminina do Brasil.

sobre a organização após ser comunicado do fechamento da organização, reunindo diversos recortes de jornais visando o acompanhamento das atividades e a publicidade dada ao cancelamento do registro da UFB, provavelmente buscando mensurar a repercussão do ato<sup>275</sup>.

Entre os recortes levantados pela polícia, chama atenção a matéria do jornal *A Noite*, de 02 de agosto de 1935, intitulada “A blague do feminismo”. Nela é exposta a visão acerca do movimento por parte de Felinto Müller, chefe da Polícia na capital federal, abaixo de uma foto de Eugenia Álvaro Moreira, classificada como “destacado elemento da UFB”. Segundo a matéria a UFB:

Foi, pois, fechada, aquela criação por ter ficado provada a sua atividade extremista e antissocial. (...) Quem era as ilustres matronas ou as gentis senhoritas que compunham a malograda União? Não sabemos. Mas é lícito supor-se que não deveriam ser excessivas as preocupações domésticas, os trabalhos com os filhos, maridos, irmãos e noivos, dessas paladinas do credo rubro de Moscou. (...)<sup>276</sup>

A posição exposta no jornal revela a imagem da mulher ideal enquanto esposa e mãe, voltada para a vida doméstica. Aquelas que disputavam o espaço público, reivindicando participação no campo da política tornavam-se, nas palavras publicadas no jornal, “energúmenas, violentas, sanguinárias, ferozes” tentando impor a sua vontade ao almejarem se parecerem com os homens. Essa caracterização da mulher revela que a cidadania reservada para as mulheres encontrava seu lugar privilegiado no lar, como mães a educar os filhos republicanos, mantendo o ambiente familiar saudável. Quando elas se aventuravam a participar dos ambientes tradicionalmente reservados ao homem tornavam-se aberrações, passíveis de ridicularização<sup>277</sup>.

A UFB, portanto, se caracterizava como uma importante trincheira ao defender a participação da mulher na política frente a uma sociedade que não lhes permitia ocupar as ruas e palanques. Mesmo na ilegalidade, a UFB junto às mulheres que ela congregou, foi uma das principais promotoras de campanhas pela libertação da jovem romena, se colocando como uma das mais atuantes entidades na causa. Genny, assim como as militantes da UFB, mostrava sua subversão ao atuar ao lado dos companheiros do Congresso da Juventude. Essas entidades se apresentam como as principais redes para entender a militância de Genny e a repressão que ocasionou a sua expulsão. Cabe agora apontar quais os atores envolvidos na campanha pela sua libertação.

---

<sup>275</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuário Notação 320 – União Feminina do Brasil.

<sup>276</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuário Notação 320 – União Feminina do Brasil.

<sup>277</sup> SOIHET, Rachel. *Feminismos e Antifeminismos*, *op. cit.* p.23-42

## A rede da Aliança Nacional Libertadora em torno de Genny Gleizer

A militância de Genny não pode ser comprovada através da análise dos prontuários elaborados pela polícia, e conforme explicitado acima, as menções à jovem apenas aparecem após a sua prisão. Questiona-se, assim, o real perigo representado pela jovem aos olhos das autoridades policiais, sabendo que a polícia acompanhava de perto as movimentações do Congresso da Juventude, do qual Genny participava. No sentido de tentar recuperar a sua militância buscou-se identificar a rede que envolvia o movimento pela libertação da jovem, a partir de um levantamento de nomes que apareciam com recorrência na imprensa associados à Genny, e da análise do seu prontuário elaborado pela polícia paulista, responsável pela sua prisão.

A operação que culminou na prisão de Genny Gleizer durante a realização da reunião do Congresso da Juventude no Palacete Santa Helena foi documentada pelos órgãos da repressão. Após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, a polícia recebeu instruções para lacrar todas as organizações a ela associadas<sup>278</sup>, entre elas, o Congresso da Juventude. Na visão policial, “a tolerância em relação às suas atividades [do Congresso] significaria, em verdade, tolerância em relação ao PCB ou à Juventude Comunista”, e assim, uma semana antes da prisão da jovem, no dia 08 de julho de 1935, a polícia iniciava sua investida contra o Congresso da Juventude.

No dia seguinte ao parecer, Louzada Rocha, delegado adido à Delegacia de Ordem Social, encaminhou um relatório da ação policial que resultou no impedimento de uma reunião do referido Congresso. No dia 15 de julho de 1935, foi efetuada a diligência no Palacete Santa Helena<sup>279</sup>, espaço que se configurara como um local de reunião de intelectuais, artistas e militantes em São Paulo. Entre as pessoas reunidas, estava Genny Gleizer. Na versão de Eduardo Louzada Rocha,

entre os que ali se encontravam, porém, chamou desde logo a atenção, pela vivacidade de espírito e pelo conhecimento que revelava sobre “táticas” e “tarefas” do Partido, a expulsanda Genny Gleizer. (...) Embora terminantemente negue, em suas declarações, qualquer ligação com o Partido ou com a Juventude e confesse ser muito ligeira sua ligação com o Congresso e a Aliança, é inegável (...) que expulsanda desenvolvia nesta capital grande atividade comunista. (...) Agitadora precoce, de grande

---

<sup>278</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuário. Notação 209 – Genny Gleizer

<sup>279</sup> A preocupação com temática dos trabalhadores também se fez presente nos trabalhos de pintores que estiveram reunidos no palacete. Sobre o Palacete Santa Helena e os intelectuais ali reunidos. Cf. URCCI, Michéle Yara. Os pintores do Palacete Santa Helena: imagens da São Paulo entre 1935 e 1940. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

inteligência e de notável cultura marxista, transformou-se em elemento nocivo à segurança do país<sup>280</sup>.

O relatório de Louzada Rocha demonstra como o recorte de gênero afetou sua percepção acerca de Genny Gleizer. Ao romper com o padrão imposto às mulheres e se destacar pelo conhecimento e vivacidade que possuía, se debruçando ainda sobre a literatura marxista, Genny reforçava a concepção da repressão acerca da periculosidade das mulheres dotadas de forte inteligência, revelando uma semelhança da visão policial com o pensamento lombrosiano:

Para Cesare Lombroso, embora a mulher normal apresentasse algumas características negativas que a aproximavam da criança, tais como senso de moral deficiente, tendência exagerada à vingança, ao cume, de maneira geral esses defeitos eram naturalizados, entre outros, pela maternidade, sua frieza sexual e sua menor inteligência. Em contraposição, mulheres dotadas de forte inteligência se revelavam extremamente perigosas, constituindo as criminosas natas. Eram incapazes da abnegação, da paciência, do altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial a que estaria subordinada toda a organização biológica e psicológica daquelas normais<sup>281</sup>.

Todo o processo de expulsão ocorreu de maneira extremamente rápida. O relatório que afirmava a culpa de Genny e a sua periculosidade no seio da sociedade brasileira foi produzido apenas quatro dias após o início do processo de investigação para expulsão da jovem, que se dera através de uma portaria. Genny não possuía antecedentes na polícia política, como se pode ver a partir de Boletim Negativo de antecedentes datado de 17 de julho, dois dias após sua prisão. Até o decreto decidindo por sua expulsão, passou-se um pouco mais de um mês, deixando transparecer o clima de insegurança que vigia e que colocava a necessidade da ação repressiva das autoridades no sentido de extirpar um elemento considerado nocivo à sociedade.

A documentação que baseou a investigação e que comprovaria a intensa atividade subversiva de Genny foi apreendida com ela. Entre livros, cartas, fotografias e anotações foi conformada a culpa da jovem enquanto agitadora. Entre os panfletos e jornais apreendidos há material produzido pelo Partido Comunista, como uma circular da Federação da Juventude Comunista Brasileira de São Paulo, que convocava a juventude a aderir à Aliança Nacional Libertadora, a fim de lutar pela adoção da linha revolucionária dentro da organização, deixando entrever a já abordada aproximação entre os setores comunistas e aliancistas.

O extenso prontuário da jovem, entretanto, não é composto por um farto material apreendido com ela. A polícia política se esmerou em acompanhar a repercussão da prisão de Genny Gleizer, anexando ao prontuário diversos recortes de jornal, principalmente datados de

---

<sup>280</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuário. Notação 209 – Genny Gleizer

<sup>281</sup> SOIHET, Rachel. *Feminismos e Antifeminismos. op. cit.* p.44-45

setembro de 1935, quando o caso ganhou visibilidade. Entre os jornais que constam no prontuário, há o *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Diário de São Paulo*, *O Radical*, *A Manhã*, *Correio Paulistano*, *Correio de São Paulo*, *Diário da Noite* e *Diário Popular*, apresentando uma ampla gama de orientações editoriais e revelando o alcance das reações àquela operação policial, como será visto no próximo capítulo.

A polícia política atenta às manifestações em prol da liberdade de Genny elaborou um prontuário exclusivo da campanha pró-liberdade de Genny Gleizer. Nele foram anexados relatórios periódicos iniciados em setembro de 1935 que expressam o monitoramento das atividades sediadas no jornal *A Platea*. Segundo as informações de um inspetor da polícia, a própria diretoria do jornal seria a responsável pela campanha visando “provocar a indignação pública e propagar as ideias extremistas em nosso estado”<sup>282</sup>. No prontuário da Campanha, o nome do estudante Paulo Emílio Salles Gomes se destaca como principal elemento articulador do movimento. Segundo a polícia, o diretor da revista *Movimento*, pertencia à Juventude Comunista, assistindo também a reuniões e conferências da Aliança Nacional Libertadora. Ele seria ainda “simpático a todo movimento que vise desmoralizar o governo e especialmente a polícia” e que “seus maiores amigos são elementos da extinta ANL”<sup>283</sup>. Em dezembro de 1935, no movimento repressivo que se seguiu aos levantes comunistas de novembro, Paulo Emílio foi detido sendo posto em liberdade somente quatro meses depois.

A atenção da polícia parecia voltada para o controle da repercussão do caso e passou a monitorar os nomes daqueles que se destacavam na campanha. A partir da análise do conjunto documental, o que se observa – para além do monitoramento ostensivo que se desencadeou sobre os setores vinculados à ANL após a prisão de Genny – é que o período em que a jovem foi presa, pode ser caracterizado como um momento de grande articulação dos setores da Aliança Nacional Libertadora, apesar de ter sido recém colocada na ilegalidade. A polícia vislumbrava o perigo do Congresso que reunia jovens comunistas e aliancistas, além de possuir significativa inserção nos meios estudantis<sup>284</sup>.

Outro jornalista que se manifestou publicamente contra a prisão de Genny Gleizer foi Brasil Gerson. Em uma coluna no jornal *A Manhã*, intitulada “Polícia Camisa Verde”, o intelectual rechaçou o posicionamento do jornal integralista *A Offensiva* acerca da prisão de

---

<sup>282</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 40.473 – Comissão Pró-Liberdade de Genny Gleizer

<sup>283</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 2405 – Paulo Emílio

<sup>284</sup>Cf. SANTANA, Márcio Santos de. *Projetos para as novas gerações*. *Op. cit.*

Genny<sup>285</sup>. Afirmando que a polícia e o integralismo se confundiam naquele período e que o caso de Genny Gleizer seria um exemplo dessa relação, Brasil Gerson dialogava com as fileiras aliancistas colocando em destaque a luta antifascista, uma das principais bandeiras da ANL e responsável por atrair pessoas de diferentes matizes ideológicas.

Para a polícia, Brasil Gerson era um dos orientadores da campanha pelo retorno de Genny ao país e mantinha ligações com militantes como Aristides Lobo e Caio Prado Júnior. Este último era considerado pela polícia um agitador dos meios intelectuais, sendo o fundador da Revista *Marcha*. A revista possuía seus dirigentes eminentes figuras da intelectualidade brasileira, muitas vinculadas ao PCB, como Francisco Mangabeira, Emiliano Di Cavalcanti, Rubem Braga, Newton Freitas e Carlos Lacerda. Alguns desses intelectuais contribuía periodicamente com os jornais *A Manhã* e *A Platea*. Em novembro de 1935, a polícia atestou que Brasil Gerson servia como um dos elementos de ligação da Aliança Nacional Libertadora entre Rio de Janeiro e São Paulo<sup>286</sup>.

O jornal *A Platea* desenvolvia um importante papel na oposição do regime. Enquanto porta-voz da ANL em São Paulo se destacou na vigilância da polícia paulista e levantou bandeiras contra o fascismo e o imperialismo. Muitos dos jornalistas que produziram matérias para os jornais aliancistas, após os levantes de novembro de 1935, foram presos. Em um dos prontuários analisados, percebe-se que a polícia enxergava o *A Platea* como o centro articulador da Aliança Nacional Libertadora, configurando a sua redação como sede do movimento, após o governo determinar o fechamento de seus núcleos<sup>287</sup>.

Um dos jornalistas do *A Platea* que abraçou publicamente a campanha pela libertação de Genny e se engajou em nível pessoal, foi Arthur Piccinini. O jornalista se casou com a romena na tentativa de evitar sua expulsão<sup>288</sup>. Piccinini foi apresentado pela polícia como integrante da ANL, “arraigado extremista”, sendo detido no dia 27 de novembro de 1935. Na tentativa de comprovar sua militância, ao prontuário do jornalista foram anexados documentos que revelavam a associação com outras figuras que também eram acompanhadas pela polícia, como Caio Prado Júnior, Coronel Mello Mattos e o general Miguel Costa na

---

<sup>285</sup> O Jornal *A Offensiva* publicara uma coluna de Madeira de Freitas intitulada “Escuta, Genny, o que te diz um camisa-verde”. Nela, Madeira de Freitas recomenda a Genny que reconhecesse seu insucesso e retornasse a sua pátria.

<sup>286</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 3096 – Brasil Gerson

<sup>287</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 1539 – Clovis Gusmão

<sup>288</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 19 de outubro de 1935

Frente Popular pela Liberdade, uma organização, segundo a polícia, que substituiria a ANL<sup>289</sup>.

Revelando a centralidade do caso de Genny nas investigações da polícia para suprimir setores aliancistas, somente após a prisão de Genny é que o monitoramento sobre Piccinini teria se iniciado. Em um dos documentos produzidos pela polícia, é afirmado que o jovem “não era conhecido antes de seu casamento com Genny Gleizer, somente depois é que se tornou em evidência nos meios extremistas”. O casamento<sup>290</sup>, na versão policial, seria uma manobra da Aliança Nacional Libertadora visando comover os meios femininos. De fato, a retórica política utilizada pela ANL quando do casamento de Genny com Piccinini atingia a dimensão emocional do casamento:

Trata-se de um romance verdadeiramente empolgante, que nasceu por causa do seu martírio no cárcere. O jovem jornalista Arthur Piccinini, antigo redator da “Folha da Noite” e atualmente trabalhando na “Platea” foi encarregado de entrevistas mais de uma vez a prisioneira na Cadeia Pública, e disso se originou o romance, que logo tomou vulto. (...) O jornalista, tomado de um incrível entusiasmo, comunicou aos seus amigos mais íntimos que estava, por isso, disposto a unir-se quanto antes à eleita do seu coração, para evitar que aumentassem os seus sofrimentos. Foi à Cadeia e comunicou à Genny os seus projetos, e ela chorou de alegria.

Após a sua prisão, no termo de declarações prestadas por Piccinini, datado de 04 de dezembro de 1935, o jovem negou que tenha sido filiado à ANL, tampouco militante do Partido Comunista do Brasil, ou que fosse adepto da ideologia marxista. Quanto ao seu casamento com Genny, a sua versão era a de que teria ocorrido por paixão, e não para atender as circunstâncias da ordem política. Segundo seu depoimento, o retorno para a Romênia seria algo extremamente doloroso para Genny, pois ela se lembraria do que se sucedera com sua mãe, que se suicidara frente à extrema miséria, ao frio e à fome. O fato de o casamento com jovem ter sido parte fundamental das suas declarações evidencia a relevância dele para conformar a culpa de Piccinini<sup>291</sup>, que deixou registrado no termo que “protesta contra a insinuação maldosa da polícia sobre seu casamento”.

---

<sup>289</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 4975 – Arthur Piccinini

<sup>290</sup> Nos dias seguintes ao casamento realizado com Arthur Piccinini, o jornal *A Manhã* apresentou os detalhes do enlace ocorrido, afirmando que Genny seria representada por Match Friedman. O casamento de Genny mobilizara importantes figuras do cenário político e intelectual brasileiro teve como testemunha Alfredo Ellis Júnior, que inclusive assinara panfletos de apoio ao Congresso da Juventude em São Paulo e, segundo o jornal, “funcionaram como padrinhos dos nubentes a Sra. Dona Luiza Peçanha Branco, a Sra. Sara Roidberge, e os Srs. Clovis Gusmão, Barros Leite e Izaltino Veiga dos Santos, este último, líder negro em São Paulo”.

<sup>291</sup> Em seu depoimento, são também reveladas as condições da prisão em que se encontrava: “não tem sido propriamente maltratado pela polícia, mas o presídio onde se encontra está superlotado e em péssimas condições higiênicas”.

Outras pessoas relacionadas ao casamento de Genny foram Dona Luiza Peçanha Branco, Clovis Gusmão, Barros Leite e Izaltino Veiga dos Santos, este último, líder negro em São Paulo<sup>292</sup>. Todas elas tiveram prontuários abertos pela polícia paulista e foram associadas à ação aliancista na capital. O que se percebe é que o caso de Genny Gleizer desembocou em uma ampla ação de inteligência policial, que passou a monitorar os setores envolvidos com a causa da jovem romena.

A partir da repercussão do caso, a polícia conseguiu mapear e estruturar suas ações para imobilizar os setores da oposição progressista. As pessoas que encamparam publicamente a causa de Genny mantinham, em alguma medida, relação com os movimentos da Aliança Nacional Libertadora e a Juventude Comunista. Nesse sentido, a estratégia lançada pela polícia, de monitoramento das notícias veiculadas na imprensa sobre a campanha pela libertação da jovem, ocasionou um amplo levantamento de militantes envolvidos nas atividades que atentavam contra a ordem política, que resultou nas prisões após a insurreição comunista de novembro de 1935.

A força mobilizadora de Genny Gleizer aparece ainda em um informe destinado a todas as células do Partido Comunista, chamando atenção para o caso de Genny, caracterizado como “profundamente político”:

A atenção das massas trabalhadoras e de quase todas as camadas do povo do Brasil está voltada neste momento para o caso de Genny que se transformou num caso profundamente político, pois é a expressão mais viva da reação terrorista e fascizante do governo que visa arrebatar ao povo suas últimas liberdades. Assim, cabe a nós, Partido Comunista, dar a máxima atenção ao caso de Genny, pois devermos ser os vanguardeiros da luta pela democracia e Genny, encarna, nesse momento, um símbolo nessa luta<sup>293</sup>.

A causa de Genny simbolizava uma luta mais ampla. Não à toa os envolvidos em torno de Genny pertenciam às fileiras aliancistas e comunistas, que vislumbraram na prisão da romena um marco importante para os rumos do movimento da repressão. O caso da jovem ocorreu um momento chave do cenário político nacional. No pano de fundo da sua trajetória o Brasil assistia à participação de novos setores nas discussões sobre os rumos do país, ao processo de constitucionalização que garantia as liberdades democráticas, com a formação de movimentos de massa, e toda a reação que se seguiu, com a reformulação do aparato policial e a promulgação da Lei de Segurança Nacional. Esses fatores contribuíram para que o caso de Genny ganhasse um significado maior frente às dissensões presentes naquele momento. A grande repercussão do caso prende-se à capacidade de mobilização em torno de uma jovem

---

<sup>292</sup>Jornal A Manhã, edição de 19 de outubro de 1935.

<sup>293</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 209 – Genny Gleizer

mulher expulsa do país que deveria acolhê-la. Essa dimensão é o que passa a ser analisado no próximo capítulo.

### Capítulo 3 – A repercussão do caso Genny Gleizer

A partir das análises realizadas do cenário da imigração e da trajetória de Genny no Brasil, buscou-se evidenciar as articulações políticas em torno da jovem e que contribuíram para a consolidação do seu destino e sua prisão. Partindo desse panorama, o presente capítulo pretende abordar como o caso de Genny Gleizer repercutiu tanto entre os intelectuais e militantes vinculados à Aliança Nacional Libertadora, como na imprensa em geral, atentando para as estratégias utilizadas para evitar sua expulsão ou para consolidar a sua culpa.

Na análise do jornal *A Manhã* serão apresentadas as principais bandeiras levantadas pelo periódico que foi o porta-voz da Aliança Nacional Libertadora no Rio de Janeiro, evidenciando as formas pelas quais os intelectuais associados ao diário pensavam questões relativas à sociedade e à política brasileiras. A partir desse levantamento, busca-se entender como o caso Genny Gleizer foi apresentado pelo periódico, analisando questões relativas às identidades sociais de Genny acionadas durante a campanha pela sua libertação de maneira a compreender o que significava ser mulher, imigrante e judia no período e sob a ótica aliancista.

Passa a ser abordada, então, a repercussão do caso em outros veículos da imprensa, de maneira a demonstrar a amplitude das mobilizações, extravasando o âmbito da Aliança Nacional Libertadora e dos movimentos a ela alinhados, e buscando identificar os diferentes posicionamentos abordados pelos periódicos. A partir dessa análise dos periódicos frente ao caso de Genny Gleizer, é possível perceber como era enxergada a questão da imigração no Brasil, atentando também para as questões relativas às suas identidades enquanto mulher e judia.

Ainda nesse sentido, será dedicada uma parte para a análise da repercussão no âmbito do Poder Legislativo, apresentando aspectos das lutas políticas travadas no período, e os principais deputados e vereadores que se colocaram em favor da jovem. A causa de Genny Gleizer se tornava um fato relevante o suficiente para ser levado à tribuna e foi utilizado como forma de criticar a política varguista.

Por fim, serão abordadas as cartas de Genny Gleizer publicadas no jornal *A Manhã*, que explicitam as formas de resistência adotadas pela jovem durante o processo de prisão e expulsão. As cartas expressam a visão que a jovem possuía do cenário em torno de si e revelam a sua agência, no sentido que através dela Genny se posicionava e realizava sua defesa ao se comunicar com o universo de leitores do jornal.

O objetivo é compreender os projetos políticos apresentados a partir do caso de Genny Gleizer na concepção da nação brasileira, bem como os elementos que geraram a sua força mobilizadora e que transformaram o caso de Genny em um símbolo de um momento político.

### **O papel do jornal A Manhã na luta aliancista**

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pelo processo de modernização brasileira, como resultado das transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o país passava. Para além do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que influenciou a constituição da imprensa, o início do século XX repercutiu as consequências do fim da escravidão, da instituição do regime republicano e a ampliação das ferrovias, que viabilizaram a ampliação das redes de informação. Acrescente-se, o aumento na entrada de imigrantes, a expansão do número de leitores, com a expansão da educação, a industrialização e os processos de urbanização convergiram para o incremento do número de leitores no país, com a imprensa acompanhando a entrada do país na modernidade<sup>294</sup>.

Vislumbrando a sociedade como um corpo conflituoso, que necessitava de orientação, os intelectuais iriam nos anos 1930, participar ativamente da esfera de poder, voltando sua atuação para o Estado, identificado com a ideia de Nação<sup>295</sup>. O despertar de uma consciência nacional seria difundido através da produção de uma elite letrada, sugerindo o desenvolvimento dos meios de comunicação e apresentando projetos para a consolidação da unidade nacional<sup>296</sup>. Além disso, a questão social se fazia presente e a construção da imagem do Brasil como um país livre de conflitos entre as classes trabalhadoras e as elites no poder, vigente no início da República, perdia força. Identificava-se que o país encontrava-se com problemas, tornando-se necessária uma avaliação realista das condições aqui encontradas<sup>297</sup>.

Nesse contexto, vê-se o desenvolvimento da imprensa no país, acompanhando o movimento de modernização e dinamização que viabilizaram a ampliação do seu raio de influência. As publicações da imprensa nas primeiras décadas do século XX se tornaram um meio privilegiado de divulgação da produção cultural e intelectual em um momento de um esforço de produção ideológica<sup>298</sup>. A imprensa desenvolvia, assim, o seu caráter como porta voz dos interesses dos setores da sociedade, fossem eles da elite, fossem eles os operários e os

---

<sup>294</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Mauad Editora Ltda, 1998. p.306-389

<sup>295</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Revista de Sociologia e Política, n. 09, p. 57-74, 1997.

<sup>296</sup>OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) Elite intelectual e debate político nos anos 30, *op. cit.* p.34

<sup>297</sup>SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco, *op. cit.* p.210-211

<sup>298</sup>RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB, *op. cit.* p.303

de movimento de contestação da ordem e se colocava como um dos lugares privilegiados de disputa entre diferentes organizações e pessoas da “mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações”<sup>299</sup>.

A imprensa assumiu um papel fundamental no desenvolvimento dos fatos que se sucederam na década de 1930, ampliando sua influência na formação da opinião pública e divulgando de maneira mais ampla, como consequência do processo de modernização do jornalismo brasileiro, as ideias políticas e disputas ideológicas colocadas no momento. Os debates da Assembleia Constituinte de 1934 tiveram ampla publicidade nos grandes jornais<sup>300</sup> e com o surgimento dos movimentos de massa, com a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, os jornais se consolidaram como importante ferramenta de propaganda ideológica desses movimentos.

No caso da Aliança Nacional Libertadora, os intelectuais que se encontravam mobilizados em torno das suas bandeiras publicaram artigos nos periódicos *A Platea*, em São Paulo, e *A Manhã*, no Rio de Janeiro. Os jornais se apresentavam como os canais de expressão e difusão dos ideais, permitindo o conhecimento de nuances da conjuntura do momento e revelando as diferentes relações desenvolvidas no seio da sociedade, em uma tentativa de conjugar doutrina e fatos<sup>301</sup>.

No que se refere à campanha pela libertação de Genny Gleizer, já foi visto anteriormente o protagonismo do *A Platea* e dos jornalistas que faziam parte do corpo editorial do periódico. Cabe entender como o jornal *A Manhã* se posicionou, acompanhando de perto o caso de Genny, tendo em vista a centralidade de capital federal que o Rio de Janeiro desempenhou no cenário político.

O diário *A Manhã* foi criado em maio de 1935, sob a direção do jornalista Pedro Motta Lima, e se transformou em um dos principais meios de divulgação da Aliança Nacional Libertadora, tanto no que se refere às questões do campo político econômico como do campo cultural. Visando explicitar o arcabouço ideológico daqueles que se reuniam em torno do *A Manhã*, serão abordadas as questões apresentadas nas páginas do jornal.

Os artigos publicados no jornal *A Manhã* tinham como temas recorrentes os avanços dos governos totalitários na Europa e a luta antifascista, da qual muitos dos colaboradores do

---

<sup>299</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. *op. cit.* p.1

<sup>300</sup> ARAUJO, Nelton S. Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. In: Anais do VI. Congresso Nacional de História da Mídia. 2008. p.13

<sup>301</sup> KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954.** Ateliê Editorial, 2003.p.12

jornal participavam. Eram debatidos também o imperialismo, a crise do capitalismo e as condições dos trabalhadores no Brasil.

A participação de escritores e intelectuais na ANL também pode ser observada no jornal. Durante a circulação do jornal é possível ver nomes de simpatizantes ou vinculados ao PCB, como Brasil Gerson, Carlos Lacerda e Jorge Amado. Nomes de importantes figuras do cenário intelectual como Rubem Braga, Maria Lacerda de Moura, Sussekind de Mendonça e Álvaro Moreyra também apareciam no diário. O jornal se esmerava em colocar em pauta o debate cultural do momento na tentativa de torná-lo um espaço de “atualização dos escritores e críticos em relação ao que era proposto e realizado no movimento antifascista e comunista na Europa e na União Soviética”<sup>302</sup>. A presença desses intelectuais se revelaria como um importante fator na difusão dos ideais aliancistas:

O rápido êxito da Aliança Nacional Libertadora e sua repercussão na política brasileira deveram-se ao fato de agrupar personalidades proeminentes da vida nacional em torno de seu programa. Em muitos aspectos, a ANL significou a união política da *intelligentsia* de esquerda com a oficialidade nacionalista. Esta aliança, o PCB, através da Internacional Comunista, ofereceu um sistema de interpretação da realidade brasileira e de explicação do atraso econômico do país bastante integrado e convincente para a jovem oficialidade<sup>303</sup>.

Essa elite intelectual se encontrava mobilizada e vislumbrava sua participação na prática política, assim, ao passo em que ela construía o seu projeto nacional, ela acabava por participar do próprio processo político<sup>304</sup>. Nesse sentido, jornal *A Manhã* enquanto instrumento de divulgação desses intelectuais, acompanhou a luta cotidiana dos trabalhadores, revelando não só os problemas que eles vivenciavam, mas também exaltando a sua organização enquanto classe. Na primeira edição analisada, de 1º de maio, o jornal comemorou o dia internacional da luta dos trabalhadores, dando grande destaque à possibilidade de formação de uma unidade sindical, o que, ao longo do período analisado, se apresentará como uma das grandes frentes de batalha da ANL.

Os sindicatos se apresentavam nesse contexto como um importante ator político a ser incorporado ao movimento. Diversas notícias sobre as organizações classistas e o destaque dado à necessidade de formação de uma unidade sindical apareceram nas páginas do jornal<sup>305</sup>.

---

<sup>302</sup>DALMÁS, Carine. *Frentismo cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948)*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p.40-41

<sup>303</sup>RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB*, *op. cit.* p.396

<sup>304</sup>OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30*, *op. cit.* 39

<sup>305</sup>Muito disso se prende ao quadro de criação das leis trabalhistas e das iniciativas de tutela sobre os trabalhadores e controle das organizações de classe, vistas como um dos fatores a serem abordados sobre a questão social no Brasil Essa iniciativa por parte do governo respondia à crescente mobilização dos trabalhadores que já nas primeiras décadas do século XX, junto à participação de setores anarquistas, tencionaram a relação entre empregadores e trabalhadores, na luta por melhores condições de trabalho. *Cf.*

As eleições de 1935 levaram à Câmara deputados classistas afinados com o governo Vargas, não havendo, portanto, a recondução dos deputados que representavam a “bancada proletária”<sup>306</sup>, que em 1934 foram os responsáveis por realizar a intermediação entre os trabalhadores e a Câmara divulgando suas demandas e denúncias. Frente a esse espaço aberto, os deputados Abgvar Bastos e João Neves da Fontoura, principalmente, assumiram o papel de levar à tribuna questões relativas à vida do trabalhador. Contudo, conforme ressalta Mourelle, eles não possuíam o mesmo canal de diálogo com os operários que os deputados da bancada proletária possuíam<sup>307</sup>.

A partir da análise do jornal *A Manhã*, é possível perceber que o periódico assumiu em parte esse papel intermediador entre os trabalhadores e os deputados. Como porta-voz da ANL, e tendo diálogo direto com os deputados simpáticos à organização, a redação do jornal se tornou um local que recebia as denúncias e demandas dos trabalhadores. Ao longo do ano de 1935, diversos grupos de trabalhadores foram à redação para realizar denúncias de descumprimento das Leis Trabalhistas, de perseguições que sofriam dentro de seus ambientes de trabalho, e apresentar demandas referentes às condições de trabalho. Cumprindo o papel de intermediador, o jornal também apresentou discursos, muitas vezes na íntegra, dos deputados afinados com a ANL e que discutiam a questão do trabalhador brasileiro.

Ainda no sentido de evidenciar a aproximação do jornal com o universo do trabalhador, há uma significativa quantidade de notícias que apresentam as dificuldades cotidianas, para além daquelas enfrentadas nos espaços de trabalho, por parte dos setores mais pobres da sociedade. Notícias e reportagens sobre a realidade nas favelas e nas regiões periféricas da cidade, as condições de transporte, a carestia, acesso a serviços, revelam a importância do cotidiano para além das lutas políticas sindicais dos trabalhadores e denunciam uma exclusão histórica de setores da sociedade.

O jornal *A Manhã* se colocava, dessa forma, como um ponto de apoio das lutas dos trabalhadores, fazendo o diálogo entre eles e a Câmara, apresentando suas denúncias e gerando a divulgação das dificuldades enfrentadas por esse setor, funcionando como um instrumento de ampliação da frente. Ao trazer o cotidiano dos operários, o jornal atingia também outros setores afetados diretamente pelos limites do poder público, presente no dia-a-

---

OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) Elite intelectual e debate político nos anos 30, *op. cit.* p.46; GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p.108-139.

<sup>306</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 254 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. p.211-232

<sup>307</sup> *Ibidem*.

dia do trabalhador apenas através da repressão policial<sup>308</sup>. Acompanhando a política da ANL, o jornal trazia para o movimento questões de estratos da sociedade cuja participação política na Primeira República havia sido limitada. Nessa direção, o *A Manhã* realizou reportagens e deu destaque a pautas femininas e trouxe reivindicações do movimento negro que se formava<sup>309</sup>.

Conforme visto anteriormente, a fundação da União Feminina do Brasil, com pautas voltadas para a questão da mulher trabalhadora, recebeu destaque nas páginas do jornal. Suas atividades foram exaltadas em colunas e reportagens, já suas reuniões foram divulgadas antes mesmo de a UFB aderir à frente. Evidenciando as disputas acerca da participação feminina na política foram realizados ataques à postura da deputada Carlota de Queiroz na Câmara, bem como a outras entidades femininas e figuras de destaque como Bertha Lutz<sup>310</sup>. Assim, apesar de Lutz ter pautado a questão das mulheres trabalhadoras<sup>311</sup>, o fato de ela apresentar questões relativas a um feminismo considerado burguês a colocava “do outro lado” no campo político.

Questões relativas aos negros também foram apresentadas pelo jornal, que trouxe reportagens sobre o racismo<sup>312</sup> e sobre a influência e a importância do negro na sociedade brasileira<sup>313</sup>. O periódico ainda anunciou a proximidade do movimento negro com a ANL, em especial, a Frente Negra<sup>314</sup>, demonstrando que a Aliança ia ganhando espaço nos movimentos

---

<sup>308</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 10 de maio de 1935.

<sup>309</sup>Essa articulação reflete o processo de ampliação do eleitorado com o novo Código de 1932, que trouxe à cena política novos atores que passavam também a ser disputados por outros movimentos, em especial a AIB. As abordagens sobre as mulheres evidenciam diferentes formas de entender o papel feminino na sociedade na década de 1930. Enquanto o movimento integralista valorizava um ideal de mulher dona de casa, mãe, com o papel de educar seus filhos, e logrou em conseguir que muitas mulheres se engajassem no movimento, a ANL enxergava a participação feminina através da União Feminina do Brasil. Já no que dizia respeito à questão do movimento negro, frente a esses dois movimentos de massa, destacam-se as disputas na Frente Negra Brasileira, cujos participantes apresentavam-se de maneira heterogênea no que se refere à filiação política. Assim, alguns de seus representantes dialogavam com a ANL enquanto outros dialogavam com o integralismo. Sobre esses assuntos, conferir *Cf. PRIMO, Jacira Cristina Santos; Tempos vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira 1934-1937. 2006. 128 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. DOMINGUES, Petrônio. "Constantemente derrubo lágrimas": o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas. Topoi (Rio de Janeiro), v. 8, n. 14, p. 146-171, 2007; OLIVEIRA, André Côrtes de. Quem é a “Gente Negra Nacional”? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2006; GOMES, Flávio. Negros e política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.; ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Ed.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Pallas Editora, 2016. OLIVEIRA, Laiana Lannes de. A frente negra brasileira: política e questão racial nos anos 1930. 2002. Tese de Doutorado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.*

<sup>310</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 22 de julho de 1935

<sup>311</sup>SOIHET, Rachel. Feminismos e Antifeminismos: *op. cit.* 55-122

<sup>312</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 08 de setembro de 1935 p.3

<sup>313</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 02 de maio de 1935, p.2

<sup>314</sup> Fundada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, a entidade buscava a defesa dos direitos civis do negro, através da “união política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma em virtude de uma atividade moral e material no passado, e para a reivindicação dos seus direitos materiais e

setoriais e incorporando novas frentes. No dia 1º de junho de 1935 o jornal publicou sob a manchete “Os negros brasileiros confiam na ação da ANL” declarações de um representante não identificado da Frente Negra de São Paulo, anunciando que a organização fundaria um núcleo no distrito federal no dia seguinte, e declarando que a grande esperança do movimento residia na Aliança Nacional Libertadora<sup>315</sup>.

O fato de haver o crescimento dos fascismos pelo mundo, e aqui no Brasil, da AIB, cuja imagem era associada ao fascismo, fez com que outros movimentos que já atuavam numa linha antifascista se congregassem à Aliança Nacional Libertadora. No mesmo sentido, a crise vivenciada no Brasil, com a alta dos preços dos alimentos e outros insumos, a carestia, que eram associados à presença imperialista no país, e a própria crise política, fazia com que diferentes setores se aglutinassem no enfrentamento a um inimigo comum. O jornal desempenhava, assim, o ponto de encontro de movimentos simpáticos à ANL, dando publicidade às suas ações e indicando os caminhos a serem seguidos pelas organizações filiadas à ANL.

### **O caso Genny Gleizer através do jornal A Manhã**

O caso de Genny Gleizer foi acompanhado quase diariamente pelo jornal *A Manhã*, servindo como uma chave para se compreender as estratégias da Aliança Nacional Libertadora na campanha pela sua libertação e a construção da imagem de Genny pelo movimento. As primeiras notícias veiculadas continham o tom de denúncia do desaparecimento de Genny, já indicando que a romena era menor de idade e que não estava cometendo crime algum quando a polícia de São Paulo a sequestrou. Ao longo da campanha foram feitas diversas matérias clamando às mulheres e mães, a aderirem à causa pela libertação de Genny, identificada como uma criança, afastada de seus pais e sujeita às crueldades da polícia.

O sequestro de Genny, no dia 15 de julho, não foi prontamente denunciado pelo *A Manhã*. Apenas no dia 15 de agosto o jornal publicou a notícia “As perseguições da polícia política ao operariado” referindo-se à prisão de dois operários, Lafayette Moreira e Pedro Coelho Carneiro. No corpo do texto é mencionado o desaparecimento de “duas vítimas da polícia política brasileira”, José Ferreira da Costa, grevista preso em Bangu, e de Genny Gleizer, “menor de 17 anos, presa em S. Paulo há perto de um mês quando assistia a uma

---

políticos atuais na comunhão brasileira” e apresentou aos constituintes de 1933 reivindicações de igualdade de direitos. Foi extinta em 1937.

<sup>315</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 01 de junho de 1935, p.3

reunião do Congresso Estudantil Proletário”. A nota no jornal, apesar de pequena, expressa o posicionamento do periódico frente à ação policial: “Trata-se de uma menina de 17 anos, o seu desaparecimento deixa-nos antever os possíveis e medonhos sofrimentos que não lhe terá infligido essa polícia tão requintada em gozar a eliminação lenta e calculada dos cidadãos que lhes caem no sorvedouro do terror.”. Em seguida, o jornal afirmou que a Associação Jurídica do Brasil já encaminhara à Câmara dos Deputados os documentos referentes aos desaparecimentos<sup>316</sup>.

A partir da denúncia, o jornal passou a acompanhar de perto todos os desdobramentos do caso, tornando-se referência como espaço para expressar os protestos daqueles mobilizados em prol da campanha pela libertação de Genny. O pai da jovem, Motel Gleizer, também fora diversas vezes à redação, que se tornou um ponto de convergência para os movimentos engajados na campanha à semelhança do que ocorrera em São Paulo na redação do *A Platea*. No dia 13 de setembro, foi publicada a notícia que conta “quem é Genny Gleizer”. A matéria aponta o fato de Genny ser judia e demonstra o conhecimento da realidade de imigração judaica nas primeiras décadas do século XX:

Uma pobre menina israelita, filha de algum prestamista. Por isso, pelo crime de ter comparecido a uma reunião legal de estudantes, e só por ser estrangeira, bem poderia levar um sumiço sem que ninguém reclamasse. Era essa a concepção do ministro Vicente Ráo e de seus sequazes paulistas. Daí terem sequestrado Genny, submetendo às mais estúpidas torturas uma mocinha de 17 anos, desrespeitando todas as leis, desrespeitando a situação privilegiada dos menores em nossa legislação e desrespeitando, principalmente, todos os sentimentos de humanidade. O governo escolheu Genny para alvo de seu ódio antipopular. Segregando Genny, durante mais de 50 dias, em sinistros calabouços, a polícia política mais do que ninguém, sabe que não está martirizando uma grande militante revolucionária, ou uma perigosa agente do “extremismo” ou do famoso “olho de Moscou”. Sabe a polícia política, melhor do que ninguém, que Genny é tão brasileira e tão inofensiva quanto milhões de Gennys imigrados da Europa, onde vêm confundir-se com a grande massa de trabalhadores do Brasil<sup>317</sup>.

Genny é filha “algum prestamista”, uma das principais formas de subsistência e desenvolvimento econômico adotadas pelos imigrantes judeus recém-chegados no Brasil<sup>318</sup>. Ao colocar na matéria tanto a origem de Genny quanto as justificativas dadas pela polícia para a prisão da jovem, o estereótipo de vinculação entre os judeus e o comunismo é acionado, não obstante, a posição do jornal é de desqualificar essa associação realizada pelas autoridades que a enxergavam como perigosa agitadora. A citação acima ainda revela o posicionamento frente às arbitrariedades policiais, personificadas na figura do ministro da

<sup>316</sup> Jornal A Manhã, edição de 15 de julho de 1935, p.8

<sup>317</sup> Jornal A Manhã, edição de 13 de setembro de 1935

<sup>318</sup> BROMBERG, Rachel Mizrahi. **Imigrantes judeus do Oriente Médio**: São Paulo e Rio de Janeiro. Ateliê Editorial, 2003.p.133

Justiça Vicente Ráo. Ao longo da campanha pela libertação da jovem diversas vezes aciona-se a identidade paulistana de maneira crítica, personificando as arbitrariedades da repressão policial e criticando a postura subserviente das autoridades do estado de São Paulo frente ao governo Vargas.

A centralidade do estado de São Paulo se dava não somente pelo fato de possuir a principal elite econômica do país, fruto da explosão da economia cafeeira<sup>319</sup>. Durante o governo Vargas o estado foi considerado um dos principais centros de oposição ao regime, sendo o palco da Revolta Constitucionalista de 1932, da qual Vicente Ráo participara. Após o retorno do exílio forçado pela derrota de 1932, Vicente Ráo se aproximou do governo de Vargas e se tornou Ministro da Justiça e Negócios Interiores, sendo um dos principais formuladores da Lei de Segurança Nacional.<sup>320</sup>. Criticava-se, assim, o ministro que frente às negociações com Vargas na rearticulação pelo poder passou de ferrenho opositor a aliado político do governo central.

A condição de imigrante de Genny é apresentada como um agravante da ação policial, uma vez que ao submetê-la aos domínios da repressão, a polícia rompia com a ideia do Brasil como terra acolhedora, que recebe os estrangeiros trabalhadores de braços abertos e sem preconceitos. Esse seria o principal ataque realizado pelo jornal quando abordava a questão da imigração. A política de difusão de uma imagem positiva do país, que repercutira no seio da elite intelectual, parecia ainda ressoar. Apesar de ter havido mudanças na política imigratória, a concepção de um Brasil receptivo aos imigrantes permaneceu, bem como se difundiu a ideia de que no país não haveria preconceito racial. Essa visão marcou o posicionamento dos intelectuais e jornalistas mobilizados na campanha pela libertação de Genny Gleizer e em diversos momentos é possível perceber essa caracterização do Brasil.

A origem judaica de Genny Gleizer, entretanto, seria acionada de maneira muito mais sutil. Os termos “semita” ou “israelita” foram utilizados poucas vezes, sem que, contudo, deixasse de se abordar questões relativas à sua origem e à sua condição de imigrante. Assim, apesar de sutil, é possível encontrar marcas da sua identidade judaica em diversos momentos. Em coluna assinada por Pedro Motta Lima no dia 11 de outubro, o redator do jornal expressou que a família de Genny viera em “busca de salvamento” e apresenta o quadro de agravamento das condições dos judeus no Leste Europeu com o crescimento do fascismo:

Essa pobre gente dos Gleizer, ligada hoje a um triste capítulo da história do Brasil, num martiriologia que simbolizará para as gerações de amanhã toda a

---

<sup>319</sup>SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco, *op. cit.* p.249

<sup>320</sup> CPDOC. Biografias. Vicente Ráo.

miséria de nossos dias, viera para a América em busca de salvamento. A penúria nas terras desgraçadas dos Bálcãs – pasto mais próximo e cobiçado de tantos imperialismos – determinara-lhe a primeira tragédia. O suicídio de uma mulher que não resistiu ao espetáculo da fome aos filhinhos. Entre estes, olhos inocentes abertos para as infâmias que degradariam o mundo se não marcassem apenas uma época em agonia, estava Genny. Seu pai, entretanto, descobrira uma *Canaã: o país da fartura, do amor, da generosidade, da justiça... Mas esse país existiria?*<sup>321</sup> Para aqui veio a orfãzinha, e aqui viveu mourejando nas lides rudes a que se sujeitam desde cedo os filhos do povo, não importa de que raça ou origem. Aqui sentiu o nosso anelo de confraternização, o anseio da luta pela equidade, o entusiasmo dos brasileiros pelo que é belo e pelo que é justo. A Canaã não existia ainda, pela coexistência de fatos iníquos<sup>322</sup>.

A busca pela salvação em terras brasileiras, frente às graves restrições que a família de Genny sofria, encontra ecos em outros relatos de judeus emigrados no período. As referências a Canaã revelam também as diferentes chaves interpretativas utilizadas por intelectuais na análise da imigração judaica e sua influência na composição da sociedade brasileira. No sentido de explicitar a ambivalência dos termos acerca do universo judeu, cabe apresentar como Canaã fora abordada de diferentes formas por intelectuais brasileiros. Como revela Taciana Wiazovski, ainda na década de 1920, Jackson de Figueiredo<sup>323</sup> (1891-1928), intelectual católico e conservador, ao pronunciar um discurso de paraninfo na Faculdade de Filosofia de São Paulo, “convocava os cristãos a combaterem as ideias então reinantes ‘em nossa Pátria, a pátria da anarquia espiritual, transformada como está em Amazônia da moral, em Canaã de todas as perversões do Universo’.”<sup>324</sup>. Assim, ao abordar Canaã, a terra prometida por Deus e local onde os judeus se tornaram um povo, Figueiredo reforçava a associação entre o Judaísmo e o caos<sup>325</sup>.

Canaã também foi o título de uma publicação de Graça Aranha no início do século XX e que alcançou grande sucesso junto ao público<sup>326</sup>. Nela, segundo Skidmore, o autor apresentava de maneira compreensível e fácil a teoria do branqueamento da população

---

<sup>321</sup> Grifos meus

<sup>322</sup> Jornal A Manhã, edição 11 de outubro de 1935, p.3.

<sup>323</sup> Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Em 1921 defendeu a candidatura de Artur Bernardes, identificando-o com os princípios da autoridade, religião e ordem, em detrimento de Nilo Peçanha, como demagogo, revolucionário e ligado à maçonaria. Colaborador em vários jornais e revistas, como a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, produziu, entre outras obras, *Afirmções* (1921), *A reação do bom senso* (1922) e *A coluna de fogo* (1925). Retirado de CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Figueiredo, Jackson.

<sup>324</sup> WIAZOVSKI, Taciana. Bolchevismo e Judaísmo, *op. cit.*, p.81

<sup>325</sup> *Ibidem*.

<sup>326</sup> Passado no Espírito Santo, o romance “gira em torno de dois imigrantes alemães que discutem suas reações à nova terra e depois assistem ao drama de uma jovem brasileira, pobre e solteira, que dá à luz desassistida. Depois da morte do bebê, a mãe é acusada de homicídio.”. Retirado de SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco, *op. cit.* p.168

brasileira, sendo considerada uma “representação cuidadosa de um importante problema social”<sup>327</sup> ao colocar o dilema brasileiro de que se uma terra “que a natureza fizera luxuriante” poderia se tornar “um centro de civilização mediante a fusão de imigrantes europeus e mestiços brasileiros”<sup>328</sup>.

Assim, ao mencionar Canaã, Motta Lima dialogava com a concepção do Brasil como a Terra Prometida, lugar de acolhimento dos imigrantes que se somavam aos brasileiros na composição da sociedade. Em sua visão, todavia, essa realidade ainda não havia sido alcançada frente às condições de desigualdade existentes no país. E acionando novamente aspectos presentes na história judaica, remetendo à fuga dos hebreus escravizados no Egito para Canaã, Motta Lima afirmava que a repressão que se sucedeu à Genny seria o resultado de uma eleição de uma “escrava”<sup>329</sup>, alguém que poderia ser sacrificado para que os objetivos do governo, de exterminar os inimigos, se concretizassem. O caso de Genny seria um prenúncio de um “abismo” que viria de uma repressão que de fato se agravou.

Nesse momento, repercutia o apelo em favor de Genny Gleizer enviado à esposa de Getúlio Vargas, Darcy Vargas,<sup>330</sup> corroborando um protagonismo conferido à mulher no na compaixão pela libertação da jovem. O tom de apelo à família se fez presente em diversos momentos, revelando que, para além de ser um caso político, o caso de Genny era um crime comovente que deveria atingir “o coração” da população, saindo da esfera pública e política, entrando no âmbito privado e emocional dos brasileiros. Acionava-se, assim, a identificação realizada entre a sensibilidade e o universo feminino, cabendo à esposa de Vargas a possibilidade de se comover com a situação da jovem.

Ao longo das matérias sobre Genny Gleizer, é interessante notar que foram recorrentes os apelos às mães brasileiras para aderirem à causa. Sem trazer dados reveladores de sua vida, e, portanto, quando ainda não se sabia que a mãe de Genny se suicidara na Romênia, o jornal *A Manhã*, num primeiro momento, solicitou às mães que se identificassem com o sofrimento que mãe de Genny passava pela ausência da filha em seu lar. Quando a história de Genny ganhou novos elementos, e se tomou conhecimento de que ela chegara ao país somente com a irmã, o jornal conclamou as mães e mulheres brasileiras a “adotarem” a jovem órfã de mãe<sup>331</sup>. Assim, o periódico acionava uma das facetas das imagens femininas, pelo lado da

---

<sup>327</sup>SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco, *op. cit.* p.179

<sup>328</sup>*Ibidem*, p.169

<sup>329</sup>Jornal A Manhã, edição de 11 de outubro de 1935, p.3

<sup>330</sup>Revista O Malho, edição de 26 de setembro de 1935

<sup>331</sup>Jornal A Manhã, edição de 14 de setembro de 1935, p.08

sensibilidade e da dimensão da sacralidade da maternidade<sup>332</sup>, para chamar as mulheres a aderirem à causa. Houve assim a mobilização das mães proletárias<sup>333</sup>, das mães cristãs<sup>334</sup> e das mulheres judias<sup>335</sup>. O caso de Genny extrapolava as barreiras étnicas e religiosas no apelo à compaixão à causa de uma estrangeira e apresentava-se, portanto, como força mobilizadora dentro da pauta do jornal *A Manhã* e das aspirações de movimentos e pessoas vinculadas à Aliança Nacional Libertadora.

Apesar de o jornal exaltar as mulheres da UFB, reforçando que elas deveriam estar unidas na luta por direitos, a militância de Genny Gleizer, o fato de ela ter sido presa por estar participando de uma atividade política, é destacado somente em algumas colunas. Entre as raras exceções encontra-se a coluna de Maria Lacerda de Moura<sup>336</sup>, em que, apesar de reforçar a pouca idade de Genny, e o contra-senso que representava a ação da polícia contra uma “operariuzinha modesta, uma adolescente, sexo frágil... nascida entre os párias desarmados...”, a jovem é caracterizada como uma “vanguardista”, ressaltando a identidade de imigrante judia, Moura evocava a necessidade das mulheres brasileiras receberem as imigrantes, sem preconceito de raça:

Mas, saibamos pelo menos respeitar o heroísmo de uma operariuzinha de 17 anos que, depois de trabalhar o dia inteiro, a noite procura instruir-se em uma escola noturna ou frequenta Congressos, para aprender o que é sociologia, economia política ou o que significa materialismo histórico. Genny Gleizer é um símbolo: o da nova geração de avanguardistas. (...) Esse anseio pela Liberdade palpita angustioso do coração da juventude moderna. Genny Gleizer, mulheres brasileiras, é judia. É descendente dessa raça de titãs que renasceu das torturas medievais. No Brasil, oh mulheres desta terra maravilhosa de luz e de beleza, mulheres da terra fraternal que recebe os povos de todas as terras, no Brasil, não pode haver preconceitos de raça. (...) E mandemos, num beijo maternal, duas palavras a essa menina mártir. Genny Gleizer: Neste momento, todas as mães brasileiras conscientes reivindicam um pouco dos direitos maternos da tua mãezinha que morreu amargurada, na tortura inominável de te ver com frio e com fome, naquela terra infeliz dos cardos de Baragan. E não descansaremos, enquanto não te restituirmos à liberdade a que tens direito.

A valorização da beleza da terra brasileira e a nossa realidade multirracial tornavam o país atraente para os imigrantes, posta como acolhedora e livre de preconceitos. Além de frisar a força de atuação de Genny, e sua opção pela instrução mesmo frente às duras condições e operária, reconhecendo o seu papel de *avant-garde*, Maria Lacerda de Moura trazia a identidade judaica e romena da jovem. Ao afirmar que Genny era descendente da “raça de titãs que renasceu das torturas medievais”, Maria Lacerda de Moura reforçava os argumentos de que o povo judaico possuía uma grande força. Dialogando com a mitologia

---

<sup>332</sup>SOIHET, Rachel. *Feminismos e Antifeminismos*, *op. cit.* p.45

<sup>333</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 20 de setembro de 1935, p.9.

<sup>334</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 10 de setembro de 1935, p.2

<sup>335</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 16 de outubro de 1935, p.2

<sup>336</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 19 de setembro de 1935, p. 03

grega, comparava-os aos titãs, retratados como uma raça de poderosos deuses que governaram durante a Idade de Ouro. Reforçava-se, assim, um estereótipo judaico a partir de uma chave positiva, dialogando com as posições adotadas pelos intelectuais na mudança da chave interpretativa<sup>337</sup> sobre a presença judaica no país, conforme visto no primeiro capítulo.

A “terra infeliz dos cardos de Baragan” se referia ao romance “Cardos de Baragan” do escritor romeno e comunista, Parnait Istrati<sup>338</sup>, em que se retratava a situação social na Romênia. Cecília Meirelles escrevera em 1932 sobre o autor, afirmando que:

Parnait Istrati é como o cronista de um tempo de transição: as misérias que nos descreve deixam-nos uma ressonância antiga, como se já fossem as últimas existidas; e os sonhos que formula contemplam-nos com olhos familiares, porque são as aspirações errantes e dispersas, coração do presente, – o desejo claro do instante que nos sustenta, o nome da verdade que andamos procurando para nos deslumbrarmos [...] É um grito de angustia da infância oprimida, que assim penetra as palavras do escritor, e as leva mais longe. E esse homem que reconstitui a dor das crianças desamparadas, e crê numa revolução feita sob o signo da infância, é o anunciador de tempos mais belos, em que uma Educação que ainda poucos, hoje, compreendem, tenha humanizado completamente os homens, restituindo-lhes as qualidades que o uso impróprio da vida atirou para o esquecimento, mas cuja renovação é sempre possível esperar. (MEIRELES, 03/06/1932)<sup>339</sup>

A menção à Istrati revela a complexidade da elaboração de Maria Lacerda de Moura sobre o caso da jovem, bem como a sua inserção nos debates intelectuais da época. Moura havia sido uma das colaboradoras da já mencionada obra *Por que ser anti-semita?* e entendia o caso de Genny Gleizer enquanto um símbolo do desenho autoritário que o governo Vargas vinha tomando<sup>340</sup>. As menções à infância, à luta pela sobrevivência e engrandecimento intelectual, o perigoso retorno à Romênia e o diálogo com Istrati, tudo isso é abordado pela autora, que convida as leitoras a mandarem “um beijo maternal”.

As recorrentes chamadas às mães presente na campanha pela liberdade de Genny aparecem relacionadas à ideia do acolhimento que o Brasil teria com os povos imigrantes, dialogando ainda, com a importância atribuída às mulheres mães nos rumos do país. Na formação da nação, a atribuição da mãe seria a de educar e formar um povo saudável e higiênico, ideia vigente desde a virada do século XX. Esse discurso encontrou respaldo no movimento eugênico que desenvolvido no país nas décadas de 1920 e 1930 deixando transparecer que a incorporação do ideal de modernidade, passava pela a necessidade de

<sup>337</sup> LESSER, Jeffrey. *Judeus salvam judeus*, *op. cit.* p.318

<sup>338</sup> Cf. CRISTALDO, Janer. Graciliano Ramos e Joseph Vissarionovitch Djughatchivili, 30 anos depois. *Travessia*, v. 4, n. 6, p. 62-81, 1983.

<sup>339</sup> STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. Intelectuais na imprensa: as crônicas de educação de Cecília Meireles no jornal carioca Diário de Notícias. *UniLetras*, v. 31, n. 1, p. 139-153, 2010.

<sup>340</sup> Jornal A Manhã, edição de 10 de outubro de 1935, p.1

educação feminina, reforçando que a higienização da família era uma responsabilidade da mulher<sup>341</sup>.

Outra colunista responsável por trazer questões relativas ao país de origem de Genny Gleizer foi Anna Torres. Revelando o que lhe poderia acontecer caso fosse deportada para a Romênia em coluna de 08 de outubro, intitulada “Impeçamos que Genny caia nas garras dos fascistas romenos!”, Torres afirmava que a repressão política na Romênia também era feroz, e comparou o caso de Genny com o de Anna Pauker:

“Se eu não matasse dois ou quinze desses elementos subversivos, eu não conseguiria intimidá-los e fazê-los abandonar suas ideias...”. Assim falou o diretor da Doftana, prisão na Romênia, onde se acham encarcerados mais de cem prisioneiros políticos, todos presos por ocasião das últimas manifestações antifascistas do povo romeno. Entre os que foram gravemente feridos, encontra-se a dirigente antifascista Anna Pauker, que, embora doente, ainda tem tido forças para acompanhar os outros prisioneiros numa greve de fome, iniciada no dia do assassinato pela polícia, de um jovem camponês na Bessarábia<sup>342</sup>.

Anna Pauker foi uma judia comunista da região da Moldávia, presa pela polícia política do país em 1935. Assim como ocorreu com Genny, seu julgamento teve grande publicidade e ela foi sentenciada a dez anos de prisão<sup>343</sup>. A concepção internacionalista da revolução bolchevique se fazia, assim, presente. Ainda, é importante ressaltar que as colunas de Anna Torres ressaltavam a agência feminina, exigindo a politização das mulheres. Professando que Genny se tornaria um símbolo das lutas, Torres utiliza o espaço de sua coluna para criticar outros movimentos de mulheres, assim como havia feito com a mulheres da FBPF:

Mas, se a vida de Genny Gleizer não interessa às nossas autoridades, se o seu martírio não comove as senhoras que “não tem tempo para tratar desse assunto”, porque estão muito “atarefadas” na organização de inutilidades como a “Hora elegante” da caretíssima “Rádio Tupy”, se a esta gente não importa que Genny, seja inocente contanto que a mocidade se “aterrorize”, o que aliás, não acontece, as mulheres consciente e os homens de vergonha estarão ao lado da nossa juventude, tão estupidamente atingida na pessoa de Genny, e com ela gritarão até o fim que tamanho crime não ficou sem o seu protesto clamoroso contra aqueles que cometeram<sup>344</sup>.

Assim como Maria Lacerda de Moura, Anna Torres consegue abordar diversos aspectos e sutilezas que permeiam o caso de Genny. O fato de ela ser mulher, a questão da juventude, o fato de ela ser judia, as arbitrariedades da polícia, a questão do feminismo no momento, tudo isso é tratado em suas colunas. Elas politizam não só o caso Genny, mas a

<sup>341</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil.FGV, 2009.p.97. e Cf. JUNIOR, Gonçalo. **A criação da mãe moderna**. Revistas Femininas da década de 1920 foram usadas na difusão de um novo papel da maternidade. Pesquisa Fapesp. Setembro, 2009.

<sup>342</sup> Jornal A Manhã, edição de 08 de outubro de 1935

<sup>343</sup>LEVY, Robert. Anna Pauker (1893-1960). In. JEWISH WOMEN’S ARCHIVE.Encyclopedia.

<sup>344</sup>Jornal A Manhã, edição de 08 de outubro de 1935

própria ação de Genny Gleizer, algo a princípio não ressaltado pelo *A Manhã*, que se esforçava em ressaltar a ação policial e criticar as autoridades brasileiras colocando Genny como vítima.

Visando contradizer as informações divulgadas no final de mês de agosto pela polícia<sup>345</sup> de que Genny seria uma “extremista”, o jornal *A Manhã* se dedicou ao longo do mês de setembro a realizar sua defesa e a criticar os outros jornais que aderiam à justificativa da polícia para a prisão e deportação de Genny. Na campanha pela sua libertação, há a centralidade de apresentar as origens de Genny. Esse movimento se prendia ao fato de que ao expor as razões para a sua imigração ressaltava-se a necessidade de lutar por sua permanência no Brasil, já que seu retorno à Romênia significaria quase uma sentença de morte. No dia 19 de setembro, o jornal publicou informações vindas de uma romena, conhecida de Genny, que contou um pouco sobre Genny, suas origens e aspirações no Brasil, e reiterou a sua condição de operária:

Travei conhecimento com Genny – disse-nos nossa informante – no nosso país de origem, pois também sou romena. Nascemos na Bessarábia e foi lá que nos conhecemos. Vindo para o Brasil, tornei a vê-la aqui. O pai de Genny casou-se há 18 anos. Ela está com 17, pois é a filha mais velha do casal. (...) Há dois anos passados, ela chegou aqui e tratou de arranjar trabalho. Empregou-se na fábrica Klabin, onde ganhava 3\$500 por dia. Em consequência da péssima alimentação, contraiu uma infecção, passando a sofrer horrivelmente. Genny não é amenina extraordinariamente inteligente que polícia afirma. Simples operária e como tal explorada, entusiasmou-se pela causa dos jovens. E daí a sua presença num congresso da juventude, cujas finalidades são precisamente a defesa econômica e social dos jovens. Ela não veio para o Brasil como emissária do “extremismo”. Veio, mas foi trabalhar para viver.<sup>346</sup>

No mesmo sentido, é demonstrado o conhecimento acerca da situação vivenciada na Romênia, e, caso a jovem fosse para lá enviada, Genny seria detida pela polícia local. Sob a manchete: “Genny depois de ter sofrido três meses nas prisões do Brasil, vai cair nas mãos dos beaguins de Bucareste, que são dos mais bárbaros da Europa!”, afirmava-se que “na terra de Genny, os presos também se “suicidam” e são obrigados a dormir sobre o cimento úmido das celas infectas.”<sup>347</sup>, e denunciava que os presos iam para Doftana, o presídio político na Romênia, onde permaneciam isolados, em péssimas condições.

Apesar das mobilizações, as tentativas de manter Genny no Brasil apresentavam os sinais de fracasso. Nessa batalha, o jornal *A Manhã* tentava cotidianamente trazer algum dado que pudesse desmentir o governo ou que comprovasse a ilegalidade da prisão. Junto ao jornal

---

<sup>345</sup> Jornal Diário de São Paulo, edição de 19 de agosto de 1935.

<sup>346</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 19 de setembro de 1935

<sup>347</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 12 de outubro de 1935

A *Platea* o periódico carioca “comprovou” que Genny era tecelã, apresentando uma carta de trabalho. A iniciativa tinha por objetivo contestar as afirmações realizadas pelo deputado Cardoso de Mello Netto<sup>348</sup>, que tentara desqualificar Genny ao afirmar que ela já possuía três amantes. O deputado, dessa forma, refletia um discurso moral em torno da sexualidade feminina e ao afirmar que Genny rompia com o comportamento esperado da mulher, revelando um exacerbado erotismo, buscava justificar seu descrédito frente à sociedade brasileira e a sua periculosidade<sup>349</sup>.

À medida que se depara com a irreversibilidade da sua expulsão, apesar de os clamores continuarem e a despeito do casamento com um brasileiro, o caso Genny passou a ser usado como prova de uma série de arbitrariedades, desde a sua detenção ilegal, passando pela violência policial, perseguições políticas, chegando à atuação do judiciário no caso. Diversas análises foram feitas, principalmente nos espaços das colunas no jornal, avaliando o cenário político sob a ótica do caso de Genny Gleizer. Com a expulsão e seu embarque no navio Aurigny, sua memória passou a ser utilizada como exemplo para as mobilizações dos jovens. Genny, de inocente, foi alçada a heroína das classes populares.

No dia 4 de novembro, alguns dias após sua expulsão, foi noticiada a mobilização dos estudantes do Pará na “Campanha dos 50%”<sup>350</sup>, que pleiteava a redução dos custos de transporte e entretenimento para os estudantes. Na ocasião, o nome de Genny foi lembrado em meio da mocidade, como uma “autêntica heroína da juventude brasileira”. Outro exemplo dessa rememoração de Genny enquanto símbolo da luta da juventude se dá quando da instalação do Congresso da Juventude em Minas Gerais, amplamente noticiada no jornal *A Manhã*. No dia 11 de novembro, é informado pelo jornal que houve a continuação dos trabalhos de instalação do 1º Congresso da Juventude em Minas, cuja delegação, em homenagem à jovem, adotara o nome de Genny Gleizer.

Assim como ocorreu com diversas organizações de classe, grupos de jovens seguiram lançando notas de repúdio, vindas de diferentes municípios, que ganharam publicidade nas páginas do jornal que ainda apresentou um manifesto do Congresso da Juventude do Brasil, em que caracterizava a ação do governo como “selvagem” ao prender “nossa jovem

---

<sup>348</sup>Joaquim Cardoso de Melo Neto (1883-1965) foi um dos fundadores da Liga Nacionalista (1917) e do Partido Democrático de São Paulo (1926), se tornando presidente do partido em 1933. Foi vice-líder da bancada paulista na Constituinte e posteriormente filiou-se ao Partido Constitucionalista de São Paulo, Cf. CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Melo Neto, Joaquim Cardoso.

<sup>349</sup>SOIHET, Rachel. *Feminismos e Antifeminismos*, op. cit. p.21

<sup>350</sup> Sobre a Campanha dos 50% e o jornal *A Manhã*, ver KAREPOVS, Dainis. 1935: *A Manhã e a “Campanha dos 50%”*. *Perseu*. n.10. ano 7, 2003. p.240-271

companheira Genny Gleizer, unicamente pelo crime de fazer parte de uma das reuniões de nosso Congresso”.

Ao contrário das mães e mulheres que em uma relação verticalizada “adotavam” Genny, se compadecendo pela jovem, os militantes do Congresso se colocavam lado a lado de Genny, vista como uma companheira. Dessa forma, se por um lado a defesa realizada se deu através evocação da inocência de Genny, numa atitude maternal, por outro, a juventude passara a reclamar o nome de Genny na esfera política, como exemplo de arbitrariedade policial, mas também como exemplo de luta. Os jovens do Congresso da Juventude ainda realizaram uma manifestação no Rio de Janeiro, no Teatro João Caetano, para solicitar a Getúlio Vargas a revogação da expulsão de Genny Gleizer<sup>351</sup>.

O caso de Genny, entretanto, não atingiu somente os setores aliancistas. A mobilização em torno da jovem ficou registrada em outros periódicos, evidenciando a amplitude que o caso tomou. Essa repercussão é o que passa a ser analisado.

### **Para além da ANL: a amplitude do caso Genny Gleizer**

Apesar de o *A Manhã* ter se configurado como principal meio de divulgação do caso de Genny Gleizer, a campanha pela liberdade da jovem ecoou em outros jornais, que ao longo do processo acabou extravasando o âmbito da mobilização dos periódicos vinculados à ANL. Demonstrando a amplitude que o caso de Genny ganhara, através dos jornais é possível ver diferentes correntes que acompanharam o desenvolvimento da ação de expulsão da jovem. O processo político que se desenhava, de fechamento do regime, em consonância com a dinâmica do sistema democrático, fazia com que o caso de Genny se tornasse simbólico da luta pela manutenção dos espaços de liberdade.

Um dos jornais que encampou a causa de Genny foi o *Gazeta de Notícias*, revelando o grau de mobilização que o caso da jovem causara. Apesar de o jornal ter se colocado a partir de 1934 em uma postura contrária à Aliança Nacional Libertadora e em defesa da Lei de Segurança Nacional, o *Gazeta de Notícias* se posicionou questionando a monstruosidade praticada por agentes do governo em pleno período constitucional, convocando o Ministério Público a agir em favor da jovem<sup>352</sup>.

Em coluna assinada por F.P. no jornal, há o protesto contra a expulsão de Genny, ressaltando a ideia da pátria que deveria acolhê-la e destacando as grandes mobilizações pela

---

<sup>351</sup> Jornal A Noite, edição de 10 de outubro de 1935

<sup>352</sup> Jornal Gazeta de Notícias, edição de 17 de setembro de 1935

liberdade da jovem<sup>353</sup>. O jornal também noticiou o comício no Teatro João Caetano<sup>354</sup>, realizado em prol de Genny Gleizer e do qual participaram o vereador major Frederico Trotta, que presidia a mesa, Maria Lacerda de Moura e Carlos Lacerda. A mobilização das mulheres pela liberdade de Genny e a amplitude que ganhou a campanha foram destacadas no *Gazeta de Notícias*<sup>355</sup>:

O clamor unânime que se ergue em todos os quadrantes do país pela liberdade de Genny Gleizer é bem o eco de um sentimento nacional. (...) A causa dessa menina já é hoje uma causa do povo, do país inteiro. Tomou conta das consciências, arrastando consigo, todas as classes do país. As manifestações surgem a cada instante: fazem-se comícios e reuniões; assinam-se protestos e apelos comoventes. Mas a polícia parece surda e indiferente à formidável onda popular. Ainda ontem, publicamos o apelo das mães e mulheres brasileiras, onde se tem os nomes dos mais dignos e respeitáveis da nossa sociedade. (...) São essas senhoras que pedem a liberdade de Genny Gleizer. Patriotas e amantes do Brasil, não iriam pedir elas por um elemento perigoso e nocivo à sociedade. (...) A imprensa carioca também é extremista? Os intelectuais, estudantes, comerciantes, trabalhadores, o povo brasileiro, enfim, também é extremista?

O fato de Genny ser mulher, estrangeira e jovem foi utilizado como elemento chave para se gerar a comoção na sociedade, não se restringindo ao campo de influência direta da Aliança Nacional Libertadora. Ao questionar a qualificação de Genny enquanto extremista, o jornal coloca a jovem entre o conjunto dos intelectuais, estudantes e trabalhadores brasileiros, e não enquanto o “outro”, diferente e estrangeiro. Genny, apesar de imigrante, estava inserida na sociedade brasileira.

Esse interesse da imprensa no caso de Genny é também exemplificado pelo periódico *Diário da Noite*, que realizou uma “investigação dos antecedentes” da vida da jovem. Concluindo que a culpa da participação de Genny em atividades políticas devia-se a um companheiro, que, nas palavras do jornal possuiria ascendência intelectual sobre Genny, a matéria afirmava:

Genny trabalhou no restaurante Antartica nas esquinas da Rio Branco com Assembleia “trabalhava na seção de assados à gaúcha e os seus encantos naturais de menina-moça naturalmente lhe gragearam admiradores. Entre esses, um estudante de medicina, aluno de uma das escolas desta capital, foi o preferido. (...) A ascendência intelectual do namorado, era, naturalmente, manifesta: daí a facilidade com que qualquer observação sua era por ela aprendida. Assim foi que ele, com as suas ideias avançadas, conseguia, incuti-las pouco a pouco no espírito da pequena. E assim ela aprendeu os rudimentos do credo de Karl Marx<sup>356</sup>.

---

<sup>353</sup> Jornal Gazeta de Notícias, edição de 18 de setembro de 1935

<sup>354</sup> Jornal Gazeta de Notícias, edição de 10 de outubro de 1935

<sup>355</sup> Jornal Gazeta de Notícias, edição de 15 de setembro de 1935

<sup>356</sup> Jornal Diário da Noite, edição de 13 de setembro de 1935

Na tentativa de empreender a defesa de Genny Gleizer, a abordagem do jornal retira a autonomia da decisão de Genny de se envolver em atividades com cunho político. Sua participação na política não viria de suas convicções, mas da sujeição frente a uma figura masculina, reforçando a ideia da inteligência como atributo essencialmente do homem. A imagem infantilizada de Genny corroborava estereótipos da inferioridade feminina, vendo a necessidade da tutela masculina na compreensão rudimentar de ideias avançadas e reforçando o perigo que representava a participação da mulher nas esferas destinadas ao homem, entendida enquanto desvio das atribuições naturais do sexo<sup>357</sup>.

Essa caracterização de Genny era diametralmente oposta àquela pintada pela polícia política, que ressaltava o fato de Genny ser inteligente e de se utilizar do fato ser mulher e jovem como atributos que favoreciam a doutrinação que empreendia. Para a polícia a figura feminina de Genny estava associada à ideia de perigo, de elemento nocivo ao país. Genny, nessa concepção, era perigosa por ser bonita. Em notícia publicada no jornal *Correio Paulistano*, de 30 de agosto, ao divulgar o apelo de Motel Gleizer pela liberdade de Genny, o jornal afirmou:

Conseguimos informação que de fato há um relatório da polícia, no qual se declara que a data da expulsão é de 14 desse mês, declarando que Genny Gleizer, acusada também de usar o nome Saindler Gleizer, é perigosa porque é fascinantemente bela e culta. Este seria o movel do ‘crime’<sup>358</sup>.

Segundo declarações divulgadas de Leite de Barros, secretário de Segurança Pública de São Paulo, Genny era uma agitadora perigosa, que teria vindo da Europa para organizar e tomar parte num Congresso da Juventude Comunista do Brasil. Na visão do secretário, valendo-se das suas condições especiais de ser mulher, moça e bonita, Genny conseguira em torno do seu nome, um ambiente de “simpatia e de sentimentalismo”<sup>359</sup>:

Essa jovem constitui um elemento perigoso para a ordem pública. Pertence à Terceira Internacional Comunista, como ficou provado pelos documentos apreendidos em seu poder, e veio ao Brasil especialmente para tomar parte no Congresso da Juventude Estudantil (...). E esse trabalho não seria difícil a Genny. Jovem de grande vivacidade, de inteligência, vinha-se insinuando nos meios a que a deveriam apoiar e levar a sua tarefa. (...) Dado os seus dotes de inteligência, coragem e vivacidade, podem estar certos, entretanto, de que não lhe seria muito difícil desvencilhar-se dos agentes da polícia.<sup>360</sup>

Assim, a beleza associada à inteligência de Genny Gleizer corroborava o perigo que a jovem representava à sociedade, frente à capacidade que possuía de ludibriar as pessoas ao seu

---

<sup>357</sup>SOIHET, Rachel. *Feminismos e Antifeminismos*, *op. cit.* p.20-42

<sup>358</sup> Jornal *Correio Paulistano*, edição de 30 de agosto de 1935, p.12

<sup>359</sup>Jornal *Correio Paulistano*, edição de 12 de setembro de 1935, p.2; Jornal *A Manhã*, edição de 17 de setembro de 1935, p.1.

<sup>360</sup> Jornal *A Noite*, edição de 18 de setembro de 1935

redor<sup>361</sup>. Havia, portanto uma ambivalência das imagens femininas acionadas, que evocavam diferentes estereótipos acerca do feminino, por vezes enxergando a mulher como inferior ou menos capaz, e, portanto, não era considerada grande ameaça social, e por vezes, como criminosas natas, quando dotadas de inteligência e beleza<sup>362</sup>.

Leite de Barros ainda afirmava que haveria uma conspiração em andamento, em que seriam cortadas as linhas telefônicas e telegráficas, interrompidos os meios de comunicação, cortada a luz para realizar o assalto à polícia, aos quartéis e repartições públicas. Assim, o secretário de Segurança alimentava o medo do comunismo. Os impressos apreendidos com Genny foram considerados provais materiais da culpa, evidenciando o perigo ao regime e à ordem. Genny enquanto uma “propagandista” “altamente perigosa” e de “alto grau de nocividade”<sup>363</sup> serviria para gerar insegurança e a sensação de instabilidade na sociedade brasileira, que favoreciam o clima golpista e a propaganda do governo.<sup>364</sup>

Apesar de jornais de grande circulação terem saído em defesa de Genny Gleizer, é possível localizar na imprensa alguns periódicos que se colocaram ao lado da ação policial. Exemplo disso é o jornal *O Dia*, que dava ampla publicidade às ações da polícia. O jornal reforçou o discurso da nocividade de Genny, bem como a ideia de que os comunistas estavam instrumentalizando a sua causa. No dia 25 de setembro de 1935, *O Dia* publicou “A vida agitada e romanesca de Genny Gleizer”, com a íntegra do depoimento de Genny Gleizer para a polícia. Ao longo da matéria, houve a opção por ressaltar os encontros que Genny tivera com Arthur<sup>365</sup> e duas cartas assinadas por Carlos Natal, um companheiro de militância que lamentava a distância que os separava por determinações do partido<sup>366</sup>. Ao focalizar o depoimento nas relações que a jovem possuía com figuras masculinas, a faceta de mulher sedutora era reforçada e a sua culpa, consolidada.

Assis Chateaubriand, dos Diários Associados, também coadunava com a visão que a polícia possuía da jovem. Em coluna n’ *O Jornal*, o jornalista qualificou Genny como perigosa, criticando a postura adotada por grande parte da imprensa, que saíra em defesa de Genny.

Quem não está enxergando limpidamente a técnica e a tática comunistas neste alarido em torno de uma jovem romena, agitadora da seção juvenil da

---

<sup>361</sup>FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. **Cadernos Pagu**, v. 31, n. 31, p. 151-172, 2008. P.165

<sup>362</sup>*Ibidem*, p.163

<sup>363</sup> Jornal *O Dia*, edição de 21 de setembro de 1935

<sup>364</sup> Cf. ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>365</sup> O nome completo de Arthur não consta no prontuário.

<sup>366</sup> Na carta anexada ao prontuário de Genny Gleizer no DEOPS de São Paulo, Natal menciona apenas as determinações do “P.”, de onde se infere ser o Partido Comunista.

III Internacional, e a quem os “camaradas” pretender fazer passar como uma mártir da truculência policial de São Paulo? (...) A imprensa carioca esta quase toda ela dentro da trama de uma das mais grotescas mistificações que a nossa mui conhecida Aliança Nacional Libertadora já urdiu estes últimos tempos, para fazer sentir que ela não morreu do mal de sete dias. (...) Faz-se no país inteiro um movimento de simpatia em torno da pequena romena. (...) Genny não era apenas um membro juvenil da seção de estudantes comunistas. Na sua pasta figuravam documentos demonstrando que ela pesava um pouco mais no seio dos comitês de ação e propaganda do partido na America do Sul. (...) Na monotonia do rebanho de seus companheiros de ideal, ela se destacava como uma revelação, pelo menos, de vivacidade e de desembaraço precoces. (...) Comprovada a sua temibilidade, a polícia só tinha que agir como agiu e está agindo. Ela é uma flor de púrpura insolente, no meio desse expresso trival de devoradores do ouro moscovita<sup>367</sup>.

Mais a frente ele questiona o cavalheirismo dos líderes da ANL e comunistas que se utilizaram da juventude de Genny para levar à frente planos que os “velhacos” seriam incapazes de fazer. Além de atacar uma moralidade masculina dos aliancistas, na visão Chateaubriand, Genny por ser mulher seria um instrumento à serviço do extremismo:

Agora, verifica-se, pelo uso que fazem de mulheres para o exercício de missões que deveriam normalmente caber a homens, que na ANL, as vanguardas competem a Eva e aos Adões fica esse “doux pays”, que o Sr. Getúlio Vargas lhes concedeu, depois que os dissolveu como partido e deixou-os aí soltos e livres a ver se podiam lavar o tento da greve geral de que o ameaçaram tantas vezes<sup>368</sup>.

Percebe-se, assim, que fato de Genny ser mulher funcionou como elemento argumentativo amplamente utilizado durante seu processo de expulsão. O “exotismo” se consolidava frente à condição feminina e de estrangeira de Genny Gleizer, cujo grau de subversão se tornava potencialmente mais elevado. Na visão da policia, sua beleza e inteligência eram uma perigosa combinação com as doutrinas exóticas que divulgava. Assim, reforçava a concepção que conferia aos imigrantes o papel de responsáveis por trazer doutrinas desagregadoras da sociedade<sup>369</sup>, bem como a do estereótipo do judeu comunista.

As mobilizações em prol de Genny receberam atenção da polícia e da imprensa, colocando jornalistas e investigadores em campos opostos. Enquanto grande parte da imprensa tentava obter informações que confirmassem a inocência de Genny, a polícia agia no sentido contrário, de cultivar o medo e apresentá-la como extremista perigosa. As violências que sofreu na prisão permaneceriam desconhecidas não fossem as denúncias e o monitoramento ferrenho que a imprensa manteve durante a permanência de Genny nas mãos da polícia. A própria tática da incomunicabilidade foi utilizada pela repressão na tentativa de

---

<sup>367</sup> Jornal O Jornal, edição de 14 de setembro de 1935

<sup>368</sup> *Ibidem*

<sup>369</sup> RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). **Prisma Jurídico**, v. 7, n. 1, 2008.p.164; GONÇALVES, Marcos. SILVA, Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). **História: Questões & Debates**, v. 39, n. 2, 2003.p.281

fazer calar a defesa e a opinião pública. Entretanto, em diversos momentos Genny conseguiu se comunicar e fazer ecoar sua voz através das páginas dos jornais.

### **A repercussão do caso Genny Gleizer no Legislativo**

Conforme visto, as mobilizações em torno da jovem ganharam as páginas de outros jornais evidenciando a amplitude do caso. Esse movimento se deu muito em função da repercussão que a expulsão de Genny Gleizer teve dentro da esfera Legislativa. O caso de Genny se transformava em uma luta pela manutenção do regime democrático, sendo utilizado como evidência do autoritarismo de Vargas e dos descaminhos que o governo vinha tomando no sentido do rompimento com a Constituição de 1934.

Dentre os legisladores que se posicionaram frente à prisão de Genny Gleizer, o vereador major Frederico Trotta foi um dos políticos que se destacou na campanha em prol da liberdade da jovem. Trotta, na tentativa de convencer a Câmara Municipal a assinar o requerimento solicitando informações sobre o caso de Genny, enfatizou, referindo-se ao Brasil como terra acolhedora e acionando a mobilização feminina:

O Brasil, porém, que abre os braços a todos aqueles que aqui vem auferir lucros financeiros e que, no entanto, saindo barra a fora, nos escarram na face, o Brasil, cuja hospitalidade se tornou proverbial em todos os cantos do Universo, não pode desmentir as suas tradições, expulsando uma criança do seu território. (...) O meu requerimento só tem em vista corresponder aos apelos dos trabalhadores, atender ao apelo da mulher brasileira, essa mulher cheia de heroísmo que nos tem acompanhado em todos os transe dolorosos da nossa História e que agora se dirige ao Presidente da República, pedindo piedade para uma criança. O meu requerimento só tem em vista tornar patente os nossos foros de hospitalidade e fazer que os trabalhadores de todos os países olhem para o Brasil não como um lugar amedrontador, mas como um verdadeiro Eldorado<sup>370</sup>.

O Eldorado que o Brasil deveria representar dialogava com a inserção do país no contexto internacional de modernização. Vislumbrava-se nesse momento o futuro do Brasil, multirracial e livre de conflitos como os que assolavam a Europa. Dessa forma, ressalta-se que a sua afirmação enquanto nação foi temática recorrente nos debates intelectuais a partir de diferentes abordagens sobre a imigração. Como aponta Lesser,

Para as elites, as etnicidades imigrante e brasileira foram muitas vezes ‘diferentes’, no sentido de transpor barreiras entre o aceitável e o inaceitável. Esse discurso era ambíguo e desse modo, os imigrantes e seus descendentes transformaram a construção étnica do Brasil, tornando-o rapidamente parte integral da nação moderna, ao mesmo tempo que contestavam as formas de imaginar e conceber essa nação<sup>371</sup>.

---

<sup>370</sup> Jornal do Brasil, edição de 18 de setembro de 1935

<sup>371</sup> LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade, *op. cit.* 22

Durante a campanha pela libertação de Genny quando é realizado o apelo às mães brasileiras, frisando a necessidade de “adoção de Genny”, é possível verificar o elo com a o fato de Genny ser estrangeira. A posição da “mãe” refletia a posição almejada para a “nação brasileira” e, assim, a expulsão de uma “jovem indefesa”, “que não tem mais ninguém na sua terra natal” seria simbólico do atraso e do rompimento com uma tradição brasileira de hospitalidade.

A mobilização atingiu também a Câmara dos Deputados, que aprovou um requerimento de informações junto ao Ministro da Justiça, solicitando esclarecimentos sobre os motivos da prisão e questionando se havia processo de deportação em curso. Demonstrando a comoção que o caso tomou, não somente os líderes da oposição assinaram, como também representantes da maioria parlamentar, como Acelynno Leão e Bandeira Wogan. Além deles, assinaram Abguar Bastos, Octavio da Silveira, Paulo Sucider, João Neves, Barros Cassal, Domingos Velasco, Bias Fortes, Arthur Santos, Plínio Tourinho, Octavio Mangabeira, José Augusto, Motta Lima, Rupp Junior, Oscar Fontoura, Arthur Bernardes, Roberto Moreira e Batista Luzardo<sup>372</sup>. Na Câmara de São Paulo, o deputado Romeu de Campos Vergal igualmente realizara um requerimento de informações junto ao secretário de Segurança Pública a fim de obter maiores informações sobre as circunstâncias da prisão de Genny Gleizer, cuja aprovação foi unânime da Câmara<sup>373</sup>.

O deputado tenentista Domingos Velasco se utilizou da tribuna para falar sobre o caso da jovem romena e atacar a ação policial, trazendo um paralelo com os desdobramentos do movimento de 1930. Ao denunciar o que vinha ocorrendo com Genny, Velasco compara as práticas da polícia com às realizadas durante o período da Primeira República, atingindo, assim, a aura da modernidade pretendida para o novo regime:

Sr. presidente, durante o discurso do Sr. Arthur Santos, ontem proferido à propósito das violências que vem sofrendo a menor Genny Gleizer, tive a oportunidade de afirmar, em aparte, que caso igual ainda não havia ocorrido no Brasil. A isso redargüiu o Sr. Abelardo Marinho que eu me havia esquecido dos cofres do Cambucy, onde a policia política encerrava os revolucionários, antes de 1930. (...) Tiveram liberais e revolucionários palavras as mais candentes, quando a polícia paulista consumiu, durante meses, vários jornalistas, entre os quais se encontrava o capitão Trifino Correa – bravo revolucionário que hoje é novamente perseguido pelo governo. (...) A singularidade do caso presente está no fato de ser mulher e menor a vítima da sanha policial. Isso é que me parece o aperfeiçoamento que a Revolução trouxe aos métodos da velha República. Então se prenderam senhoras de oficiais por motivos políticos, mas em lugar certo e

---

<sup>372</sup> Jornal A Manhã, edição de 12 de setembro de 1935

<sup>373</sup> Jornal Correio Paulistano, edição de 15 de setembro de 1935, p.3

sabido. O sumiço, porém, de mulheres menores é caso novo em matéria de perseguições políticas<sup>374</sup>.

Domingos Velasco participou da formação da Aliança Liberal e tomou parte da Revolução de 1930<sup>375</sup>. Ao traçar um paralelo entre as práticas adotadas na “velha República” e aquelas que eram adotadas com Genny Gleizer pelo governo instituído com a Revolução de 1930, Velasco revela a permanência e o aprofundamento de aspectos da Primeira República, criticando, assim, os rumos da Revolução. Essa posição dialogava com a visão de que através do rompimento com o passado de atraso da Primeira República e, sob a condução de uma nova elite intelectual e política o país se modernizaria<sup>376</sup>. A manutenção de uma ação arbitrária da repressão simbolizava os descaminhos do movimento de 1930.

Outros deputados se colocaram publicamente em favor da jovem. Um dos mais atuantes nesse sentido foi Abguar Bastos, responsável por trazer pela primeira vez o assunto à Câmara<sup>377</sup>. Assim como Velasco, Abguar Bastos também participou da Revolução de 1930 e criticava os rumos adotados por Vargas na condução política do país. Bem como Velasco, Abguar Bastos se incorporara à Aliança Nacional Libertadora realizando diversos discursos em defesa da organização<sup>378</sup>.

No caso de Genny Gleizer, em discurso proferido pelo deputado no dia 27 de agosto, Abguar Bastos identificou na ação policial os preparativos do governo para um golpe, criando conspirações<sup>379</sup>. Dias depois, apontando as arbitrariedades do governo, mencionou novamente o caso de Genny Gleizer junto a outros exemplos, como o fechamento da União Feminina do Brasil, do *A Platea* e a demissão de funcionários civis do Ministério da Guerra motivada pela filiação política à Aliança Nacional Libertadora<sup>380</sup>. Demonstrando afinidade com as pautas da ANL, Abguar Bastos também denunciou a repressão policial sobre uma manifestação que o Congresso da Juventude realizava em prol de Genny Gleizer, Rio de Janeiro, impedindo que a passeata ocorresse<sup>381</sup>.

O Deputado Bias Fortes por seu turno tratou do caso da expulsão ao ler um telegrama dirigido a João Neves da Fontoura, representante da minoria parlamentar, enviado por determinação tirada em assembleia do Sindicato dos Ferroviários, protestando contra a prisão de Genny Gleizer. A seguir, o representante mineiro comentou as medidas tomadas pela

---

<sup>374</sup> Jornal Correio da Manhã, edição de 18 de setembro de 1935 p.7

<sup>375</sup> CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Velasco, Domingos Neto.

<sup>376</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) Elite intelectual e debate político nos anos 30, *op. cit.* p.42

<sup>377</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. Guerra pelo poder, *op. cit.* p.216

<sup>378</sup> CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Damasceno, Abguar Bastos.

<sup>379</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. Guerra pelo poder, *op. cit.* p.217

<sup>380</sup> Jornal A Manhã, edição de 28 de agosto de 1935

<sup>381</sup> Jornal Correio Paulistano, edição de 28 de agosto de 1935

polícia paulista, ressaltando que o Brasil encontrava-se constitucionalizado e, portanto, os processos não poderiam ser tratados de maneira autoritária<sup>382</sup>. O caso de Genny Gleizer se transformou em um símbolo do recrudescimento da repressão do governo Vargas, e do constante desrespeito à Constituição<sup>383</sup>.

Os discursos dos deputados e vereadores que saíram em defesa de Genny Gleizer revelam a aproximação com o pensamento emanado das elites intelectuais acerca da construção da Nação brasileira frente à imigração. Repercutiam, assim, a ideia da Pátria acolhedora ao passo em que vislumbrava na ação do governo o rompimento com esse ideal e, principalmente com a Constituição Federal.

Essas mobilizações evidenciam o funcionamento das estruturas democráticas que possibilitavam a realização de críticas diretas ao governo Vargas. Ainda que houvesse constrangimentos, havia uma imprensa atuante e o parlamento funcionava com relativa normalidade. Assim, o caso de Genny acontece em um momento em que havia espaço para que as vozes contrárias ao governo Vargas pudessem ecoar. Além disso, as tensões se faziam mais presentes no momento, quando se vislumbrava o início do fechamento do regime e das perseguições àqueles que ousavam criticar o governo. A vitória pela permanência de Genny no país simbolizaria uma vitória no caminho da manutenção da democracia, da constitucionalidade e do projeto de Brasil enquanto nação receptiva e livre de preconceitos. A derrota na causa de Genny significava, portanto, a derrota desse ideal.

### **A mudança da chave interpretativa e a expulsão de Genny Gleizer**

A pressão efetuada pela Câmara e pela imprensa levou o governo a se posicionar publicamente sobre a prisão. Se antes a palavra de ordem era o silêncio e até mesmo a negação da prisão<sup>384</sup>, quando confrontado com os questionamentos trazidos pela tribuna parlamentar, fez-se necessário respaldar legalmente e justificar a ação policial contra Genny Gleizer. No final do mês de setembro, a imprensa noticiou e publicou as respostas do governo frente ao requerimento apresentado pelos deputados. Nas palavras da polícia, Genny Gleizer

---

<sup>382</sup> Jornal Correio Paulistano, edição de 10 de setembro de 1935, p.3

<sup>383</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. Guerra pelo poder, *op. cit.* p.217

<sup>384</sup> Em 29 de agosto o jornal Correio Paulistano publicou declaração de Egas Botelho, superintendente de Ordem Política, acerca do desaparecimento de Genny Gleizer, em que afirmava ter sido a jovem detida, porém posta em liberdade. Para justificar o desaparecimento, Botelho afirmou que “contra ela, há ordem de expulsão. E, para fugir a tal, sumiu.”, chegando a afirmar estar interessado na presença da jovem.

era uma perigosa agitadora e enviada especialmente para tomar parte no Congresso da Juventude Comunista<sup>385</sup>.

As justificativas dadas pela polícia não foram suficientes para calar a opinião pública. Após concretizada a expulsão, outras manifestações ocorreram, principalmente da juventude e as mobilizações em torno de Genny demonstram que, no geral, a população condenava a expulsão da jovem. A culpa de Genny, entretanto, tornou-se consenso após a insurreição comunista de novembro de 1935.

Quando da prisão e expulsão de Motel Gleizer, em 1936, ninguém mais ousara afirmar a inocência de Genny, e ela passou a ser caracterizada como a “perigosa agitadora”. Na ocasião, o jornal *A Offensiva* noticiou que um grupo de militantes seria expulso do país, sob a manchete “Vão pregar o comunismo para longe do Brasil!”. Estampando a foto dos expulsandos<sup>386</sup> o jornal relaciona Motel à Genny, afirmando que “Motel Gleizer é o pai da jovem comunista Genny Gleizer, da qual se ocupou longamente a imprensa do país e bem assim as autoridades brasileiras que combatem o “monstro vermelho”<sup>387</sup>.

Nessa batalha entre investigadores e imprensa, o clima de anticomunismo pesou na balança para o lado do governo, o medo prevaleceu e as ações da repressão foram silenciados. A prisão de Motel era uma evidência das atividades extremistas de Genny e alguns jornais chegaram a criticar a postura adotada pelos jornais quando o processo da jovem ainda acontecia:

Não se sabe bem por que e difícil mesmo seria explicar a causa preponderante que levou a imprensa brasileira, em sua quase totalidade, tornar-se defensora ardorosa da jovem romena Genny Gleizer. São dessas coisas difíceis de explicar. Talvez o sentimentalismo da raça latina ou a marcante característica do brasileiro, que é, antes de tudo, bondoso, levassem a eletrizar e irradiando-se por quase todo o povo o gosto de reprovação à medida que vinha de ser aplicada à agitadora pela polícia paulista<sup>388</sup>.

Essa mudança de postura diz respeito ao medo decorrente dos levantes de novembro de 1935, quando o anticomunismo foi reforçado com as ameaças de concretização do “perigo vermelho”. Se antes parecia que uma jovem estrangeira não seria capaz de atentar contra a ordem política e social, o temor do avanço do comunismo pelo Brasil fez com que qualquer um se tornasse suspeito. Não à toa ocorreu uma série de prisões com o controle policial efetuado sobre as pessoas relacionadas à Genny ou à Aliança Nacional Libertadora. A ação

---

<sup>385</sup> Jornal Correio Paulistano, edição de 12 de setembro de 1935, p.2

<sup>386</sup> Além de Motel, sofreram processo de expulsão, segundo a notícia, Valino Gutnik, Nicolau Smaricherwisky, Rubim Goldemberg, Josef Chaskiel Fridman, Henock Zwirblansky e David Lerer

<sup>387</sup> Jornal A Offensiva, edição de 16 de julho de 1936, p.10.

<sup>388</sup> Jornal A Nação, edição de 20 de novembro de 1935

policial chegou inclusive aos cargos mais próximos do poder, e o caso de Genny Gleizer foi utilizado como elemento para comprovar a culpa frente às acusações de extremismo. Foi o que ocorreu com Heitor Moniz, secretário no Ministério Trabalho sob o comando de Agamenon Magalhães, cujas declarações em favor de Genny<sup>389</sup> foram utilizadas em argumentação na Câmara para atacar o ministro e acusá-lo de associação com comunistas.<sup>390</sup>

O caso de Genny aconteceu em um momento chave, de inflexão da ANL e do início das ações subterrâneas da organização, aliada ao comunismo<sup>391</sup>. A mobilização em torno da jovem, principalmente da minoria parlamentar, serviu como elemento de acusação de cumplicidade com os comunistas através da campanha pela liberdade da jovem. Em matéria no jornal *Correio de S. Paulo*, a partir de informações conferidas por Miranda Correa, deixa-se entender que com o fracasso da ação em torno de Genny, a tática terrorista passara a ser privilegiada. Até então, o método de luta utilizado era o da penetração nos sindicatos, mas, frente à “impossibilidade de agitar as classes, passaram a agir somente dentro dos quartéis.”<sup>392</sup>.

O caso de Genny Gleizer converge com o momento de radicalização vivenciado pela Aliança Nacional Libertadora. Ao longo dos meses de maio e junho, o que se evidencia no jornal *A Manhã* é a luta antifascista ganhando corpo, com os embates com a AIB tornando-se mais presentes nas páginas do jornal junto ao crescimento das adesões à Aliança, a partir da divulgação da formação de Comitês pela capital federal. Já ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro é possível ver a tensão entre o caráter reformador e o revolucionário, em disputa dentro da organização<sup>393</sup>. Genny se tornava parte desse processo, de recrudescimento

---

<sup>389</sup> Em sua fala para o *Correio da Manhã*, Heitor Moniz afirmou: “Não importa que Genny Gleizer tenha a doutrina que tiver. É direito seu consagrar-se à ideologia que entender. É triste dos pais onde menores de 17 anos já se veem punidos pelo delito de ideia, mártires feitos nas masmorras pelo crime do pensamento! Mas a opinião pública, em um belo e empolgante movimento de boa compreensão das coisas, levanta-se em favor da jovem perseguida. Presa por que? Em nome de que? Com que direito a põe fora da lei os que não cumprem a lei?”. Sobre o caso, Souza afirmou que: “Em 1936, ao longo da onda anticomunista fortalecida após o putsch de 1935, 42 os funcionários que trabalharam no inquérito administrativo do inspetor Silveira Lobo tornaram-se alvo de outra investigação. A “constatação” do “perigo vermelho” na Bahia tomou corpo e atingiu o gabinete do ministro do Trabalho. De posse da grande quantidade de informações e suspeições angariadas durante as averiguações na Bahia, aliadas a boas doses de intrigas dentro do ambiente de trabalho, as denúncias de conivência com a presença de extremistas no controle da classe operária culminaram na aparição de Agamenon Magalhães diante da Câmara dos Deputados para apresentar suas explicações.”. Ver SOUZA, Samuel Fernando de. **Coagidos ou subornados**: trabalhadores, sindicatos, estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese de Doutorado. -Departamento de História do Instituto de Filosofia da Unicamp, Campinas.

<sup>390</sup> *Jornal A Nação*, edição de 19 de janeiro de 1937

<sup>391</sup> *Jornal Correio de S. Paulo*, edição de 08 de janeiro de 1936

<sup>392</sup> *Ibidem*

<sup>393</sup> DE ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *O socialismo tenentista*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.207

da repressão, do auge das mobilizações aliancistas e o início da radicalização do processo que culmina nos levantes de novembro de 1935<sup>394</sup>.

Os jornais e políticos se esforçaram em contar e denunciar o que ocorria com a jovem romena, porém, apesar de toda a comoção em torno do caso de Genny, a jovem foi expulsa do país a bordo do navio Aurigny. Ao aportar na França, Genny conseguiu escapar, salva por membros do Socorro Vermelho Internacional, e, posteriormente, se instalou nos Estados Unidos.

Esses setores tentaram potencializar a defesa de Genny Gleizer, lutando contra sua expulsão, uma vez que ao longo do processo formal, a jovem não pôde realizar sua ampla defesa perante as autoridades. Apesar das limitações impostas, a jovem se utilizou de cartas escritas a seus familiares e publicadas no jornal *A Manhã* como meio de se comunicar e amplificar a sua voz. Em um esforço que apresentava a sua dimensão humana, ela trouxe suas angústias e revelou as violências que sofrera, colocando-se para o mundo através das suas próprias palavras.

### **As cartas de Genny**

Ao ocupar um espaço público, Genny, por mais que a princípio não reclamasse para si a militância, rompia com padrões impostos às mulheres daquele momento. De fato, nas páginas do jornal *A Manhã* a apresentação do posicionamento político de Genny era diversa daquele apresentado para as mulheres da UFB. Entretanto, sua subversão encontrava-se diretamente relacionada ao fato de que ela era mulher, imigrante, judia e operária num período em que o mundo assistia a um crescente antissemitismo se disseminar. O Brasil tentava construir um ideal de “brasilidade” em que o judeu não aparecia como o imigrante ideal para compor a sociedade brasileira que se tentava forjar. Confluía o medo da militância social e trabalhista que moldou essa categoria<sup>395</sup> e que não abarcava operários estrangeiros ou pessoas que de alguma forma pudessem contestar a ordem que se pretendia construir.

Ao longo de todo o processo de expulsão há um esforço de Genny em se defender e se posicionar frente às mobilizações que surgiam pela sua liberdade. As cartas de Genny Gleizer, publicadas no jornal *A Manhã*, demonstram essa dimensão da resistência da jovem, trazendo a sua própria voz e posicionamento frente ao que lhe ocorria. Genny atuou e se defendeu dentro dos espaços possíveis, colocando à prova sua capacidade de invenção e intervenção no

---

<sup>394</sup>Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. op. cit.*

<sup>395</sup> LESSER, Jeffrey. *A invenção da Brasilidade. op. cit. p.24*

contexto social em que estava inserida. Ser imigrante, mulher, judia e operária num país que vivia um momento de crescentes polarizações políticas, que acabara de elaborar uma Constituição em que se debateu a imigração e em que se definiu o inimigo externo a se combater internamente, o comunismo, significava não poder usufruir e ocupar muitos espaços. Assim, a força política de Genny reside justamente na sua subalternidade, na sua força de antidisciplina, num espaço e tempo forjados por constrangimentos sociais<sup>396</sup>.

As cartas divulgadas pelo jornal *A Manhã* durante a sua prisão davam publicidade à narrativa de Genny, que na fala ao seu pai, comunicava a todos os leitores do jornal expressando suas angústias e pretensões. Logo nas primeiras cartas, ela conta o que lhe acontecera, os locais pelos quais passara. Ao registrar sua detenção e a movimentação que a polícia realizou para manter sua incomunicabilidade e seu desaparecimento, Genny se protegia e dava publicidade ao fato. No dia 3 de setembro, Genny falava de sua situação e já se posicionava quanto o possível retorno à Romênia:

Depois, eu não quero ir para a Romênia, pois não tenho mais ninguém lá. Estou muito fraca, não tenho forças nem para escrever esta carta; não vejo bem. Peço a papai que me mande dinheiro e roupas. No dia 18 de agosto, eu fui removida de Campinas para o Rio de Janeiro, para ser posta em liberdade. Depois de ficar encarcerada 11 dias, fui removida novamente para S. Paulo. Escutei a sua voz, na Polícia, mas não pude me comunicar com o senhor<sup>397</sup>.

E apontava, ao final que “Eu aceitarei a deportação para a França, América do Norte ou Uruguai, porque tenho parentes lá”. Causa estranheza o fato de Genny, em sua fala a seu pai, mencionar onde ela possui parentes, utilizando-se da primeira pessoa no singular. Ainda mais quando o Uruguai, naquele momento, se configurava enquanto um ponto focal da atuação da Internacional Comunista na América Latina<sup>398</sup>. Já o fato de Genny colocar a França como um dos seus destinos possíveis é interessante tendo em vista que a jovem foi resgatada naquele país.

As primeiras cartas de Genny seguem o tom de desabafo, contando os locais pelos quais passara, as suas angústias e medos, as condições nas prisões. Na primeira carta Genny revela que, apesar de presa, está se movimentando, falara com o juiz de menores, solicitara ao

---

<sup>396</sup>SOIHET, Rachel. Armadilhas da Memória: relatos de uma ex-militante. In.: ALMEIDA, Maria Celestino. AZEVEDO, Cecília. GONTIJO, Rebeca, SOIHET, Rachel. (Orgs). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>397</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 03 de setembro de 1935.

<sup>398</sup>Um documento localizado no Arquivo Nacional dos Estados Unidos menciona a atuação comunista na região: Since the arrival of the Russian diplomatic corps in Montevideo, the communistic activities in Uruguay immediately received a new and remarkable impetus. The personnel of the Russian Embassy is so numerous that it exceeds that of the American and British staffs combined. The first results after the arrival of this. large staff of diplomats for such a small country that could be observed, a new intensive propaganda took place, and the ranks of the communist parties in South America, especially in Brazil and Argentina. Were reorganized. Ver Atividades alemãs durante a II Guerra Mundial 640447 caixa 64 pasta 1.

advogado Abrahão Ribeiro para impetrar *habeas corpus*. E novamente, pede para que o pai faça tudo para ela permanecer no Brasil, para não retornar para a Romênia, e pede “antes que o Sr. vai falar com o advogado, mande primeiro falar comigo. Eu vou explicar-lhe tudo”. No mesmo dia, ela escrevera outra carta, com o tom mais alegre em que menciona uma tia que fora lhe visitar:

Quando afinal, recebi sua carta fiquei tão contente, sinto-me tão feliz! Bem sinto que me compreendeu, me defendeu e me quis bem. Se papai soubesse como consola pela notícia, fico tanto satisfeita, fico tão forte que logo esqueço o que os malvados me fizeram, esqueço da minha tosse, da cadeia, me sinto tão consolada. Agradeço-lhe papai, agradeço ao Sr. e a todos que se interessam por mim. Quando vou ser livre, saberei agradecer-lhe de outra maneira. Hoje veio me visitar a minha tia Macha. Ela me falou que o advogado X vai requerer, amanhã, de novo, “habeas corpus”. Já queria saber o resultado. Tenho muitas coisas a lhe escrever, mas agora não posso papai pois já são 5 horas e vão fechar a porta. Na cadeia é assim. Amanhã vou lhe escrever de novo. Faça o possível para eu ser posta em liberdade aqui no Brasil, pois eu sou uma moça tão simples: eu penso que não posso prejudicar a ninguém aqui no Brasil e, além disso eu gostava tanto de ficar aqui<sup>399</sup>.

É interessante notar que o nome do advogado aparece sob a incógnita “X”, não sendo possível saber se a própria Genny assim escreveu ou se o jornal o fez. De qualquer forma, é realizada a proteção da identidade do advogado. Outro fato que chama atenção é a referência à sua tia<sup>400</sup> Macha que poderia ser uma estratégia de comunicação, assim como realizara Luiz Carlos Prestes, em suas cartas da prisão, quando se referia a Dimitri Manuilski, dirigente da Internacional Comunista, como “tio Manoel”<sup>401</sup>. Genny nas cartas realiza sua defesa, evidenciando a vontade de permanecer no Brasil, mesmo frente às violências que sofrera.

O fato de Genny Gleizer continuar a adotar o iídiche como meio de comunicação mesmo após a sua prisão<sup>402</sup> para além de dificultar e até mesmo inviabilizar a leitura dos escritos por parte dos policiais, é também uma marca de suas origens. Em carta publicada no jornal *A Manhã* em 20 de setembro de 1935, Genny escreveu à sua tia: “Estou hoje muito aborrecida. Chegaram-me três cartas de papai. Imagine a senhora que não querem me entregar as cartas, só por serem escritas em ídiche. Tenho a impressão de que esta gente está aqui só para aborrecer os outros.”<sup>403</sup>.

---

<sup>399</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 08 de setembro de 1935

<sup>400</sup> Quando do casamento de Genny com Arthur, a representante da jovem foi uma mulher de nome “Nascha”. A proximidade dos nomes faz pensar que poderia se tratar da mesma pessoa.

<sup>401</sup> Cf. PRESTES, Luiz Carlos. *Anos tormentosos: correspondência de prisão (1936-1945)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

<sup>402</sup> No prontuário de Genny Gleizer, produzido pela polícia política de São Paulo, também foram apreendidos uma série de documentos, cartas, livros e jornais. Entre as apreensões destaca-se um grande volume de escritos em iídiche.

<sup>403</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 20 de setembro de 1935, p.8

Em outro escrito, publicado em 17 de setembro de 1935, Genny compara seu caso com o ocorrido na França, envolvendo o capitão Alfred Dreyfus, um jovem oficial judeu acusado de espionagem a favor da Alemanha em 1895:

Papai, já faz tempo que eu li um caso parecido com o meu. Chama-se o caso Dreyfus. Talvez papai conheça. Peço-lhe, papai, que agradeça a todos que se interessam por mim. Peço ao Sr. [?] romeno, como patrício, que não passe o visto no meu passaporte. Quero ficar aqui, perto do senhor. Quando eu vim para o Brasil, não pensei que iriam me botar para fora. Que vergonha! Mas não para mim...<sup>404</sup>

Condenado à prisão perpétua, apesar das provas de inocência, o caso Dreyfus representava o antissemitismo da época, ao se apresentar como uma grande fraude jurídica<sup>405</sup> que inclusive influenciou Theodor Herzl<sup>406</sup> a levantar a bandeira do Estado Nacional judaico na busca por uma solução para a questão judaica<sup>407</sup>. Ao acionar o caso Dreyfus, Genny demonstrava uma postura politizada em relação à memória judaica, trazendo à tona um caso de antissemitismo que influenciou as origens do movimento sionista. Genny buscava assim, estabelecer uma forma resistir e sobreviver, se colocando enquanto vítima de uma conspiração voltada para a sua condição enquanto judia e sabendo o que lhe encontraria caso fosse para a Romênia.

Ao comentar fortuitamente uma notícia do *Diário de São Paulo*, e afirmar que se houver demora no visto, ela poderia ficar no Brasil, a jovem vislumbrava as possibilidades de reverter a decisão das autoridades vista como uma injustiça que cometiam contra ela. No dia 10 de outubro, Genny escreve novamente à tia e menciona que “tudo fracassou” porque deram o visto “quando faltava dois dias para os 90 dias”, fazendo referência à lei que impediria a sua deportação. A jovem, assim, se comunicava com os familiares e alimentava a mobilização da sociedade ao contar os desdobramentos de seu caso quase como em uma novela.

---

<sup>404</sup> Jornal A Manhã, edição de 17 de setembro de 1935, p.8

<sup>405</sup> MORASHÁ. O caso Dreyfus. **Morashá**. Edição 54, set. 2010. Disponível em <http://www.morasha.com.br/antissemitismo/o-caso-dreyfuss.html>

<sup>406</sup> Segundo Motta, “Theodor Herzl (1860-1904) nasceu em Peste, no então Reino da Hungria. Jornalista secularizado, vivia afastado do judaísmo. Era correspondente em Paris quando o Caso Dreyfus veio à tona. As manifestações antissemitas e os gritos de “Morte aos judeus!” foram decisivos para a guinada de Herzl de assimilado para sionista, passando a defender a criação de um Estado nacional judeu. Em 1896 publica sua principal obra, *Der Judenstaat* (em Ahad Ha’am (1856 – 1927) alemão, “O Estado Judeu”). Nesta obra, reconhece que o antissemitismo não podia ser resolvido através do assimilacionismo, mas apenas através do fim da “anomalia nacional” judaica: sendo um único povo, a criação de um Estado nacional judeu com o consentimento das grandes potências da época seria benéfica para todos. A Questão Judaica, para Herzl, era uma questão política internacional. O primeiro esforço de Herzl foi com grandes magnatas judeus, como Hirsch e Rothschild. Em 1897, organiza o Primeiro Congresso Sionista, o primeiro encontro internacional de judeus baseado sobre uma base nacional e secular, e cria a Organização Sionista”. Retirado de MOTTA, Pedro Villar. O nacionalismo judaico: os projetos de Ahad Há’am, Theodor Herzl e Dov Ber Borochoy. Núcleo de Estudos Contemporâneos. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

<sup>407</sup> PINSKI, Jaime. *Origens do Nacionalismo Judaico*, *op. cit.* p.116

No dia 29 de setembro, Genny conta em carta a seu pai tudo o que lhe sucedera até então. Essa carta vem logo depois de ela tomar ciência de sua expulsão, Genny deixava assim, registrado seu martírio. O caráter da violência específica que sofreu por ser mulher se faz presente nas denúncias que Genny realiza. O relato é minucioso sobre o que lhe acontecera, desde o momento da prisão, passando pelos locais pelos quais estivera detida. Chama a atenção o fato de Genny ter conseguido registrar ao longo da prisão tudo o que lhe ocorrera, demonstrando que apesar das condições que lhe eram impostas, conseguira discernir locais, horários e nomes dos agentes repressores. Cabe ainda ressaltar que essa carta marca um momento de virada no tom utilizado por Genny. A partir de então ela não passa mais a se defender. Depois de ter manifestado tudo o que lhe ocorrera, Genny, que escreve mais de uma vez a bordo do navio, faz uma escrita mais abertamente política em que assume sua atuação ao lado da juventude e chega a utilizar a expressão “camarada”. Na carta de 17 de outubro, ela ainda menciona a solidariedade que recebeu no navio:

À enérgica juventude brasileira, ao lado da qual lutei, a esses jovens camaradas que hoje lutam pela minha liberdade – é que eu devo também muito mais que meu pequeno sacrifício. Em qualquer parte do mundo a que chegar, hei de seguir o exemplo de meus camaradas. A reação não me assustou. Não deu resultado aos reacionários. Ao contrário, apenas serviu para revoltar-me ainda mais. Hoje, como sempre, sinto que necessito agir. Ao contrário do que esperava encontrei no navio, no meio dos passageiros e entre a tripulação a maior simpatia. Eles me tratam como irmã. Conteí a todos, como contarei em toda parte, como a polícia maltrata os jovens trabalhadores e qual foi a atitude do povo ante meu caso.

O caso de Genny Gleizer evidencia a dualidade da figura feminina, as imagens acionadas são ao mesmo tempo o da valorização da mulher na luta – como visto com a UFB e quando se apresenta a superexploração a que estão submetidas as mulheres nas fábricas – e, ao mesmo tempo, é permeada pela visão tradicional da mulher. O lugar da mulher enquanto mãe e protetora, evocado recorrentemente na campanha pela liberdade de Genny sobrepuja o das mulheres na luta política, e a própria atuação da jovem é apagada. A construção da imagem da inocência era reforçada pela infantilização de Genny, caracterizada como menina e órfã. Genny, num primeiro momento se utilizou dessa imagem para se defender e tentar se manter no país. Suas cartas eram dirigidas a seu pai e as falas evocavam a sua fragilidade de menina. Porém, quando se viu frente à impossibilidade da permanência, canalizou a mobilização em torno de si para alimentar a luta dos jovens no Brasil, dialogando diretamente com eles.

Simbolicamente, a última carta publicada de Genny, ela fala novamente da luta da juventude e revela que será libertada na França, afirmando que recebera grande solidariedade dentro no navio. Segundo seu relato o capitão do navio lhe comunicara: “- Agora, estás livre,

Genny, e podes ficar na França porque a França é a terra da liberdade.”<sup>408</sup> Terminara, enfim, o seu suplício e romperam-se suas amarras. A França nesse momento se configurava como um importante centro de convergência e interlocução de intelectuais nas lutas antifascistas<sup>409</sup> e havia acabado de sediar o Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura, ocorrido entre os dias 21 e 25 de junho de 1935<sup>410</sup>, movimento que teve grande repercussão entre a intelectualidade brasileira.

Ao analisar o conjunto das cartas, percebe-se que elas se configuram como a forma de defesa utilizada pela jovem cerceada de suas liberdades. Genny, ao falar com seus familiares, comunica ao universo de leitores do jornal o que se passa com ela e alimenta o movimento em favor de sua liberdade. Genny agia denunciando as violências que vinha sofrendo, e buscava uma forma de se proteger ao manter uma comunicação com o mundo para fora do cárcere. Sua última fala à juventude brasileira revela também a sua inserção em um meio comunista, fazendo referência aos “camaradas” e o viés internacionalista da luta. O fato de Genny ter sido salva na França concretizou um dos seus pedidos das cartas iniciais. Apesar do tom de candura permanecer, o teor político das cartas se torna mais evidente com o passar do tempo, principalmente após a irreversibilidade de sua expulsão, colocando Genny num papel ativo de seu destino, indo na contramão do que o *A Manhã* por vezes sugeria ao retirar o teor político das suas ações.

Genny, dessa forma construiu os recursos para sua resistência e luta pela permanência no Brasil, adotando as representações que eram feitas por grande parte da imprensa, visando subverter o destino que lhe era imposto. Genny se apropriava, assim, das formas de dominação que incidiam sobre ela.

O caso Genny Gleizer serve como uma lente para se enxergar os projetos políticos em disputa. Através das análises das notícias sobre o caso, percebe-se o desencanto com os rumos da Revolução de 1930 e com os desdobramentos da Revolta de 1932. A articulação de Vargas no sentido de se manter no poder e controlar as oposições, para setores no interior ANL representava o rompimento com os ideais de 30 e a luta tenentista. A repressão que se seguiu após a Lei de Segurança Nacional também fica evidenciada, demonstrando que o governo pretendia desarticular os movimentos associados à ANL. Apesar disso, é interessante notar que a violência que Genny sofreu era creditada mais ao segundo escalão do governo. Vargas,

---

<sup>408</sup> Jornal *A Manhã*, edição de 17 de outubro de 1935

<sup>409</sup> OLIVEIRA, Ângela Meirelles. O papel da imprensa na circulação de ideias e de intelectuais antifascistas entre a Argentina, Uruguai e a França (1933-1939). *Faces da História*, v. 2, n. 1, p. 159-171, 2015.

<sup>410</sup> OLIVEIRA, Ângela Meirelles. Repercussões do Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris (1935) no Cone Sul: luta antifascista e debates culturais. *Dimensões*, n. 35, p. 270-294, 2016.

que naquele momento não se posicionava abertamente/publicamente, ficava em segundo plano nas críticas, dirigidas ao ministro da Justiça e ao governador de São Paulo. A identificação da repressão com o governo estadual era ainda um resquício da “velha política” e das milícias estaduais.

A especificidade de Genny reside naquilo que ela representa, o projeto político, o fato de ser mulher, operária, jovem, estrangeira e judia. A combinação desses fatores associada à repressão brutal e singular que sofrera, extremamente associada à sua condição de mulher, fez com que seu caso ganhasse amplitude nas páginas do jornal e extravasasse o ambiente da militância progressista. Vê-se que a atuação da Câmara foi fundamental para que o governo se posicionasse publicamente sobre o caso, representando não só a arbitrariedade do governo, mas também o grau de repercussão, fazendo com que diferentes congressistas se posicionassem.

Nesse movimento, a militância de Genny, que a princípio fora pouco abordada e cabendo às colunistas mulheres ressaltarem o seu papel atuante, nos últimos meses de circulação do jornal, Genny é alçada à heroína, exemplo a ser seguido pelos jovens. A mudança no tom das cartas divulgadas no jornal também é exemplar dessa ambiguidade que permeia o caso e que o torna singular. No mesmo sentido, seguem os apelos que se prendem à questão emocional, a comoção pelo fato de ela ser uma jovem mulher foi mais ressaltado que a necessidade de se libertar alguém que legalmente lutava por melhores condições.

Ainda, as cartas de Genny revelam a sua agência e inteligência política, ao escrever ao seu pai, com o tom doce, Genny denunciava seus algozes, e colocava suas aspirações que seriam lidas por aqueles que poderiam atendê-las. Genny se comunicava com o universo de leitores do jornal *A Manhã* e sabendo disso, aproveitava-se da oportunidade. Suas últimas cartas revelam um tom mais combativo e político de Genny, que não precisava mais se preocupar com a censura nas prisões, e demonstram que sua vontade, expressa na primeira carta, de ir para França, caso não pudesse ficar no Brasil, se concretizara. As notícias veiculadas, a ampla mobilização, associadas à escrita de si que Genny fizeram, demonstram a complexidade das articulações realizadas no sentido de gerar adesão e de salvar Genny, e assim, salvar os projetos políticos da Aliança Nacional Libertadora.

Nessa concepção, a luta pela liberdade de Genny representava a luta pela Constituição, pela manutenção da democracia, das liberdades individuais e, principalmente das lutas operárias, por melhores condições de trabalho e cumprimento da legislação. Era também a luta contra o integralismo, fortemente identificado com a polícia, e contra o imperialismo, identificado com as esferas governamentais. A bandeira de Genny representava todas as

bandeiras da ANL. Seu caso significava o sinal de que as conquistas alcançadas, com a mobilização das mulheres, e principalmente dos jovens, corriam risco. Simbolizava o início de uma repressão que não respeitava os avanços anunciados pelo movimento de 1930. Se os detentores do poder eram capazes de agir com tamanha brutalidade com uma jovem mulher operária, todas as barreiras estariam rompidas para as atrocidades policiais.

## Conclusão

Genny Gleizer chegou ao Brasil na década de 1930, período em que o país vivenciava uma efervescência política, com o surgimento de movimentos que buscavam empreender a construção de uma identidade brasileira inserida na concepção de uma nação moderna. A ebulição no plano político encontrava-se relacionada à crise do liberalismo, que se fazia repercutir internacionalmente havendo nesse momento o desenvolvimento de regimes autoritários em diversos países.

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pelo processo de modernização brasileira, como resultado das transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o país passava, com o surgimento de alternativas que buscavam as soluções para as mazelas brasileiras. A preocupação com a identidade nacional e a valorização do Brasil se fez presente nos debates e os movimentos que surgiram ao longo da década de 1930 que acabaram incorporando, de modos distintos, as concepções de nação, vislumbrando os caminhos para a solução dos problemas brasileiros.

A Revolução de 1930 e o processo de constitucionalização que se desdobrou após 1932 trouxeram questões relativas ao modelo de imigrante ideal que se incorporaria à sociedade e à realidade brasileira. Concorria no momento a alteração da posição do Brasil como destino para os migrantes que fugiam da ascensão dos regimes autoritários na Europa. A situação vivenciada no Leste Europeu, com o crescimento do antissemitismo na região e o aprofundamento da crise econômica, fez com que milhares de judeus buscassem a possibilidade de um recomeço no Brasil, difundido enquanto um país livre de preconceitos, receptivo aos recém-chegados e de grande potencial econômico.

Esses fatores confluíram para o processo de migração de Genny Gleizer, abordado no primeiro capítulo dessa dissertação. Ao expor a trajetória da jovem no Brasil, optou-se por analisar as condições vivenciadas pelos judeus no Leste Europeu, principalmente da região da Bessarábia nas primeiras décadas do século XX. Assim, foram trazidas questões relativas ao cenário de perseguições que os judeus vinham sofrendo, os fatores econômicos e sociais e as dinâmicas políticas desenvolvidas naquele momento.

Ao apresentar aspectos relativos às formas de resistência adotadas pelos judeus, com o desenvolvimento de um quadro político de movimentos de diferentes espectros ideológicos, buscou-se demonstrar o cenário que alicerçou a saída de milhares de judeus que chegaram ao Brasil nas décadas de 1920 e 1930 e que direcionou a formação de uma vida judaica plural no país, a partir da manutenção de laços identitários construídos nos seus países de origem. No

Rio de Janeiro, destacou-se a Praça Onze, e durante a análise buscou-se demonstrar a inserção de Genny no círculo dos judeus progressistas ao passo em que se tentou recuperar os motivos que levaram a sua família a saírem da região do Leste Europeu no sentido de compreender as marcas desse processo e como ele foi acionado ao longo da campanha pela sua liberdade.

Após a apresentação do cenário da imigração de Genny Gleizer e da sua inserção no Brasil, o capítulo 2 versou sobre as redes políticas em torno da jovem que foi presa durante a participação em uma atividade da Aliança Nacional Libertadora. Atentando para a formação da ANL e suas principais bandeiras, privilegiou-se as pautas levantadas pelo Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular, organização à qual Genny se encontrava vinculada. O objetivo foi compreender o significado da juventude dentro da ANL e os principais personagens em torno de Genny Gleizer e os respectivos responsáveis por direcionar a campanha pela sua liberdade.

A análise dos prontuários elaborados pela polícia política acerca das pessoas envolvidas nas organizações que encabeçaram a campanha pela sua liberdade serviu para apresentar a visão policial sobre os setores aliancistas. A partir da reestruturação da polícia, e a Lei de Segurança Nacional, mostrou-se o processo de construção da imagem de um inimigo a ser combatido internamente e como a categoria dos inimigos internos abarcava aqueles que apareceram relacionados a Genny Gleizer. Buscou-se, assim, entender a alegada subversão de Genny Gleizer vislumbrada pela polícia política e como Genny se enquadrava no perfil desse inimigo interno.

Apesar de Genny estar vinculada ao Congresso da Juventude, foi importante trazer a União Feminina do Brasil no sentido de evidenciar qual era o lugar da militância feminina nas fileiras da ANL. A análise de uma organização voltada para as mulheres na ANL revelou que as pautas levantadas pela UFB prendiam-se à concepção da luta mais ampla e vislumbravam sua atuação através do trabalho de conscientização das operárias, rechaçando os espaços de luta institucional que não privilegiassem a condição das mulheres trabalhadoras. Genny, apesar de não estar filiada à UFB, ao participar de uma organização da juventude demonstrava as possibilidades de atuação das mulheres na luta por direitos dentro das organizações aliancistas.

A pluralidade de possibilidades da ação feminina no período foi ainda evidenciada a partir das disputas existentes entre as mulheres da FBPF e da UFB. Enquanto as mulheres da FBPF voltavam sua atenção para o campo institucional de disputa, buscando conquistar espaços historicamente ocupados pelos homens, as mulheres da UFB mostravam-se preocupadas com a condição das mulheres trabalhadoras, a presença imperialista no Brasil e o

avanço do fascismo pelo mundo. O caso de Genny, ao representar as bandeiras da luta das mulheres trabalhadoras, representava a causa da UFB que publicamente endossou a campanha pela liberdade da jovem. Na disputa entre as mulheres da FBPF e da UFB o caso de Genny foi utilizado pela UFB como forma de criticar a postura das feministas na FBPF.

O entendimento da militância feminina foi fundamental para compreender as imagens femininas construídas em torno de Genny durante a campanha pela sua libertação. Apesar da UFB, e, portanto, a ANL, defenderem a atuação feminina na luta política, a defesa de Genny empreendida pelos setores aliancistas foi pautada majoritariamente na conformação de uma imagem de inocência e ingenuidade de Genny, apelando para a concepção maternalista vigente no momento, para que as mulheres liderassem a campanha pela sua liberdade e “adotassem” Genny. Coube ao setor da Juventude e a algumas mulheres, como Maria Lacerda de Moura e Anna Torres, no jornal *A Manhã* ressaltarem a ação de Genny Gleizer, colocando-a como uma vanguardista na luta pelos seus direitos.

Assim, ao longo da campanha pela sua liberdade, abordada no terceiro capítulo, as concepções acerca do papel feminino na sociedade se apresentaram tanto no sentido de apontar a inocência ou a culpa de Genny. Para a polícia, Genny era inteligente, bonita e, portanto, um perigo para a sociedade ao difundir suas ideias e obter a adesão ao comunismo.

Por outro lado, os setores aliancistas apelaram para a compaixão feminina e para a função maternal das mulheres enquanto representantes da nação brasileira acolhedora. O objetivo era convencer a população acerca da ingenuidade de Genny Gleizer e da necessidade de proteção da jovem. Essas caracterizações foram importantes para entender o lugar da mulher na política nos anos 1930, e as imagens acionadas refletiam o padrão de comportamento feminino desejável aos olhos da sociedade. O caso de Genny se apresenta, então, de maneira exemplar na luta das mulheres por direitos. As táticas utilizadas foram, entre outras, maternalistas, mas faziam parte dessa luta por maior inserção das mulheres na política e na luta por seus direitos.

Atentando para os estereótipos utilizados na caracterização de Genny identificou-se não somente a forma como a militância feminina era entendida e como ela esteve presente durante a campanha pela libertação da jovem, mas também as maneiras pelas quais o fato de Genny ser imigrante e judia foram abordados pela imprensa. Revelou-se, assim, o lugar do imigrante judeu para parte da intelectualidade brasileira e como ele era difundido através dos periódicos. Assim, analisou-se as hierarquias de gênero que incidiram sobre a trajetória de

Genny no Brasil articulando-a com as concepções acerca do judeu e do imigrante no período, de forma a demonstrar de que forma os estereótipos femininos e judaicos foram mobilizados.

Nesse sentido, as colunas no jornal *A Manhã* foram um importante instrumento de defesa de Genny Gleizer. Através delas foi possível analisar o posicionamento de intelectuais que orbitavam a ANL acerca do caso de Genny Gleizer e como era entendida a recepção aos imigrantes como parte da formação da nação brasileira. Nessas colunas a ideia de um Brasil receptivo e livre de preconceitos foi amplamente utilizada para mostrar como a expulsão de Genny representava um ataque a esse ideal de nação.

A análise da repercussão do caso de Genny demonstrou que apesar de o antissemitismo e os estereótipos antijudaicos ecoarem entre integralistas e setores da intelectualidade, sendo por vezes reforçados por esferas do poder público, como a polícia, o imaginário brasileiro encontrava-se majoritariamente voltado para a necessidade de incorporação de Genny na sociedade brasileira, a despeito da posição das autoridades responsáveis pela sua expulsão. Assim, o caso de Genny serve como um exemplo do quão difuso se encontrava o antissemitismo na sociedade, no sentido de que ao passo em que os preconceitos contra os judeus foram reforçados pelas autoridades principalmente nas ações que corroboravam o estereótipo do judeu-comunista, é possível identificar o esforço da intelectualidade e dos políticos em torno da Aliança Nacional Libertadora para apontar aspectos positivos da imigração judaica e do povo judeu. No mesmo sentido, os setores da sociedade que saíram em defesa de Genny, apontavam para a necessidade de sua inserção na sociedade brasileira. Ao longo da dissertação, a intenção foi abordar visões diversas, destacando como as identidades enquanto mulher e imigrante foram acionadas tanto pelos defensores da permanência e a liberdade de Genny Gleizer como pelos que consideravam a jovem um perigo a ser extirpado da sociedade brasileira.

Essa análise buscou apresentar a preocupação com a assimilação e integração dos judeus e como ela afetou os discursos em torno do caso de Genny Gleizer principalmente para se criticar os rumos do governo Vargas. A concepção de uma nação receptiva aos imigrantes e livre de preconceitos ressoou com mais força durante a campanha pela liberdade de Genny do que a visão do judeu enquanto não desejável na composição da sociedade. A mudança na chave interpretativa acerca de Genny ocorreu somente após os levantes comunistas de 1935, quando o medo do comunismo havia se consolidado. Nesse momento, o discurso que apontava a culpa de Genny Gleizer foi consolidado pela imprensa, principalmente após a prisão de seu pai, em decorrência da ação repressiva que se sucedeu após a Insurreição Comunista. O fato do pai da jovem também ter sido preso e condenado à expulsão acusado de

comunismo reforçou a ideia de uma conspiração judaico-comunista, sendo possível identificar diversas matérias que buscaram realizar essa identificação dos judeus com o comunismo.

A amplitude da repercussão da prisão de Genny foi assinalada através da pesquisa com outros jornais, trazendo também como o caso foi abordado nas esferas Legislativas, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e na Câmara de Deputados na capital federal e em São Paulo. Os deputados e vereadores aliancistas utilizaram-se da tribuna para defender Genny e criticar a atitude do governo, evidenciando o processo de crise experimentado durante o regime constitucional do governo Vargas.

O caso de Genny Gleizer seria um reflexo do avanço do autoritarismo de Vargas e, no entendimento daqueles que saíram em sua defesa, de uma política afastada dos preceitos constitucionais. Essa posição entendia a importância da Revolução de 1930 para a reestruturação do Estado brasileiro, com o rompimento com a política oligárquica permitindo o desenvolvimento de novos projetos políticos que almejavam o rompimento com o passado da Primeira República.

Assim, o caso de Genny pode ser interpretado como um ponto chave para o entendimento dos primeiros anos do governo Vargas. A prisão da jovem e a mobilização que se seguiu revelou a articulação existente entre os setores que orbitavam a Aliança Nacional Libertadora, gerando uma pauta comum e que conseguiu extravasar o âmbito da organização. Ainda, sua prisão ocorreu em um momento em que as ações repressivas do governo Vargas tornaram-se mais presentes a partir de reestruturação da polícia política que passava a agir baseada na recém promulgada Lei de Segurança Nacional de 1935 suprimindo cada vez mais os espaços possíveis de contestação da ordem vigente.

O caso Genny Gleizer constitui-se como uma lente para enxergar os diferentes movimentos da sociedade, revelando as concepções acerca do imigrante judeu e da mulher na primeira metade da década de 1930. A partir dele é possível perceber o fechamento do regime político com a supressão das oposições e no crescimento do medo do comunismo no Brasil, ao passo em que se revelam as estratégias de resistência e os projetos políticos de setores aglutinados em torno da ANL e que ainda dispunham de espaços democráticos para contestação. Da mesma forma, Genny usufruiu das margens de ação que possuía para se colocar através de suas cartas e a apresentar a sua visão daquilo que lhe acontecia. Suas cartas revelam a afinidade que possuía com o movimento aliancista e os discursos emanados pela ANL em defesa da jovem são semelhantes ao que ela adotou nas primeiras cartas, e após

concretizada a sua expulsão, sua manifestação pública de sua consciência política da luta ficou evidente.

Essa dissertação rompe, assim, com a visão monolítica que enxerga o caso de Genny Gleizer somente através das ações do Estado, revelando os espaços sociais em que Genny atuou e procurou se defender e os atores neles envolvidos. O trabalho desenvolvido buscou capturar as ambivalências e contradições que permearam o caso de Genny Gleizer, apresentando as diferentes representações acerca da jovem e daquilo que lhe sucedia. O caso Genny Gleizer permite entender, através do tratamento dispensado tanto pela imprensa quanto pela polícia política os projetos políticos e as concepções de construção da nação existentes no momento. Dessa forma, o que significava ser mulher, operária, imigrante e judia dependia do lugar de onde se observava. De todo modo, significava estar circunscrita por diversos constrangimentos sociais e mesmo assim contestá-los dentro das margens possíveis de atuação.

## Referências

### Bibliografia

ACSELRAD, Henri. De Vilna ao Rio de Janeiro: territórios da laicidade judaica. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 40, p. 136-153, 2008.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Ed.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Pallas Editora, 2016.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935. In: **Cadernos AEL**, vol. 12, n. 22/23, 2005. p. 81-119.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **O socialismo tenentista**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade do Estado de São Paulo.

ARAUJO, Nelton S. **Imprensa e Poder nos anos 1930**: uma análise historiográfica. In: Anais do VI. Congresso Nacional de História da Mídia. 2008.

ARENDRT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BAHIA, Joana D'Arc do Valle. Memórias de Gênero. A Construção de uma Idischkeit Imaginária no Brasil. Fazendo Gênero n.9. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Santa Catarina, 2010.

BLAY, Eva Alterman. Inquisição, inquisições: aspectos da participação dos judeus na vida sociopolítica brasileira nos anos 30. **Tempo Social**, v.1, n. 1, p. 15-30, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Lei n. 38, de 04 de abril de 1935**. Define os crimes contra a ordem política e social. 04 de abril de 1935

BRITTO, A. A identidade nacional e o controle político e social: uma breve análise sobre a ação da polícia política na implantação do Estado Novo. In. FERREIRA, M. de M. **Memória e Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

BROMBERG, Rachel Mizrahi. **Imigrantes judeus do Oriente Médio**: São Paulo e Rio de Janeiro. Atelie Editorial, 2003.

- BULHÕES, Tatiana da Silva. **Evidências esmagadoras de seus atos: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**[dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007;
- CALLADO, Ana Arruda. **Berta Ribeiro: aos índios, com amor: uma biografia**. Rio de Janeiro: Batel, 2016.
- CAMARGO, Aspásia [Org.]. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. (1930-1964). In. FAUSTO, Boris. **Brasil Republicano**. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981.
- CAMARGO, Aspásia. As incertezas da democracia. In. CAMARGO, Aspásia [Org.]. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.
- CANCELLI, Elizabeth. . **O mundo da violência: A Polícia da era Vargas**. Brasília: EDUNB, 1993.
- CANCELLI, Elizabeth. **De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê Editorial PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração, 1930-1945**. Editora Perspectiva, 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes e refugiados judeus em tempos sombrios: Brasil, 1933-1948. Inquisição, Imigração e Identidade. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 337-374, 2005.
- CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente Única Antifascista (1933-34). In. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHERMONT, Lucia. Reflexões sobre “ser” e “pertencer” na narrativa da comunidade judaica paulista. In. LEWIN, Helena [Org.] **Judaísmo e Cultura: Fronteiras em movimento**. Rio de Janeiro: IMPRIMATUR, 2013.

CLEMESHA, Arlene. **Marxismo e judaísmo: história de uma relação difícil**. Boitempo, 1998. p.131

COSENZA, Apoena Canuto. **Um partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COSTA, Ana Alice. O Feminismo “Feminino” e a Esquerda Brasileira. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 2, 2015.

CPDOC. Biografias. Vicente Ráo. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Vicente\\_Rao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Vicente_Rao).

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Alberto, Armanda Álvaro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armanda-alvaro-alberto>.

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Castro, Maria Morais Werneck de. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-maria-morais-werneck-de>.

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Damasceno, Abgvar Bastos. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abgvar-bastos-damasceno>

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Figueiredo, Jackson. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson\\_de\\_figueiredo](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo).

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Lutz, Berta Maria Julia <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/berta-maria-julia-lutz>

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Melo Neto, Joaquim Cardoso. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-cardoso-de-melo-neto>

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Moreira, Eugênia Álvaro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenia-alvaro-moreira>

CPDOC. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Velasco, Domingos Neto. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/domingos-neto-de-velasco>.

CRISTALDO, Janer. Graciliano Ramos e Joseph Vissarionovitch Djugatchivili, 30 anos depois. **Travessia**, v. 4, n. 6, p. 62-81, 1983.

CYTRYNOWICZ Roney. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002.

DALMÁS, Carine. Frentismo cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos (1935-1948). 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DOMINGUES, Petrônio. "Constantemente derrubo lágrimas": o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 8, n. 14, p. 146-171, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v8n14/2237-101X-topoi-8-14-00146.pdf>;

ENCICLOPEDIA YIVO. Romania. **The Yivo Encyclopedia of Jews in Eastern Europe**. Disponível em <http://www.yivoencyclopedia.org/article.aspx/Romania>.

FALBEL, Nachman. Uri Zwerling e a literatura antissemita no Brasil. In. ZWERLING, Uri. **Os Judeus na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. **Cadernos Pagu**, v. 31, n. 31, p. 151-172, 2008.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In. SCHWARCZ, Lilia M. [Org.] **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998,

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp.

FELDMAN, Sergio Alberto. Os judeus vermelhos. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2321/1/418508.pdf>

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas**. Dissertação Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, 2000.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Fiocruz, 2007.

FRANÇOIS, Etienne. Os tesouros da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. FGV, 2009.

FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Casa da Palavra, 2007.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. **Inventários dos Arquivos Pessoais de Darcy e Berta Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2011.

GARCHET, Helena Maria Bomeny. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

GASPARIAN, Helena. A Manhã (1935). In: ABREU, Alzira Alves (Coord.) et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

GERALDO, Endrica. **O ‘perigo alienígena’**: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 15, n. 27, 2012.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **A história do direito entre foices, martelos e togas: Brasil-1935-1965: Olga Prestes, Genny Gleiser, Ernerto Gattai, João Cabral de Melo Neto, Francisco Julião, Carlos Heitor Cony e Miguel Arraes no Supremo Tribunal Federal**. 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes; PANDOLFI, Dulce Chaves; TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes. **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Nova Fronteira, 1980. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/141.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/141.pdf).

GOMES, Ângela Maria de Castro. (Coord.) **Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)**. In: FAUSTO, Boris. **Brasil Republicano**. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras. 2014.

- GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. ARAÚJO, Maria Celina **Repensando o Estado Novo, Rio de Janeiro**, Ed. FGV, p. 53-72, 1999.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- GOMES, Flávio. **Negros e política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GONÇALVES, Marcos. SILVA, Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). **História: Questões & Debates**, v. 39, n. 2, 2003.
- GRIN, Monica. Etnicidade e Cultura Política No Brasil. O Caso Dos Imigrantes Judeus do Leste Europeu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 28, 1995.
- GRYNSZPAN, Mario e PANDOLFI, Dulce. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das Elites**. Revista de Sociologia e Política. Dossiê Estado Novo: 60 anos. n.9. 1997.
- HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em revista**, n. 25, 2005.
- HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Revista estudos históricos**, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.
- JEIFETS, Víctor; JEIFETS, Lazar. **La Internacional comunista y América Latina, 1919-1943: diccionario biográfico**. Ariadna Ediciones, 2016.
- JUNIOR, Gonçalo. **A criação da mãe moderna**. Revistas Femininas da década de 1920 foram usadas na difusão de um novo papel da maternidade. Pesquisa Fapesp. Setembro, 2009.
- KAHN, Tulio. **O Caso Genny Gleizer: precursor das campanhas pelos direitos humanos no Brasil**. Cultura Vozes, v. 6, p. 13-36, 1995.
- KAREPOVS, Dainis. 1935: A Manhã e a “Campanha dos 50%”. **Perseu**. n.10. ano 7, 2003.
- KERSFFELD, Daniel. El activismo judío em el comunismo de entreguerras. **Nueva Sociedad**, nº247. Septiembre-octubre de 2013.
- KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **A imprensa confiscada pelo DEOPS:1924-1954**. Atelie Editorial, 2003.
- KRAUSZ, Luis. S. A persistência do exílio em Aharon Appelfeld. **Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, out. 2010.

KUPERMAN, Esther. ASA: Gênese e Trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. **Revista Espaço Acadêmico**, n.28, set. 2003.

LAPESCU, Dvidiu; LISCIOTTO, Carmelo. A Destruição dos Judeus da Romênia I. **Moshav**. Mai, 2011. Disponível em <http://moshav.blogspot.com.br/2012/05/destruicao-dos-judeus-da-romenia.html#more>.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. G. Einaudi, 1978.

LEAL, Carine de Souza. **Imprensa Integralista (1932-1937):** propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica:** imigração, diplomacia e preconceito. Imago, 1995.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da Brasilidade:** identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2015.

LESSER, Jeffrey. Judeus salvam judeus: os estereótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935-1945. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas:** os anos críticos, 1934-1938. Editora Nova Fronteira, 1980.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Editora Companhia das Letras, 2001.

LEVY, Robert. Anna Pauker (1893-1960). In. JEWISH WOMEN'S ARCHIVE. Encyclopedia. Disponível em <https://jwa.org/encyclopedia/article/pauker-anna>.

LIMA, Nísia; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva. **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 493-534, 2004.

LIMONCIC, Flávio. Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: Jacques Revel. **Jogos de Escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

MAIO, Marcos Chor; CALAÇA, Carlos Eduardo. Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil. In. GRINBERG, Keila [org.]. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. **Repressão política e anticomunismo no primeiro Governo Vargas**: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. Revista Jurídica da Presidência, v. 15, n. 107, 2014.

MILGRAM, Avraham. O “Milieu” Judeu-Comunista do rio de janeiro nos anos 30. **Judaica latinoamericana**: Estudios histórico-sociales, v. 4, 1988.

MORAES, Evaristo de. “Judeus sem dinheiro”, tais como eu vejo. In. ZWERLING, Uri. **Os Judeus na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

MORASHÁ. A Bessarábia era uma terra doce e bonita. **Morashá**. Edição 67, mar. 2010. Disponível em <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/bessarabia-era-uma-terra-doce-e-bonita.html>

MORASHÁ. O caso Dreyfus. **Morashá**. Edição 54, set. 2010. Disponível em <http://www.morasha.com.br/antisemitismo/o-caso-dreyfuss.html>

MOTTA, Pedro Villar. O nacionalismo judaico: os projetos de Ahad Há’am, Theodor Herzl e Dov Ber Borochoy. Núcleo de Estudos Contemporâneos. Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em [http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Pedro\\_MotaO\\_Nacionalismo\\_Judaico.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Pedro_MotaO_Nacionalismo_Judaico.pdf).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, n. 138, p. 93-105, 1998.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **Guerra pelo poder**: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935). 254 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

NETO, Sydenham Lourenço. Imigrantes judeus no Brasil, marcos políticos de identidade. **Locus**, v. 14, n. 2, p. 223-237, 2008.

OLIVEIRA, André Côrtes de. **Quem é a “Gente Negra Nacional”?** Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2006. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281498/1/Oliveira%2c%20Andr%3f%20C%3frtes%20de.pdf>.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles. O papel da imprensa na circulação de ideias e de intelectuais antifascistas entre a Argentina, Uruguai e a França (1933-1939). **Faces da História**, v. 2, n. 1, p. 159-171, 2015.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles. Repercussões do Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris (1935) no Cone Sul: luta antifascista e debates culturais. **Dimensões**, n. 35, p. 270-294, 2016.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. **A frente negra brasileira**: política e questão racial nos anos 1930. 2002. Tese de Doutorado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. (Coord.) **Elite intelectual e debate político nos anos 30**: uma bibliografia comentada da revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa, 2003. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” In: **Revista Brasileira de História**. nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul-dez. 2007.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa no Dops do Rio de Janeiro. **Revista Acervo**, v. 27, n. 1, p. 254-267, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. Companhia das Letras, 1991.

PINSKY, Jaime, **Origens do Nacionalismo Judaico**, São Paulo: HUCITEC, 1978.

POSSAS, Lidia M. Vianna. As blusas verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropologia**, n. 3, p. 20-43, 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora. Jul. 1935. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>

PRESTES, Luiz Carlos. **Anos tormentosos: correspondência de prisão (1936-1945)**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

PRIMO, Jacira Cristina Santos; **Tempos vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira 1934-1937**. 2006. 128 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Modernizar para conservar: relações de gênero em São Paulo nas décadas iniciais do século vinte. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp 2013. p.420. Disponível em [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118143/1/ppec\\_8634641-3640-1-SM.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118143/1/ppec_8634641-3640-1-SM.pdf)

RAMOS, Arthur. O problema psico-sociológico do judeu. In. ZWERLING, Uri. **Os Judeus na história do Brasil**, Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

REBELO, Fernanda; MAIO, Marcos Chor; HOCHMAN, Gilberto. O princípio do fim: o “torna-viagem”, a imigração e a saúde pública no Porto do Rio de Janeiro em tempos de cólera. **Revista Estudos Históricos**, v. 24, n. 47, p. 69-87, 2011.

REHEM, David Costa. “As forças secretas da revolução”: anti-semitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana.

- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, 2010.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). **Prisma Jurídico**, v. 7, n. 1, p. 163-183, 2008.
- RIBEIRO, Paula. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)**. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In. FAUSTO, Boris. **Brasil Republicano**. História da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981.
- SANTANA, Márcio Santos de. **Projetos para as novas gerações: juventudes e relações de força na política brasileira (1926-1945)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História** (São Paulo). São Paulo, SP. Vol. 33, n. 1 (jan./jun. 2014), 2014.
- SCHNEIDER, Abraham Josef. **Histórias das Bibsa**. Memórias de um judeu progressista. ASA: Rio de Janeiro, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 1 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n.53, p.117-149. 2002. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/33192/35930>
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 103-122, 1994.
- SILVA, Beatriz Coelho. **Negros e Judeus na Praça Onze**. A História que não ficou na memória. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1998.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, p.97-117, set/out/nov 2000.

SOIHET, Rachel. “Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert”. **Cadernos Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu**, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p.169-195.

SOIHET, Rachel. Armadilhas da Memória: relatos de uma ex-militante. In.: ALMEIDA, Maria Celestino. AZEVEDO, Cecília. GONTIJO, Rebeca, SOIHET, Rachel. (Orgs). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e Antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SORJ, Bernardo. Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica. In.: SORJ, Bila (Org.). **Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SORJ, Bila. “Normalizando” o povo judeu: a experiência da Jewish Colonization Association no Brasil, In. SORJ, B. **Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp.76-90.

SOUSA, Lia Gomes Pinto; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 315-325, 2005.

SOUZA, Samuel Fernando de. **Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, estado e as leis do trabalho nos anos 1930**. 2007. Tese de Doutorado – Departamento de História do Instituto de Filosofia da Unicamp, Campinas.

STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. Intelectuais na imprensa: as crônicas de educação de Cecília Meireles no jornal carioca Diário de Notícias. **UniLetras**, v. 31, n. 1, p. 139-153, 2010. Disponível em <http://177.101.17.124/index.php/uniletras/article/view/672>

TARTAKOVSKY, Dmitry. **Parallel ruptures: Jews of Bessarabia and Transnistria between Romanian nationalism and Soviet communism, 1918–1940**. University of Illinois at Urbana-Champaign, 2009.

URCCI, Michéle Yara. Os pintores do Palacete Santa Helena: imagens da São Paulo entre 1935 e 1940. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, n. 09, p. 57-74, 1997.

VELTMAN, Henrique. **A história dos judeus em São Paulo**. Rio de Janeiro: Exped, 1996.

VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 63-106, 2003;

VIANNA, Marly. O PCB: 1929-1943. In.: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WASSERSTEIN, Bernard. **Na Iminência do Extermínio: A História dos Judeus da Europa antes da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Cultrix, 2015. 520p.

WIAZOVSKI, Taciana. **Bolchevismo e Judaísmo**. A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

WORCMAN, Susane [Dir]. **Heranças e Lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ARI: CIEC: MIS, 1991.

## Fontes

ARQUIVO NACIONAL, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, BR RJANRIO C8.0.PCR.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 3503 – Congresso da Juventude do Brasil

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 1271 – Juventude Comunista

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 40.473 – Comissão Pró-Liberdade de Genny Gleizer

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 2405 – Paulo Emilio

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 3096 – Brasil Gerson

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 1539 – Clovis Gusmão

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 4975 –Arthur Piccinini

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação 209 –Genny Gleizer

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS, Setor Prontuários, Notação – Socorro Vermelho

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo DEOPS. Setor Prontuário Notação 320 – União Feminina do Brasil.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Setor Comunismo, notação 18.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Setor Prontuário, notação Genny Gleizer

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Setor Prontuário, notação Arthur Piccinini

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Setor Prontuário, notação Motel Gleizer

NATIONAL ARCHIVES. USA. Atividades alemães durante a II Guerra Mundial 640447 caixa 64 pasta 1.

### **Periódicos**

Jornal A Manhã, edições de maio a outubro de 1935

Jornal A Nação, edição de 19 de janeiro de 1937

Jornal A Nação, edição de 20 de novembro de 1935

Jornal A Noite, edição de 10 de outubro de 1935

Jornal A Noite, edição de 18 de setembro de 1935

Jornal A Offensiva, edição de 05 de julho de 1936

Jornal A Offensiva, edição de 16 de julho de 1936,

Jornal Correio da Manhã, edição de 18 de setembro de 1935

Jornal Correio de S. Paulo, edição de 08 de janeiro de 1936

Jornal Correio de S. Paulo, edição de 14 de dezembro de 1935

Jornal Correio Paulistano, edição de 30 de agosto de 1935

Jornal Correio Paulistano, edição de 10 de setembro de 1935

Jornal Correio Paulistano, edição de 12 de setembro de 1935

Jornal Correio Paulistano, edição de 12 de setembro de 1935

Jornal Correio Paulistano, edição de 15 de setembro de 1935

Jornal Correio Paulistano, edição de 28 de agosto de 1935

Jornal Diário da Noite, edição de 03 de março de 1931

Jornal Diário da Noite, edição de 13 de setembro de 1935

Jornal Diário da Noite, edição de 18 de dezembro de 1935

Jornal Diário da Noite, edição de 27 de novembro de 1935

Jornal Diário de Notícias, edição de 03 de abril de 1934

Jornal Diário de São Paulo, edição de 19 de agosto de 1935

Jornal do Brasil, edição de 18 de setembro de 1935

Jornal do Commercio, edição de 28 de setembro de 1934

Jornal Gazeta de Notícias, edição de 10 de outubro de 1935

Jornal Gazeta de Notícias, edição de 11 de outubro de 1935

Jornal Gazeta de Notícias, edição de 15 de setembro de 1935

Jornal Gazeta de Notícias, edição de 17 de setembro de 1935

Jornal Gazeta de Notícias, edição de 18 de setembro de 1935

Jornal O Dia, edição de 21 de setembro de 1935

Jornal O Imparcial, edição de 13 de dezembro de 1935

Jornal O Imparcial, edição de 14 de setembro de 1935

Jornal O Jornal, edição de 14 de setembro de 1935

Revista O Malho, edição de 26 de setembro de 1935

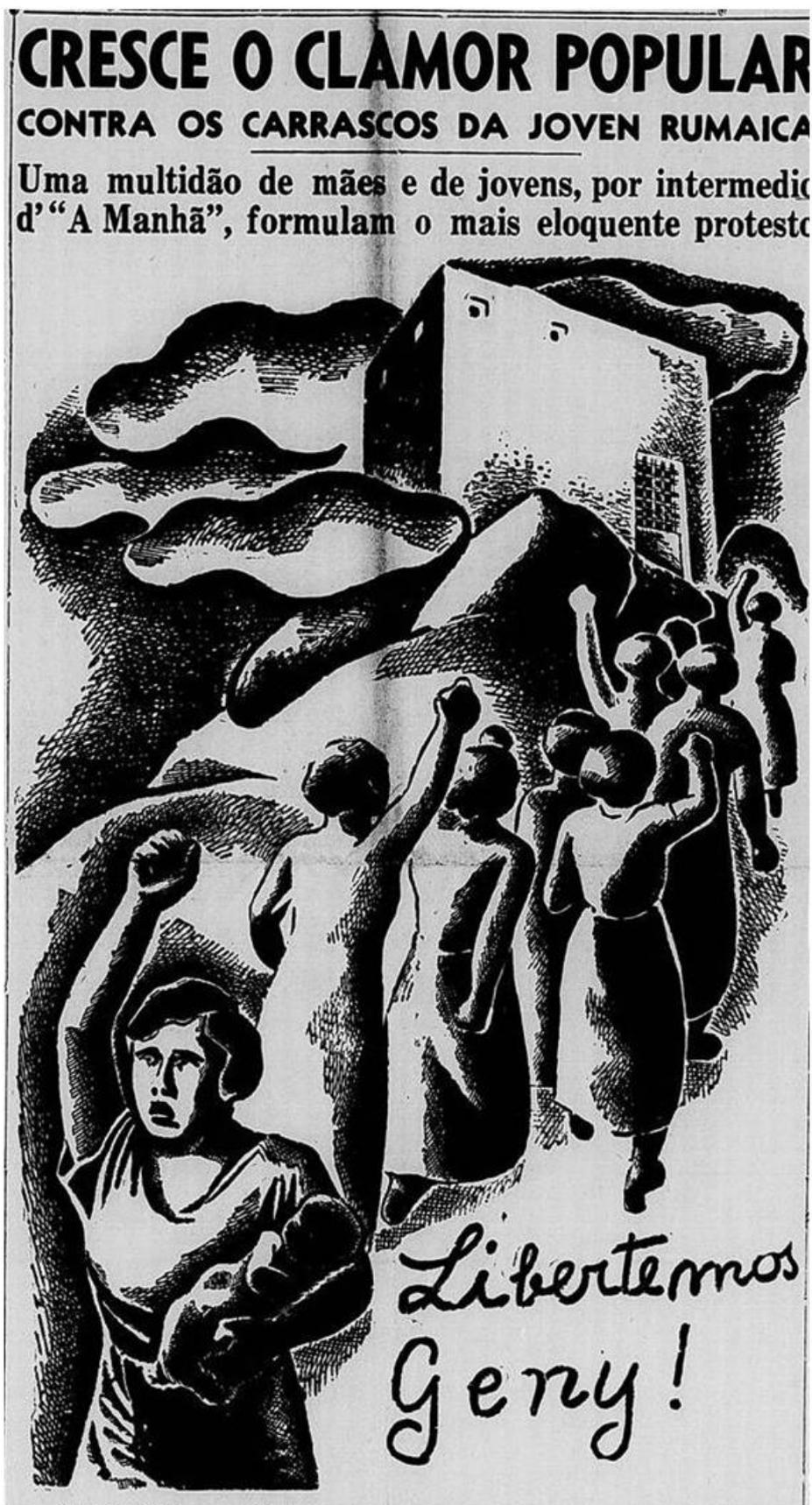


**Figura 2** - Ilustração sobre ação policial contra o Congresso da Juventude que resultou na prisão de Genny Gleizer



Fonte: Jornal A Manhã, edição de 15 de setembro de 1935

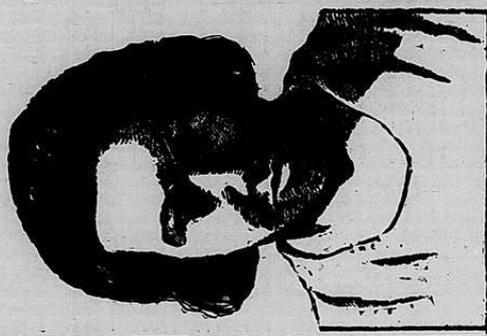
Figura 3 - Ilustração da Campanha pela liberdade de Genny Gleizer



Fonte: Jornal A Manhã, edição de 19 de setembro de 1935

Figura 4 - Manifesto direcionado às mães brasileiras na campanha pela liberdade de Geny Gleizer publicado no jornal A Manhã

# As mães brasileiras reclamam Geny Gleizer!



Nós brasileiras não podemos deixar de nos interessar pelo que se está passando com esse ser que é ainda uma criança, mas que pelas circunstâncias que a rodeiam e fatalidade da sorte — se acha envolvida numa trama tão incompreensível e misteriosa!

Por que motivo essa creaturinha — que nem chega a ser ainda uma mulher, — está sendo tratada com taes rigores? Que crime teria ella commettido que justificasse seu sequestro? Em que, essa quasi criança, poderá ameaçar a ordem publica?

As respostas a taes raciocínios nos causam verdadeira mágoa!...

Somos mães, avós, filhas e irmãs. Sabemos o quanto na adolescencia são communs os entusiasmos dor vezes inconitados. O que se está passando agora com Geny Gleizer — é por demais doloroso

Nós queremos neste momento — que nossa voz chegue aos ouvidos dessa infeliz criança para concital-a a que não desanime! Que tenha coragem! Queremos que ella saiba que não está desamparada! Que nós estamos velando por ella, para que se faça Justiça! Que nossos corações só ficavão desopprimidos no dia em que a liberdade lhe fór restituída e tivermos a certeza que em nosso paiz — este magnifico Brasil — tão grande e tão liberal — não se pra ticou tão mesquinho attentado.

as) — Iracema Neves da Fontoura, Mme. Barros Cassal, Mme. Ahyuar Bastião, Mme. Octavio da Silveira, Mme. Baptista Luzardo, Cecilia Raquel Mendes de Moraes, Mme. F. Moreira Lima, Carlinda Borges de Medeiros, Mme. Castro Afilhado, Euzébio Neaves, Imãnia Miró Mendes de Moraes, Antonietta Selgas, Maria Carolina Cruz Macedo Soares, Amélia Loretti, Antonietta Campos da Paz Junior, Vera Paiva, Sílvia Cresta de Moraes, Lucila de Figueiredo, Cora Bocayava, Victoria Gilaberto, Elisabeth Otero Ribeiro, Judith Motta, Loliza Nordberg, Edith Mendes de Moraes, Maria Gilaberto, Mercedes Freire, Nair Portugal, Estella Gregory, Maria Castro e Silva, Otette B. da Costa, Lourdes Corrêa, Abigail Miranda, Olga Jacobina de C. Neves, Maria Flores, Sílvia Moreira Lima, Diana Britto, Aurora Guardado, Vera Gouvêa, Diana Gilaberto, Maria Lúcia Furtado

GENY GLEIZER

EDICAO DE HOJE: 8 PAGINAS

NUMERO AVULSO: 100 REIS

## A MANHÃ

DIRECCAO DE PEDRO HOTTÁ LIMA.

NUMERO 122 Rio de Janeiro, Sábado, 14 de Setembro de 1935 NUMERO 122

### ...e clamam todas as vozes em defesa da joven rumaiça!

“Nós queremos neste momento que a nossa voz chegue aos ouvidos dessa inteliz criança para concital-a a que não desanime” - diz o manifesto das senhoras brasileiras.

Diante da vida e otimo estado de Geny Gleizer, as mães brasileiras reclamam a liberdade da infeliz criança e desanimada a desanimada. A vida e otimo estado de Geny Gleizer, as mães brasileiras reclamam a liberdade da infeliz criança e desanimada a desanimada. A vida e otimo estado de Geny Gleizer, as mães brasileiras reclamam a liberdade da infeliz criança e desanimada a desanimada.

Fonte: Jornal A Manhã, edição de 14 de setembro 1935

Figura 5 - Capa do jornal A Manhã com texto de Carlos Lacerda em defesa de Genny Gleizer e ilustração de Genny com a inscrição "Menina e Martyr"

# RESSUSCITAE GENY GLEIZER!

**A** PRIBAO de Genny Gleizer é o espetáculo mais vergonhoso que o Brasil já teve. Um governo que se sente ameaçado, por todos os lados, pelo descontentamento popular, e vê julgado em todos os cantos, prende uma menina de 17 annos, na saúde de uma revista publicista e legal e consegue seqüestrar a por mais de 50 dias. Nenhuma punição assiste essa policia que assim procede, representada pelo conselheiro sr. Lelio de Barros, Secretario da Seguranca de São Paulo. Nenhum protesto preoccupa esse governo.

E por cumulo, passando as fronteiras do proprio cynismo, esse mesmo sr. Lelio de Barros "justifica" a prisão de Genny Gleizer com estas palavras: "GENY GLEIZER É UMA AGITADORA PERIGOSA VEM DA EUROPA ESPECIALMENTE PARA ORGANIZAR E TOMAR PARTE NUM CONGRESSO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL, E VALENDO-SE DAS SUAS CONDIÇÕES

ESPECIAES DE SER MULHER, MOÇA BONITA, CONSEQUINDO, EM TORNO DO SEU NOME, UM AMBIENTE DE SYMPATHIA E DE BENTIMENTALISMO, CONSEGUINDO AGITADORES MAIS VELHOS, PERGANDO O EXTREMISMO E A CONVULSAO SOCIAL".

Genny Gleizer, a temivel conspiradora, vem da Europa com ideias terroristas, e vai, tranquillamente, assistir a uma revista publicista e legal, annunciada pelo Jornal, de um Congresso, no qual participam milhares de moços brasileiros. Genny Gleizer é mulher, "moça e bonita", facinorosa do sr. Lelio de Barros. Genny Gleizer consegue "em torno do seu nome um ambiente de sympathia e sentimentalismo", mas não consegue que as autoridades do governo paulista tenham o poder de arrastar melhores medidas para justificar o seu crime. O defensor da Sociedade é Lelio de Barros, é esse mesmo que rouba a sociedade uma criança de 17

annos, promoto o seu seqüestro, e prepara a sua deportação sem processo, sem inquirição, sem culpa formada. O defensor da Família é esse policia monstruoso que mesmo sem consciencia, que rouba de sua mãe a menina Genny, que não se comove diante dos apellidos das mães brasileiras, que não se emociona quando a sociedade do Brasil quer ver essa menina, que, saber como a deterram, que fixaram de Genny, o defensor da Patria é esse homem que utiliza technicos estrangeiros na sua policia e espiona, prende, ceder, para servir ao governo do advogado do Bond & Share e dos agentes da Lazard Brothers.

Genny Gleizer continua presa. Genny Gleizer terá soffrido a deshonra que a policia de São Paulo procura, agora, encobrir deixando do resultado ao poro de onde elle sahir. O sr. Visconde Bão, com aquella fria disposição para o assassinato, contém-se desta vez e annunciou a deportação dessa menina. Genny Gleizer ap

lar e seu instincto de bandido, seqüestrando essa menina, como um "gangeter"?

Notas do passageiro: o sr. Miranda Correa mandou dizer nos jornaes que ganhou 200000 do seu bolso para dar comida e roupa a Genny, na sua passagem pelas prisões do Rio. Isso nada adianta em favor d'elle. Para comida e bom tratamento dos presos existe uma verba na Policia, a Policia que já consumiu..... 20.000.000.000 em seis meses. A violação não fica diminuida com essa demonstração de "philanthropia" do sr. Miranda Correa. O que todos querem saber é porque não se restitua Genny Gleizer a sua mãe. O que todos exigem é a liberdade de Genny Gleizer.

Mulheres e jovens! Homens que não perderam a capacidade de comprehender o soffrimento alheio; brasileiros em cujo nome se está commettendo essa monstruosidade! Imaginem e que é uma menina de 17 annos ha mais de 50 dias nos calabou

das cedeias de São Paulo e do Rio, á mercê de bandidos, esmagada pela murtailha que a separa de seus paes, de seus irmãos, imaginem, um instante o horror que cobre a vida de Genny Gleizer, a vergonha que esse crime representa para o Brasil, e comprehendei que os homens que não caparam de tamanha infamia não participam a vida de Genny Gleizer se vão não fordes lutar pela sua liberdade. Sole vós que podeis abrir as portas do tumulo de Genny Gleizer e restitui-la á luz da vida e sua juventude massacrada. Sole vós que podeis resuscitar Genny Gleizer. Uma vida humana, uma pequena criatura de 17 annos depende de um gesto vosso! Não podeis economizar esse gesto. Dispaze Genny Gleizer das mãos da Policia! Fazei da liberdade de Genny Gleizer o assumpto das vossas conversas, a preoccupação dos vossos pensamentos. Fazei do vosso amor uma arma para libertar Genny Gleizer! Arranca-a da morte! Salva-a enquanto é tempo!

CARLOS LACERDA.

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PAGINAS

NUMERO AVULSO: 100 REIS

# A Manhã

• DIRECÇÃO DE PEDRO MOTTA LIMA •

NUMERO 124 | Rio de Janeiro, Terça-feira, 17 de Setembro de 1935 | ANNO I

## "ELLA TEM 19 ANNOS E JA' TEVE TRES AMANTES"

assoalha na Camara o sr. Cardoso de Mello Netto, antecipando as torpezas que virão no officio do ministro da Justiça



MENINA e MARTYR

Genny Gleizer

A Camara opprobrou o requerimento do deputado nacional, liberador, Abagor Bastos, de informações ao ministro da Justiça sobre o monstruoso caso da menor Genny Gleizer, justificando-o, sob o nome das Opposições Colligadas, dizendo que a Camara, approvando um requerimento daquelle natureza, não fazia razão por participar do movimento do sr. Arthur Santos. Começou de protesto que se está levantando de todos os quadros nacionaes. Em linhas geraes,

relata o martirio de Genny: o dicto invertebrado, em processo de desaparecimento, quando a que viveu Genny no estranho apartamento do sr. Armando Salles, geito, mau grado sua situação de menor, cuja família se encontra, elle toda, no Brasil. O sr. Arthur Santos declarou, em contraponto da declaração do secretario de segurança de São Paulo, que Genny não é a "agente de Moscou", que se está pintando; reside no Brasil ha 2 annos, tendo chegado aqui com 15 annos de idade.

UM OPPROBIO A NOSSA CULTURA

Para o sr. Arthur o fecho de estar o ministro da Justiça

## O CONGRESSO NAZISTA de Nuremberg contra os Judeus!

N UREMBERG, 16 — que é illegal o intercours (United Press) — O entre judeus e allemães, general Hermann Goebbels, que ficará prohibido a par

teie a "swastika", devendo MEMEL PODE SER A G U E R R A TAMBEM... NUREMBERG, 16 —

## O COMMERCIO DE CARNES E O CAPITALISMO INTERNACIONAL VALERAO MAIS, PARA O GOVERNO, OS INTERESSES DA ECONOMIA DO PAIZ ?

Temos aqui, frequentemente, enquanto não adoptarmos uma

Fonte: Jornal A Manhã, edição de 17 de setembro de 1935

Figura 6 - Notícia no jornal Correio Paulistano contendo declarações de Motel e informações fornecidas pela polícia

**Perigosa por ser fascinantemente bella e culta ?**

**O PAE DE GENNY GLEISER RECLAMA NOTICIAS DO SEU PARADEIRO — JA' FOI EXPULSA A INFELIZ MENOR ?**

A respeito da nossa local de hontem, noticiando o que ouvimos do dr. Egas Boteinho, superintendente da Ordem Política, sobre a ordem de expulsão contra a menor Genny Gleizer, de 17 annos, compareceu á nossa redacção, hontem. Á noite, o sr. Motel Gleizer, pae da referida menor que nos declarou o seguinte:

—“Quero informar aos srs. que, tendo lido o que esse jornal hoje publicou sobre a expulsão de minha filha, procurei apurar alguma coisa e fui na séde do Partido Socialista e lá me informaram que minha filha Genny já foi expulsa do Brasil, no dia 21 deste mez. Digo mais que essa informação foi ouvida da bocca do sr. Henrique Bayma, na Camara dos Deputados, numa roda onde se achava o deputado Campos Vergal e um outro seu collega.

Isto é illegal! E' um absurdo! Trata-se de uma menor. E' minha filha.

Deviam entregar-me. Ou, ou menos, ao juiz de menores.

Quero saber para onde foi e ninguem sabe informar-me. Ignoram o destino.

A policia e o dr. Bayma sabem do seu paradeiro e eu preciso saber para protegel-a, como me compete.

E' deshumano o que fazem com minha filha que ficará sujeita a miséria no estrangeiro”.

Registamos o protesto do sr. Motel Gleizer.

Conseguimos informação que de facto ha um relatório da policia, no qual se declara que a data da expulsão é de 14 deste mez, declarando que Genny Gleizer, accusada tambem de usar o nome de Staindler Gleizer, é perigosa porque é fascinantemente bella e culta. Este seria o móvel do “crime”.

O facto é que ha um mysterio em torno do paradeiro dessa infeliz rapariga.

Fonte: Jornal Correio Paulistano, edição de 30 de agosto de 1935

**Figura 7** - Cartão de Identidade de Genny Gleizer expedido pela Associação dos Empregados da Klabin e apreendido pela polícia política



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS, Notação 209

Figura 8 - Nota da Revista O Malho sobre a expulsão de Genny Gleizer

O MALHO

Stephan Zweig, que vem ao Brasil.



Dr. Cesar Grulo, que viajou.



Conde Alfredo Dolabella Portella.



Uma scena de "Deus lhe pague".



O "Normandie" quando em experiencias.



O novo "selo da creança".



Genny Gleizer, que foi deportada.



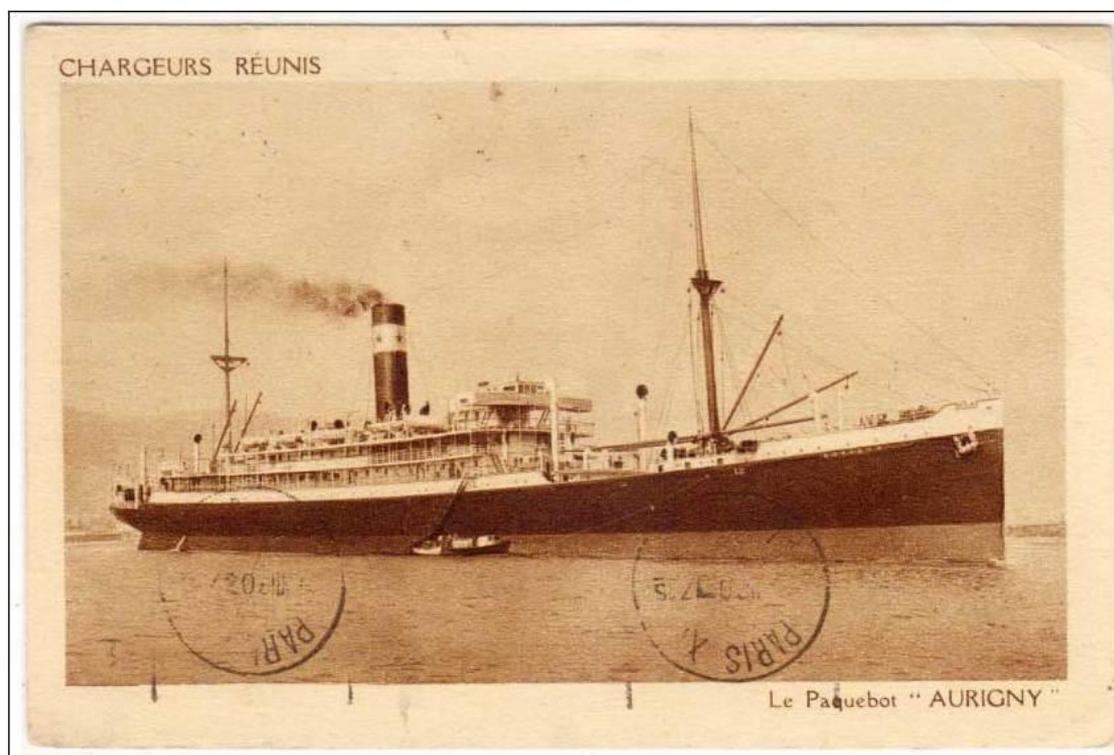
**Em 7 Dias...**

- O Dr. Antonio Austregesio fez á Academia Brasileira de Letras uma importante comunicação: a de que dentro em breve virá ao Rio, onde se demorará alguns dias, realizando conferencias, o grande escriptor Stephan Zweig, que dia a dia tem seu numero de apreciadores augmentado no Brasil. O autor de "Amok" e "24 horas da vida de uma mulher", ao que consta, será recebido por aquella prestigiosa instituição
- Foi inaugurada a 8ª Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, sendo enorme a affluencia de visitantes aos stands de productos ali expostos.
- Foi decidido que, após sua nova viagem aos E.E. U.U., o grande paquete francez "Normandie" será completamente desarmado para ser definitivamente revisto. Seu lançamento definitivo será feito em 4 de Março de 1936.
- Começou a ser exhibida simultaneamente em Paris e em Moscovo a peça theatral de Jrcacy Camargo "Deus lhe pague", que Procopio Ferreira representou aqui com tanto successo.
- Foi posto em circulação o 1º selo desenhado por uma creança, no Brasil. O autor do "Sello da Creança", Victor José de Lima, é filho do desenhista Alberto Lima e foi vencedor, com seu trabalho, num concurso promovido pelo "O Jornal" para a escolha daquello selo.
- Foi prohibida na Allemanha a qualquer estação de radio do patz, a irradiação de toda musica de jazz, considerada como "musica de negros" e de efeitos deletérios sobre a composição de outras musicas...
- Foi eleito para o Cenaculo Fluminense de Historia e Letras o escriptor Porto da Silveira.
- O Circulo Brasileiro de Educação Sexual instituiu um premio de 1:000\$000, a ser conferido a 20 de Julho de cada anno, ao melhor livro de autor nacional sobre educação sexual.
- O governo federal tambem instituiu um premio, de 50:000\$000, a quem inventar, dentro de 3 annos, um machinismo para fabricar cêra de carnaúba.
- Seguiu para os Estados Unidos o Dr. Cesar Grillo, director do Departamento de Aeronautica Civil, em avião, para representar o Brasil na "Semana de Navegação Aerea" que ali tem condigna commemoração.
- Circulou mais um numero do grande mensario "ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, trazendo um curioso artigo do professor Laudelino Freire indicando quaes os 45 livros que devem figurar numa bibliotheca de estudioso para que se possa formar uma boa cultura.
- Lupe Velez, que está no Rio em tornêe recusou-se a ser identificada pela Policia carioca, conforme a nossa legislação. Armou-se de uma cadeira e só a muito custo os funcionarios que a tinham ido procurar em seu appartamento conseguiram convencer-a de que... a lei devia ser cumprida. A grande artista chamou a nossa policia de "policia de selvagens", e depois que se fór embora dirá o resto...
- Passou pelo Rio, a bordo de um vapor estrangeiro, rumo á sua patria, a menina Genny Gleizer, envolvida em ruidoso caso policial que vae deportada pela policia de S. Paulo.
- A "Casa de Minas Geraes", creada nesta capital para approximação dos montanhezes aqui residentes e propaganda daquelle riquissimo Estado, teve seus estatutos approvados em Assembléa geral e eleito o seu presidente o conde Alfredo Dolabella Portella, figura de alto relevo nos nossos meos soclaes.

21

Fonte: Revista O Malho, edição de 24 de outubro de 1935

**Figura 9** - Postal com imagem do navio Aurigny, responsável pelo transporte de Genny Gleizer após sua expulsão



Polof

[www.delcampe.net](http://www.delcampe.net)

Fonte: [www.delcampe.net](http://www.delcampe.net)

Figura 10 - Notícia no jornal Diário da Noite associando Genny Gleizer à BRAZCOR

# OS MYSTERIOS DA BRAZCOR

## a perigosa organização vermelha

**Genny Gleizer e Tobias Warchawsky — Acção de formigas, subterranea e sorrateira — Sacrificios e miserias — Cozinha, bibliotheca e revista de cultura popular**

Muito se tem dito em torno da acção da nossa policia no combate sem treguas que vem fazendo contra as actividades dos extremistas no nosso paiz, actividades essas que tinham por escopo principal a ruina completa do regimen em que vivemos.

Entretanto, pouco se conhece sobre a acção dos perigosos elementos que minavam o nosso paiz, procurando aqui implantar o regimen moscovita.

Hontem, noticiámos a apprehensão da bibliotheca de propaganda da organização comunista "Brazcor", cujos componentes vão sendo, a pouco e pouco, segregados do nosso meio.

Ha dias fôra descoberta uma outra seção da organização a "cozinha proletaria", um dos esteios da "Brazcor".

**COMO AGIAM OS COMMUNISTAS**

A "Brazcor" é uma organização que ha muito aqui existia. Da sua acção a policia tinha conhecimento e procurava localizar a sua sede e os seus componentes.

Entretanto, depois de quasi seis mezes de continuas diligencias, conseguiu finalmente localizal-a e prender alguns dos seus membros.

Quasi todos estrangeiros, os comunistas da "Brazcor" são, na maior parte, judeus russos ou polonezes. No seu meio foram encontrados um austriaco e outro hungaro.

Aqui chegados, passavam uma vida de quasi miseria, sacrificando tudo pelos ideaes cuja propaganda faziam.

Entregavam-se ás mais differentes actividades, quasi todas modestissimas e assim viviam, inteiramente desconhecidos e esquecidos.

Um delles, com o auxilio dos demais, comprara uma carrocinha para entrega de pão. Adquiria todas as manhãs certa quantidade daquelle genero de primeira necessidade e ia vendel-o pelas ruas, principalmente aos compatriotas.

A pouco e pouco, adquirindo o conhecimento e fazendo relações entre os freguezes, inclinava lenta, calma mas efficientemente a catechese daquelles a quem servia.

Outro era alfaiate e, á proporção que os freguezes appareciam, captivava-os, fazia-se amigo, para depois ir expondo as idéas subversivas de que se fizera propagandista. Assim, todos se procuravam insinuar para depois iniciar o seu trabalho subversivo.

**COOPERATIVISMO**

Todas essas actividades publicas que cada um delles exercia rendia um pequeno lucro, que não pertencia ao agente, mas á collectividade de que fazia parte.

Assim custeavam elles proprios a sua cozinha proletaria.

Essa cozinha, de que alguns cuidavam pessoalmente, preparava o alimento para a colmeia inteira, que



Genny Gleizer, perigosa agitadora pertencente á Brazcor

Fonte: Jornal Diário da Noite, 18 de dezembro de 1935